



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Contributo dos Refugiados da Região dos Grandes Lagos de  
África nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do  
Distrito de Boane**

Candidata: Dulce Francisco Sambo

Orientadora: Professora Doutora Inês Raimundo (PhD)

Maputo, 06 de Outubro de 2022

**Contributo dos Refugiados da Região dos Grandes Lagos de África nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

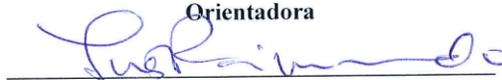
**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente



**Doutor Baltazar Samuel Muianga**

Orientadora



**Professora Doutora Inês Raimundo**

Oponente



**Professor Doutor Cláudio Artur Mungói**

Maputo, 06 de Outubro de 2022

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Dulce Francisco Sambo**, declaro por minha honra que esta dissertação que submeto à Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para o grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer outro grau académico. A mesma é fruto dos resultados da minha investigação, em simultâneo, com as orientações da minha supervisora, a quem devo o meu apreço.

Maputo, 06 de Outubro de 2022

---

Dulce Francisco Sambo

## DEDICATÓRIA

**Em memória dos meus pais**

Marta Baptista Mabuie  
e  
Francisco Sambo

Dedicação especial aos meus filhos Elianne Victória Guilaze e  
Nathan Ariel Guilaze, minha fonte de luz. Perdão pelas  
ausências e pelo vazio causado durante a elaboração desta  
dissertação.

## AGRADECIMENTOS

O início da minha formação de mestrado foi marcado por um módulo designado *Trabalho em Equipe e Moderação*, que mostrou que o resultado de um trabalho, é determinado por uma equipe, onde, cada membro possui a sua especialidade e traça a sua linha de montagem, de tal modo que se unam e se forme o produto final. Consentâneo com essa lógica, devo afirmar que, este trabalho não teria sido concretizado, sem o apoio e colaboração de várias pessoas e instituições com as quais tive o contacto e oportunidade de interagir, e, sobretudo sem a benção divina.

Desta forma, os meus agradecimentos são endereçados primeiro à Deus pela vida e infinitas benções, pelas obras que me tem ajudado a concretizar. Aos meus pais, por terem mostrado os passos da vida deste infinito aprendizado. Aos meus irmãos pelo calor fraterno, ensinamentos e coragem, em especial ao Armando Sambo pela revisão linguística feita. E ao meu esposo, companheiro desta viagem, pelo respeito e por motivarme para a continuação dos estudos.

O meu muito obrigado e a minha devida vénia à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Doutora Inês Raimundo, grande mentora deste trabalho. Agradeço por ter tornado este trabalho possível, pela disponibilidade do tempo, pela paciência no que concerne à orientação técnico-metodológica e pela forma sábia na transmissão dos conhecimentos, bem como pela aceitação.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos os docentes do curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, em especial ao Docente Orlando Nipassa, pela grande mestria no engajamento dos estudantes nas aulas. Os meus parabéns professor “well done”. Aos docentes Ivo Cumbana e Luísa Chicamisse, docentes do módulo acima referenciado, que foram marcantes pela maneira extrovertida e cativante de dar as aulas, sempre espalhando sorrisos, mas sempre focados na disciplina pois, “é brincando que se aprende”.

A disciplina foi bem apreendida professores. O meu muito obrigada por ter passado por vossas mãos. À Dra Esmeralda Mariano, pela simpatia e pela força.

Igualmente agradeço a instituição na qual trabalho pela força e compreensão, em especial à Delegada provincial do ARPAC (Instituto de de Investigação Sociocultural), Dra Sónia Lopes Ajuda, educadora incansável, humilde e principal fonte de inspiração. Agradeço pelos conselhos durante a escolha do curso a seguir.

Endereço também os meus profundos agradecimentos às instituições que colaboraram para que este trabalho se tornasse realidade. Ao Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR), ao Serviço Nacional de Migração (SENAMI), à Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados (CEMIRDE), instituição que promove assistência jurídica ao refugiado. Obrigada pela simpatia, excelente abertura das pessoas competentes, pelos dados fornecidos e entrevistas concedidas, em especial ao Dr. Ivo Boaventura, Chefe de Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR, Dr. José Muianga, responsável pela área jurídica na CEMIRDE, aos funcionários do SENAMI. Agradeço ainda ao Governo do Distrito de Boane, e ao Conselho Municipal do mesmo distrito pela colaboração e calorosa recepção. Aos refugiados e à comunidade local, incluindo os vendedores do mercado municipal, o meu *kanimambo*.

Por último dizer muito obrigada aos colegas do curso de MSD-2019, em especial ao Tenarde Cossoma pela amizade, observações e comentários em torno deste trabalho, à Rosa Langa, Leonilde Chiulele, Margarida Chaisse e Alzira Guilengue, pelo apoio moral.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram, vai o meu agradecimento.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo analisar o contributo dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane, um dos locais de seu acolhimento em Moçambique. O estudo foi possibilitado através da abordagem qualitativa com recurso ao método etnográfico. Este método permitiu-nos verificar, caracterizar e compreender os significados e as acções dos refugiados no local de acolhimento, à luz das teorias de Acção compreensiva de Weber e de Estruturação de Giddens. Por meio deste estudo, constatou-se que, antes da presença dos refugiados o distrito carecia de meios de transporte semi-colectivos, até ao ano 2000 possuía viaturas maiores do tipo Minibus que demoravam acima de uma hora para chegar à Cidade de Maputo. A chegada destes indivíduos impulsionou o aumento de carros pequenos de preferência, de 15 lugares, para transporte de passageiros, que percorrem a mesma distância de Boane a Cidade de Maputo em menos tempo. Igualmente, o distrito carecia de lojas para a obtenção de produtos de primeira necessidade, apenas duas lojas forneciam produtos a toda a população da Vila-Sede e às regiões circunvizinhas, nomeadamente, o armazém distrital e a casa Bulafu. Neste sentido, a população do distrito deslocava-se para adquirir os produtos alimentícios e diversos, como óleo, açúcar, arroz, feijão, entre outros, na Cidade de Maputo. Observa-se também, que os estabelecimentos comerciais, tinham um *modus faciend* diverso do trazido por aqueles. Os estabelecimentos existentes na altura, apresentavam pequena janela cujos balcões não permitiam muita exposição dos seus produtos. Os refugiados ao estabelecerem-se nas lojas, criaram janelas com aberturas maiores que permitem grande exposição dos produtos, e portanto vantagens nas vendas, tendo iniciado o aproveitamento dos contentores para servirem de lojas. É de referir que, as lojas dos refugiados, para além de exporem melhor os seus produtos, estão fixadas em lugares estratégicos, de preferência, ao longo das vias, e actualmente foram se expandindo para os bairros, elevando a renda dos nacionais uma vez que fixam suas lojas em quintais destes. Nas suas lojas, adoptaram o uso da balança eletrónica, em detrimento da caneca usada para medir os produtos por comerciantes nacionais, o que facilitou o poder de compra dos moçambicanos tendo tornado possível cada cidadão adquirir produtos em quaisquer quantidades, melhorando assim a dieta alimentar destes. Essa situação levou alguns cidadãos nacionais a adoptar a forma de fazer dos refugiados, a começar pelo

sistema de venda em contentores. Outrossim, observa-se no distrito em referência, jovens que trabalham em estabelecimentos comerciais dos refugiados, facto que contribuiu para a redução do desemprego de maior número de jovens, no distrito.

**Palavras-chave:** Refugiado, Região dos Grandes Lagos, Organização Produtiva, Transformação Social.

## ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the contribution of refugees from the region of the great lakes of Africa, in the social transformations and productive organization of the Boane district, one of the places of their reception in Mozambique. The study was made possible through the qualitative approach using the ethnographic method. This method allowed us to verify, characterize and understand the meanings and actions of refugees at the site of reception, in the light of Weber's comprehensive theories of action and Giddens Structure. Through this study, it was found that, before the presence of refugees the district lacked semi-colletary transport, until the year 2000 had larger minibus types that took over an hour to reach the city of Maputo. The arrival of these individuals has boosted the increase of 15 -seat small cars for passenger transport, which travel the same distance from Boane to Maputo City in less time. Likewise, the district lacked stores to obtain firstneed products, only two stores provided products to the entire population of Vila-Sede and the surrounding regions, namely the District Warehouse and the Bulafu House. In this sense, the population of the district moved to purchase food products and various, such as oil, sugar, rice, beans, among others, in the city of Maputo. It is also observed that commercial establishments had a *modus fasciend* different from those brought by those. The establishments at the time had a small window whose counters did not allow much exposure of their products. Refugees to settle in stores, created windows with larger openings that allow large exposure of the products, and therefore sales advantages, having started the use of containers to serve as stores. It should be noted that refugee stores, in addition to better exposing their products, are fixed in strategic places, preferably along the roads, and were currently expanding to the neighborhoods, raising the income of nationals once that they fix their stores in such backyards. In their stores, they adopted the use of electronic scale, to the detriment of the mug used to measure products by national traders, which facilitated the purchasing power of Mozambicans having made each citizen purchase products in any quantities, thus improving the diet of these. This is led some national citizens to adopt the way of making refugees, starting with the sales system in containers.

Moreover, it is observed in the district in reference, young people who work in commercial establishments of refugees, which contributed to the reduction of unemployment of the largest number of young people in the district.

**Keywords:** refugee, region of the great lakes, productive organization, social transformation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

<b>ABSA</b>	Amalgamated Banks of South Africa
<b>ACNUR</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
<b>ADSEMA</b>	Associação para o Desenvolvimento Socioeconómico de Matutuíne
<b>BCI</b>	Banco Comercial e de Investimento
<b>BIM</b>	Banco Internacional de Moçambique
<b>BPD</b>	Banco Popular de Desenvolvimento
<b>CCR</b>	Comissão Consultiva para os Refugiados
<b>CEMIRDE</b>	Comissão Episcopal para Migrantes Refugiados e Deslocados
<b>CMVB</b>	Conselho Municipal da Vila de Boane
<b>DER</b>	Determinação do Estatuto do Refugiado
<b>DIRE</b>	Documento de Identificação de Residência para Estrangeiros
<b>DRC</b>	República Democrática do Congo.
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>INAR</b>	Instituto Nacional do Apoio ao Refugiado
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INEFP</b>	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
<b>IRAM</b>	Instituto de Pesquisa e de Aplicação de Métodos de Desenvolvimento.
<b>MAE</b>	Ministério de Administração
<b>MINEC</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
<b>MINT</b>	Ministério do Interior
<b>NAR</b>	Núcleo do Apoio ao Refugiado
<b>NU</b>	Nações Unidas
<b>OIM</b>	Organização Internacional das Migrações
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde.

<b>ONGs</b>	Organizações não-governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OUA</b>	Organização da Unidade Africana
<b>PEDD</b>	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Distrito
<b>PIC</b>	Polícia de Investigação Criminal
<b>PSK</b>	Paulo Samuel Khankhomba
<b>RDA</b>	República Democrática Alemã
<b>RENAMO</b>	Resistência Nacional Moçambicana
<b>SENAMI</b>	Serviço Nacional de Migração
<b>SERNIC</b>	Serviço Nacional de Investigação Criminal
<b>SOCREMO</b>	Sociedade de Crédito de Moçambique
<b>UEM</b>	Universidade Eduardo Mondlane

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	ii
DEDICATÓRIA .....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO .....	vi
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....	x
Introdução .....	1
Relevância do estudo.....	4
Estrutura da Dissertação.....	6
CAPITULO I.....	8
1. DO ESTADO DA ARTE À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	8
1.1. Breve contextualização sobre os refugiados em Moçambique. ....	8
1.2. Refugiados em Moçambique.....	13
1.3. Refugiados noutros países de África.....	16
1.4. Problema de pesquisa.....	17
1.4.1. Objectivos do estudo .....	19
1.4.1.1. Objectivo Geral .....	19
1.4.1.2. Objectivos Específicos .....	19
1.4.2. Formulação de Hipótese.....	20
CAPITULO II .....	21
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	21
2.1. Teorias de base .....	21
2.1.1. Teorias de acção compreensiva de Max Weber .....	21
2.1.2. Teoria de estruturação de Giddens.....	23
2.1. Quadro conceptual .....	24
2.1.1. Região dos Grandes Lagos.....	24
2.1.2. Refugiado .....	26
2.2.2.1. Refugiado com Estatuto .....	29

2.2.2.2. Requerente de asilo .....	29
2.2.3. Transformação social .....	31
2.2.4. Organização Produtiva .....	32
CAPITULO III .....	33
3. METODOLOGIA .....	33
3.1. Natureza da pesquisa .....	33
3.2. Método de pesquisa .....	33
3.3. Etapas da pesquisa .....	34
3.4. Local e tempo da pesquisa .....	35
3.5. Técnicas de recolha de dados .....	35
3.6. Instrumentos de pesquisa .....	36
3.7. Grupo-alvo e selecção de amostra .....	37
3.8. Análise e tratamento da informação .....	38
3.9. Questões éticas que foram seguidas durante a pesquisa .....	39
3.10. Limitações do estudo e formas de superação, durante a recolha de dados .....	40
CAPITULO IV .....	42
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	42
4.1. Perfil do Distrito de Boane .....	42
4.2. Divisão administrativa .....	43
4.3. População e origem do nome .....	45
4.4. Potencialidades .....	45
CAPITULO V .....	48
5. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO ...	48
5.1. Histórias de vida dos refugiados .....	48
5.2. Pedido de asilo e concessão de estatuto de refugiado .....	55
5.3. Assistência aos Refugiados no Campo .....	63
5.4. Acolhimento dos Refugiados no Distrito de Boane .....	68
5.5. Integração Socioeconómica dos Refugiados .....	72
5.6. Processo de adaptação dos refugiados .....	76

5.7. Relações sociais entre os refugiados e moçambicanos residentes no Distrito de Boane .....	80
5.8. Contributo dos Refugiados nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	112
Anexo 1. Tabela 5. Lista de cidadãos moçambicanos, entrevistados .....	113
Anexo 2. Tabela 6. Lista de refugiados, entrevistados .....	114
Anexo 3: Declaração do Consentimento Informado.....	115
Anexo 4: Instrumentos de recolha de dados .....	116

### **Índice de tabelas**

Tabela 1. Principais dispositivos legislativos, período e principais ventos.....	12
Tabela2. Definição de alguns conceitos que representam a categoria dos refugiados.....	31
Tabela 3. Divisão administrativa do distrito de Boane.....	44
Tabela 4. Estatística dos requerentes de asilo/ refugiados por nacionalidade, que passaram pela biometria em Junho de 2021 .....	62
Tabela 5. Lista dos cidadãos moçambicanos entrevistados .....	112
Tabela 6. Lista dos refugiados entrevistados .....	113

### **Índice de figuras**

Figura 1. Mapa da região dos Grandes Lagos de África.....	25
Figura 2. Localização Geográfica do Distrito de Boane.....	42
Figura 3. Edifício do Governo do Distrito de Boane.....	43
Figura 4. Barragem dos pequenos Libombos.....	46
Figura 5. Edifício do CMVB.....	47
Figura 6. Vendedores do Mercado Municipal amotinados ao longo da via, em frente aos estabelecimentos comerciais dos refugiados.....	84

Figura. 7. Barracas dos vendedores nacionais, demolidas após a vila ascender à categoria de município.....	87
Figura 8. Novas bancas pertencentes aos vendedores nacionais do mercado municipal da Vila de Boane.....	87
Figura 9. Exemplo de um estabelecimento comercial dos refugiados.....	88
Figura 10. Ilustra a caneca e o copo plástico usados por vendedores nacionais para medir seus produtos.....	89
Figura 11. Moza Banco- um dos bancos de financiamento de crédito ao lado do Mercado Municipal de Boane.....	91
Figura 12. Meio de transporte usado na década de 1990, antes da chegada dos refugiados, e actualmente, com a chegada dos refugiados .....	92

## **Introdução**

O fim da guerra dos 16 anos em Moçambique, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, inaugurou um período de relativa tranquilidade e estabilidade no país. Inversamente, um conjunto de países situados na região dos Grandes Lagos, nomeadamente Burundi, República Democrática do Congo (DRC) e Ruanda, vivenciam situações de conflitos e instabilidade que criam ensejo para vultuosos êxodos de refugiados para diferentes cantos do mundo. No conjunto dos destinos seguidos pelos refugiados Moçambique figura como um espaço de destaque, dado acolher refugiados provenientes daqueles países dos Grandes Lagos.

A problemática dos refugiados vem ganhando cada vez mais destaque, no campo das migrações, pois apesar de os Estados da região terem alcançado as suas independências, persistem no seu seio tensões conflituosas, que resultam em migrações de pessoas a procura de asilo e/ou local seguro. Conforme acentua Patrício (2015), a deslocação de indivíduos para diferentes espaços territoriais além-fronteiras assume proporções que afectam a maior parte dos países, e Moçambique não está isento deste fenómeno (Patrício, 2015).

De acordo com ACNUR (1995), Moçambique vem registando movimentos migratórios antes mesmo da chegada dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África, tendo sido numa primeira fase, emissor de emigrantes para os países vizinhos nomeadamente, África do Sul, Malawi, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, tornando Moçambique detentor de maior parte de refugiados em África, em especial para as minas e plantações da África do Sul.

Dados do INAR (2018), apontam que, o número de refugiados e requerentes de asilo tem aumentado substancialmente, devido a factores repulsivos que gravitam na maior parte dos países de origem, existindo no país 30.280 refugiados, dos quais 11.985 são da DRC, 9.245 Burundi e 3949 de Ruanda e os restantes de outras nacionalidades.

Destes, 13.735 estão alojados no Centro de Refugiados de Maratane, e 16.525 estão distribuídos pelas diversas províncias e centros urbanos, onde se destaca a cidade de Maputo, com cerca de 7.898 refugiados e requerentes de asilo (Patrício e Peixoto, 2018).

Tendo-se constatado a ineficácia de soluções tradicionais, para o acolhimento dos refugiados em números cada vez mais progressivos, optou-se por soluções simples e rápidas de materialização, os campos de refugiados (Pereira, 2016). É assim que desde 1951<sup>1</sup>, altura que foi estabelecido o estatuto do refugiado, o campo de refugiado tem sido a forma recorrente de acolhimento e de controlo da mobilidade dos refugiados, gerando uma elevada dependência na assistência humanitária por parte dos organismos internacionais (Miambo, 2017:180).

Nesta senda, foram criados na Província de Maputo, no Distrito de Boane, os Centros da Massaca II em 1988<sup>2</sup> e mais tarde em 1996, no Distrito de Marracuene, o de Bobole, para a acomodação dos refugiados da Região dos Grandes Lagos. Estes Centros foram unificados e os refugiados ali instalados, foram transferidos em 2003 para Maratane<sup>3</sup>, na Província de Nampula, com vista a acolher mais refugiados uma vez que o Centro de Bobole já se encontrava superlotado (Miambo, 2017).

Todavia, no âmbito da transferência dos refugiados para o campo de Bobole e depois para Maratane, muitos refugiados optaram pela integração local na Vila Sede do Distrito de Boane através do desenvolvimento das suas próprias actividades económicas. Desta forma abdicando da assistência e ajuda humanitária dada em Campos de Acomodação, tendo em conta políticas de portas abertas adoptadas em Moçambique, que dão liberdade aos refugiados para viverem fora do campo caso precisem (Consolo, 2005).

---

<sup>1</sup> A Convenção de Genebra, (Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados), formalmente adoptada em 28 de Julho de 1951 pela Conferencia das NU de plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial (ACNUR).

<sup>2</sup> Recebia refugiados moçambicanos deslocados da guerra civil, tendo passado a acolher refugiados da Região dos Grandes Lagos de África a partir de 1992 até 1996, ano da sua transferência para Bobole (Miambo, 2017).

<sup>3</sup> Outrora acomodava a população portadora de deficiência física, doentes e população desamparada. Este centro recebia assistência medico-sanitária, alimentar e outras necessidades básicas através do Arcebispado de Nampula. Foi no ano 2002 que o mesmo passou a acomodar população refugiada (Raimundo, 2020).

Assim, para além da busca pela assistência, os refugiados evidenciam o seu potencial positivo no desenvolvimento de actividades económicas, que vêm se expandindo de forma progressiva, da vila Sede do distrito para outros locais com maior destaque para Campoane e Posto Administrativo da Matola Rio, das quais oferecem o seu contributo no desenvolvimento do distrito (Governo do Distrito de Boane, 2016).

Pesquisas recentes sobre os refugiados em Moçambique, caso de estudos de Consolo (2005), Patrício (2015) e Wetimane (2012), destacam a contribuição positiva dada pelos refugiados no desenvolvimento do país, acentuando que uma vez integrados os refugiados contribuem para transformações sociais, económicas e culturais no local de acolhimento. Neste sentido procuramos saber de que forma os Refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, contribuem nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane? Constitui principal objectivo deste trabalho, analisar o contributo dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África, nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.

A combinação da Teoria da Acção Compreensiva de Max Weber, e de Estruturação de Giddens, contribuirá para a melhor leitura dos dados colhidos no campo, uma vez que buscamos neste estudo analisar o contributo dos refugiados, a partir das acções por eles desenvolvidas. A teoria de Weber, é combinada à teoria de Giddens, pois, através desta foi possível mostrar que os refugiados inseridos no Distrito de Boane não são simples receptores, mas sim agentes reflexivos, com a capacidade de introduzir mudanças no mundo social, por meios das suas acções.

Desta forma foi captado a vida dos refugiados, as relações sociais entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito, as actividades desenvolvidas pelos refugiados e o contributo destes nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.

Para este tipo de estudo achou-se adequado o método etnográfico, através da metodologia qualitativa, que pelo seu carácter subjectivo, permitiu identificar, caracterizar, interpretar, ou avaliar as acções destes indivíduos (Gil, 2000).

O estudo foi feito obedecendo a algumas etapas que compreendem a pesquisa, desde o levantamento bibliográfico e documental, recolha de dados no campo, feita no Distrito de Boane e Cidade de Maputo respectivamente, em instituições que lidam com a questão dos refugiados, nomeadamente INAR, SENAMI e CEMIRDE. Foram entrevistados os líderes político-administrativos, o representante do presidente do município, o vereador do CMVB, o responsável pelos refugiados, no INAR, o responsável pela área jurídica que apoia os refugiados na CEMIRDE, dois funcionários do SENAMI, os cidadãos nacionais residentes no Distrito de Boane, bem como os próprios refugiados e os representantes das comunidades burundesa e congoleza, respectivamente. Por último foi feita a análise do conteúdo, que consistiu na transcrição de entrevistas feitas, síntese e análise dos dados, relacionando os mesmos à teoria a eles associados.

### **Relevância do estudo**

O que suscitou interesse pelo estudo, prende-se o facto de após leituras feitas em torno da problemática dos refugiados ter constatado que poucos autores se debruçavam sobre o contributo dos refugiados. Pois, a maioria dos estudos existentes concentra-se em aspectos como campos de refugiados, integração social, assistência e estratégias de sobrevivência dos refugiados, olvidando aferir a contribuição que os refugiados podem estar a prestar ao país.

Esta realidade, bem como a constatação de entrada massiva de refugiados de diversas nacionalidades em Moçambique, principalmente no Distrito de Boane onde se verifica um número considerável de refugiados da região dos Grandes Lagos aguçaram o nosso interesse e preferência pelo estudo da contribuição dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva deste distrito.

Outrossim, existe a consciência de que, dado o ímpeto que os deslocamentos populacionais assumem, torna-se premente que a esfera do contributo que os refugiados prestam nos locais de acolhimento seja mais explorado no campo académico, embora existam alguns trabalhos nesse domínio de autores como Raimundo (2011, 2009, 2008 e

2002), Consolo (2004, 2005), Wetimane (2012), Patrício (2015), Macamo (2006), Miambo (2017), Muianga (2021), entre outros autores.

Ao concentrar-se num domínio pouco explorado, pretende-se que este trabalho sirva para reforçar o preenchimento do vazio existente e representar uma mais-valia em futuras pesquisas sobre o deslocamento populacional em Moçambique, em análises situadas no mesmo âmbito, nomeadamente no contributo dos refugiados.

Para além do contributo científico, este trabalho servirá para consciencializar a sociedade acolhedora sobre a imagem que se constrói do refugiado, pois se observa que, alguns estudos que se debruçam acerca dos refugiados, mostram como as organizações de ajuda humanitária oferecem assistência a estes indivíduos que se apresentam na condição de trauma e vulnerabilidade, todavia não mostram o seu contributo.

Outrossim a condição de refugiado é geralmente representada de forma pejorativa, pouco valorizada no que diz respeito ao aspecto social da pessoa, paralelamente, muitos governantes de estado vêem o refugiado e os requerentes de asilo de forma bastante negativa, como uma ameaça à coesão social e à empregabilidade, bem como ameaça de insurgência e terrorismo (Carapeto, 2017:14).

Assim sendo, Carapeto (2017), orienta para uma generalização desta condição como uma história única, uma vez que os refugiados já não representam casos individuais, mas sim, um fenómeno de massa. Por outro lado, Raimundo (2011), aponta a necessidade de haver instrumentos que assegurem a eficácia da livre circulação da população e garantir que as migrações, sejam factor de redução de pobreza e de desenvolvimento (Raimundo, 2011:65). Assim, espera-se que o presente trabalho contribua para vislumbrar e repensar em torno dos aspectos acima levantados e haja uma divulgação desses instrumentos a todos os níveis da sociedade.

## **Estrutura da Dissertação**

Para melhor organização e compreensão, o presente trabalho foi dividido em capítulos, estes que nos fornecem detalhes do tema abordado e a sequência dos tópicos e assuntos arrolados. Assim, o primeiro capítulo compreende o estado de arte à formulação do problema de pesquisa, que consiste no levantamento bibliográfico de autores que discutem a questão dos refugiados em Moçambique, e fora de Moçambique, uma vez vislumbra a situação do refugiado em outros países e daí a preferência de Moçambique em relação a outros países de África como Malawi, Zâmbia e Tanzânia. Neste levantamento bibliográfico discute-se sobre a integração dos refugiados e o seu contributo no local de acolhimento. Apresenta também o problema de pesquisa que reflecte a problemática em questão, ou a questão de partida, os objectivos e as hipóteses do trabalho formuladas respondendo à nossa questão de partida.

O segundo capítulo, é o quadro teórico e conceptual, que mostra à partida o recurso teórico que orientou a análise dos dados, tendo-se apoiado na acção compreensiva de Weber e a teoria de estruturação de Giddens. Conceitos como região dos Grandes Lagos, Refugiados, Transformações Sociais e Organização Produtiva são apresentados em seguida, após a apresentação da teoria, para o entendimento deste estudo.

Segue-se o terceiro capítulo, que constitui a metodologia, na qual são apresentadas as diversas etapas da pesquisa, desde a revisão bibliográfica e documental até ao processo de produção de dados. Nela estão apresentados a natureza da pesquisa, o local de estudo, o tempo de pesquisa, a amostra, as técnicas e os instrumentos de recolha de dados, bem como questões éticas e limitações da nossa pesquisa.

O quarto capítulo apresenta a caracterização do local de estudo, é o local onde se condensa o objecto deste estudo, que de certa forma, pela sua localização, nos permite compreender o porquê da preferência dos refugiados em continuar no Distrito de Boane. Esta compreensão é auxiliada com recurso a imagens, figuras em mapas e tabelas demonstradas ao longo da caracterização do local de estudo.

O quinto capítulo corresponde à apresentação, a análise e interpretação dos dados de campo. Para facilitar a compreensão deste capítulo, deste foram traçados vários tópicos com destaque para, a história dos Refugiados da região dos Grandes Lagos, que chegam no Distrito de Boane, a assistência aos refugiados nos centros de acolhimento, seguidamente se debruça sobre o acolhimento dos refugiados, o processo de integração e adaptação destes, as relações sociais entre os refugiados e os cidadãos nacionais residentes no distrito. Por último analisa-se o contributo dos refugiados da Região dos Grandes Lagos nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane. Seguem as considerações finais, no qual são expostos os resultados deste estudo, as referências bibliográficas e os anexos, contendo a lista com os dados biográficos dos entrevistados nacionais e estrangeiros. Por último é apresentado o consentimento informado e os respectivos instrumentos de recolha de dados.

## CAPITULO I

### **1. DO ESTADO DA ARTE À FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA**

Neste capítulo apresenta-se o estado da arte, recorrendo-se à literatura nacional e internacional, na qual os autores discutem a problemática dos refugiados, a integração local e o contributo destes no local de acolhimento. Inicia-se por uma breve contextualização e de seguida apresenta os discursos floreados por debates académicos, políticos e sociais sobre a presença dos refugiados em vários países de África, terminando com a problemática deste estudo. Este levantamento bibliográfico, de certa forma ajuda a compreender a situação do refugiado no Distrito de Boane, local que conforme já referido, acolheu refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, nomeadamente, Burundi, Ruanda e República Democrática de Congo (DRC), e o contributo destes nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.

#### **1.1. Breve contextualização sobre os refugiados em Moçambique.**

A problemática da protecção dos refugiados em África data de 1969, altura que foi adoptada a Convenção da OUA<sup>4</sup> para fazer face aos êxodos massivos de refugiados decorrentes do processo de luta contra o colonialismo. Tendo entrado em vigor em 1974, trazendo como aspecto inovador, a preocupação no sentido de abranger as vítimas dos problemas concretos do continente africano naquela época, sobretudo, a mobilidade forçada resultante das lutas pela descolonização ou os êxodos decorrentes da alteração da ordem pública ((Miambo, 2017:207).

---

<sup>4</sup> A convenção da OUA surge como consequência do estabelecimento da OUA, em 1963, uma plataforma política diplomática que serviu para o debate de aspectos do interesse do continente africano. No contexto dessa aproximação entre os países africanos, um certo número destes já independentes, reúne e acorda o estabelecimento de um instrumento que se vai ocupar da necessidade da fixação de normas e de princípios visando proteger, assistir e encontrar uma solução durável para os refugiados e populações deslocadas internamente resultantes do processo de luta pelas independências e pelo combate contra o apartheid, assim, a principal preocupação da Convenção de 1969 era o grande número de africanos fugindo dos conflitos decorrentes das lutas contra o colonialismo (Miambo, 2017: 209-210).

Em 1975 inicia a entrada de refugiados em Moçambique, processo que foi possível, por um lado, no quadro do reconhecimento internacional da ONU e da OUA, aos movimentos de libertação e da legitimidade do apoio prestado por cada país e, por outro lado, no âmbito da orientação geral da política do país, voltada para a solidariedade internacionalista e disposição de intervir no contexto regional visando o derrube do colonialismo e do apartheid (Miambo, 2017).

Alia-se também outros factores como a localização geográfica<sup>5</sup> de Moçambique, o fraco desenvolvimento da sua economia, a progressiva descoberta de recursos e outros, que servem de atracção para o País, que se constitui como destino final ou de trânsito, sobretudo para a África do Sul, para imigrantes regulares e irregulares de vários países (Mahavene, 2020:4).

A Convenção, começa a ganhar outra dimensão nos anos 1980/1990 com o agravamento de conflitos e instabilidade em muitos países africanos (Miambo, 2017). Este processo foi acompanhado de uma legislação específica, a primeira legislação sobre os refugiados que data de 1986, altura em que foi adoptada uma directiva que estabelece os princípios gerais a serem observados para o estatuto de refugiados, (idem:527). Moçambique passa a fazer parte desta Convenção, em 1988 (idem:209).

A partir de 1988, este dispositivo foi complementado pela aprovação do decreto 11/88, de 25 de Agosto, relativa a ratificação da Convenção da OUA sobre os refugiados em África de 10 de Setembro de 1969 e pelo decreto 12/88, de 25 de Agosto sobre a ratificação do protocolo Adicional de 31 de Janeiro de 1967, relativo ao estatuto de refugiado, posteriormente pela lei 21/91 (a lei que estabelece o processo de atribuição do estatuto de refugiado), Decreto 5/93, de 28 de Dezembro, lei que regula a entrada, permanência e saída de estrangeiros, os direitos, deveres e garantias (idem).

---

<sup>5</sup> Situa-se na região Austral e Oriental de África e ocupa uma superfície de 799 380 Km<sup>2</sup>, sendo limitado a Norte pela República Unida da Tanzânia, a Oeste pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul e a Sul com Eswatini e África do Sul. A Este é limitada pela linha da costa do Oceano Indico numa extensão de 2 515 Km (Mahavene, 2020:4)

Mas só em 1990 começaram a se fazer sentir efectivamente os efeitos dessa evolução na produção legislativa, período em que Moçambique como Estado, paulatinamente passou de país produtor de imigrantes à país receptor de refugiados, fenómeno que começou a ganhar visibilidade a partir de 1992, com o fim da guerra civil, se estendendo até aos dias de hoje (Ibidem:527). Com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz em 1992, entre a FRELIMO e a RENAMO, Moçambique começa a assistir ao retorno de moçambicanos, bem como à entrada de imigrantes de todos quadrantes, incluindo refugiados provenientes da Região dos Grandes Lagos, que procuram asilo devido a eclosão dos conflitos étnicos entre os *tutsis* (de Ruanda) e *hútus* (de Burundi), nos seus países (Patrício e Peixoto, 2018).

De acordo com Raimundo (2010), este aumento constante de refugiados, contribuiu para que Moçambique como Estado se transformasse de um país produtor de refugiados para um país de imigração e de asilo. Nesse contexto Moçambique constituiu no princípio, uma passagem obrigatória para se chegar à África do Sul e, posteriormente, nos anos seguintes um lugar de refúgio para aqueles que foram expulsos ou que foram impedidos de aceder ao país, tido como o *el dorado* sul-africano, (Miambo, 2017:526).

As razões que condicionaram essa transformação podem ser explicadas por factores como: o retorno da estabilidade no país após 16 anos de guerra civil e, por outro lado, aos donativos da comunidade internacional; a atracção que representou para os imigrantes africanos o potencial da África do Sul após a abolição do apartheid no início dos anos 1990, altura em que as fronteiras da Europa tornaram-se cada vez mais herméticas (Miambo, 2017:525).

A estes acrescenta-se a existência de um ambiente económico favorável aos negócios e a proximidade de valores culturais e religiosos, segundo Wetimane (2012); a disponibilidade de terras e recursos naturais, a facilidade de entrada no território nacional, bem como o clima e carácter acolhedor das populações locais, consubstanciam Patrício e Peixoto (2018).

Entretanto, para fazer face, foi criado o INAR<sup>6</sup> (51/2003), a regulamentação da lei 21/91 (decreto 33/2007); a regulamentação da lei 5/93 (decreto 108/2014 que revoga o decreto 38/2006) e a criação do SENAMI (lei 4/2014), integrado no Ministério do Interior, no âmbito do reforço do controlo fronteiriço e da presença de estrangeiros no país, a atribuição da natureza paramilitar a nova estrutura dentro da lógica da conformidade com a prática vigente ao nível da região, gere na actualidade o movimento de entrada e saída de qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro (idem).

Neste novo período foi redefinido o conceito de refugiado e de asilo, definidos na convenção de Genebra em 1951, uma vez que não abarcavam refugiados que se deslocavam por outros motivos para além da guerra, passando o novo conceito a abranger indivíduos que se deslocam por outros motivos como problemas ambientais, o espírito de aventura entre outros que fazem com que estes não se assumam como refugiados, e, também, foi transformada a instituição responsável pela assistência aos refugiados, de NAR 1986 passou a tomar a designação INAR em 2003 (idem).

Deste modo, de uma noção de refugiados que servia para designar os moçambicanos retornados, passou-se para uma nova concepção que designa as populações da Região dos Grandes Lagos e do Corno de África, na sequência de conflitos políticos, das guerras étnicas, de catástrofes naturais incluindo problemas ambientais nesses países (idem).

A seguir, foi esboçado a tabela abaixo, que apresenta os dispositivos legislativos e os principais acontecimentos que marcam a presença e apoio dos refugiados em Moçambique, em cada período:

---

<sup>6</sup> Em 1976, o actual INAR, foi criado com a designação de Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação (NARMIL) e estando sob tutela da Presidência da República, cujo objectivo era assistir os Movimentos de Libertação dos países vizinhos, em particular (INAR, 2021).

**Tabela 1. Período e principais dispositivos legislativos e acontecimentos que marcam a presença dos refugiados em Moçambique.**

Período	Dispositivo legislativo e principais eventos
1969-1974	Foi adoptada a Convenção da OUA, em 28 de Julho de 1951 pela Conferência das NU de plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial, tendo entrado em vigor em 1974.
1975	Entrada de refugiados em Moçambique.
1976	Surgimento do Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação.
1980-1990	Agravamento dos conflitos e instabilidade de muitos países africanos
1986	1ª Legislação sobre os refugiados, foi adoptada a directiva que estabelece os princípios gerais a serem observados para o Estatuto de Refugiados.  Criação do NAR. Período de assistência aos moçambicanos exilados e retornados, nos países vizinhos assistidos pelo NAR (antes NARMIL).
1988	Moçambique é parte da convenção. Aprovação do decreto 11/88 de 25 de Agosto, relativa a ratificação da Convenção da OUA sobre os refugiados em África de 10 de Setembro de 1969 e pelo decreto 12/88 de 25 de Agosto sobre a ratificação do protocolo adicional de 31 de Janeiro de 1967, relativo ao Estatuto de refugiado, posteriormente pela Lei 21/91, que estabelece o processo de atribuição do Estatuto de Refugiado, Decreto 5/93 de 28 de Dezembro Lei que regula a entrada, permanência e saída de estrangeiros, os direitos, deveres e garantias
1990	Moçambique como Estado passa de país produtor de imigrantes para país receptor de refugiados
1992	Assinatura dos Acordos Gerais de Paz. O fenómeno dos refugiados ganha maior visibilidade, retorno de moçambicanos, e à entrada de refugiados provenientes da Região dos Grandes Lagos em Moçambique
1996	Período de acomodação dos refugiados da região dos Grandes Lagos,
2003	Criação do INAR (51/2003), A regulamentação da lei 21/91 (decreto33/2007), a regulamentação da Lei 5/93 (decreto 108/2014 que revoga o decreto 38/2006 e a criação do SENAMI (Lei 4/2014).

**Fonte:** Adaptado da tese do Miambo (2017).

A pesquisa bibliográfica feita fez perceber que existem dois tipos de refugiados, sendo o primeiro, o dos refugiados aventureiros, estes indivíduos estão em permanente trânsito à procura de melhores condições de vida, servindo-se portanto deste país como corredor para chegar noutros países como África do Sul (Macamo, 2006). E o segundo tipo, os que procuram se integrar económica e socialmente no local de acolhimento, sendo a partir destes que procuramos compreender o contributo dos indivíduos da Região dos Grandes Lagos de África nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.

## 1.2. Refugiados em Moçambique

Em relação ao primeiro tipo de refugiados, concernente à literatura nacional, Malauene (2004) na sua abordagem afirma que os refugiados, principalmente congolezes estão em “permanente trânsito”, facto que constrange as suas interações com Moçambique e os moçambicanos vivendo na Cidade de Maputo. A autora sublinha que, os refugiados permanecem 3 a 5 anos em trânsito a espera de deixar o país há qualquer momento para reassentamento num terceiro país. Fisicamente os refugiados vivem em Maputo, mas teoricamente se encontram em viagem para o estrangeiro, porque eles não querem ficar em Moçambique.

De acordo com estudos realizados em Maratane, pelo Centro de Estudos da População da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM em 2004, os refugiados acentuam que não escolheram Moçambique como destino final, mas um país de trânsito, uma vez que pretendem chegar à África do Sul, devido as oportunidades que aquele país oferece. Todavia, alguns optam em voltar a Moçambique alegando o facto de não se verificar neste país ataques xenófobos e haver mais oportunidades para fazerem seus negócios (Raimundo, 2020:21).

Nesta óptica, Macamo (2006) afirma que os refugiados têm perspectivas diferentes daquelas defendidas pelo ACNUR e pelas autoridades moçambicanas face ao seu futuro. Essas perspectivas incluem, entre outros, alcançar países desenvolvidos tais como, Inglaterra, França e os Estados Unidos da América. Sendo nesta perspectiva o refugiado percebido como um *aventureiro*, um indivíduo que se arrisca viajando e potenciando-se

através da aquisição de novas habilidades no contacto com indivíduos dos países que vai conhecendo, frequentando suas universidades, empregando-se em suas instituições, exercendo negócios, abandonando esses países quando a sua vida ou a sua liberdade corre risco ou então quando vislumbra novas e melhores oportunidades de integração.

Constatação feita por Macamo (2006), sugere que, este tipo de pessoas desenvolvem um certo tipo de auto-estima, portanto, não simpatizam com o serem rotulados refugiados, pois para eles tal termo é conotado com o ser dependente, utilizam esta categoria de refugiado, quando se apercebem que podem tirar um certo proveito da situação, inserindo-se tal atitude no desenvolvimento das estratégias próprias para garantir a sobrevivência ou integração na sociedade acolhedora.

Quanto aos refugiados que procuram se integrar económica e socialmente, Fielden (2008), aponta que a integração local como solução duradoira combina três dimensões, nomeadamente, como um processo legal, através do qual os refugiados atingem uma série de direitos no país de acolhimento, como um processo económico de estabelecimento de um modo de vida sustentável e um padrão de vida comparável da comunidade local, e por último, como um processo social e cultural de adaptação e aceitação que permite que os refugiados contribuam para a vida social do país anfitrião e que possam viver sem medo de discriminação (Consolo, 2015:10).

No caso de Moçambique, apresenta-se como um bom país para se ser refugiado, enquanto em países vizinhos como Malawi e Zâmbia são impostas sérias restrições à circulação dos refugiados, no caso moçambicano não se impede a saída dos mesmos para fora dos centros de acomodação. Todavia, no que diz respeito as dificuldades enfrentadas sobretudo do ponto de vista da assistência alimentar a situação se assemelha a que se pode encontrar nos outros campos (Consolo, 2004). Assim uma das estratégias desenvolvidas pelos refugiados, para assegurar a sua sobrevivência, é a inserção na comunidade onde desenvolvem várias actividades comerciais (Consolo, 2004).

Facto sustentado por Mulungo (2012), ao mostrar que o referido processo para o exercício de actividades comerciais é facilitado por ONGs, tais como, World Relief e

Caritas. O acolhimento destes, segundo Consolo (2004), assenta nos pressupostos plasmados na Convenção de Genebra através dos seguintes pilares: acomodação, alimentação, educação, saúde, documentação, formação profissional e emprego, assegurados pelas instituições do Estado vocacionadas para a implementação de cada um desses pilares.

Assim, Moçambique, é visto como um país atractivo aos imigrantes que vêm grandes hipóteses de hospitalidade e fraternidade facilitando a abertura de vários estabelecimentos comerciais, dos quais contribuem para a renda familiar e fonte de colecta de impostos por parte do Estado (Miambo, 2017).

Estudo feito por Consolo em Maratane, mostra que apesar de ocorrerem alguns focos de conflitos, os refugiados oferecem uma grande oportunidade para o desenvolvimento económico do país acolhedor, os locais reconhecem claramente que com a chegada de refugiados a situação económica, social de Maratane mudou para o melhor, pois, infraestruturas como centros de saúde, escolas, estradas, foram reabilitadas com apoio da comunidade internacional beneficiando deste modo a comunidade local, daí que Fielden (2008), avança a necessidade de desconstruir a perspectiva do refugiado como um fardo (Consolo, 2015).

Outro levantamento destaca que o fluxo de refugiados, ideias, mercadorias e consumos, contribui para a reestruturação das vidas das pessoas no local de acolhimento, em vários níveis, político, social, económico, familiar e cultural (Macamo, 2006).

Assim a literatura levantada mostra que as migrações podem contribuir positivamente para o futuro da humanidade e para o desenvolvimento económico e social dos países, de tal forma que este fenómeno aponta para a necessidade de repensar-se o mundo não com base na competitividade económica e o fechamento das fronteiras, mas sim, na cidadania universal, na solidariedade e nas acções humanitárias. Ademais, os países devem adoptar políticas que contemplem e integrem o contributo positivo do migrante, vendo assim as migrações como um ganho e não como um problema (Milesi e

Marinucci s/d).

Este quadro nos inspira a perceber a atmosfera dos refugiados fora de Moçambique. É o que fazemos em seguida.

### 1.3. Refugiados noutros países de África

Considera-se aqui a literatura internacional que discute a situação da África, tendo em conta algumas lógicas da política de asilo em alguns países da África Austral e uma análise do Campo de refugiado, sublinhando o acolhimento generoso<sup>7</sup> (Miambo, 2017). Esta mostra que entre os acolhidos contam-se milhares de pessoas que fugiam da fome e da seca que afectaram a região nessa época e não, unicamente, os fugitivos da guerra civil, alargando deste modo, e voluntariamente, o âmbito de aplicação da definição de refugiados.

Segundo Agier (2006), este acolhimento generoso perseguia fins estratégicos, por um lado, produzir estatísticas para solicitar ajuda internacional e, por outro lado, responder aos interesses definidos do ponto de vista agrícola: valorização das terras com recurso a mão-de-obra refugiada e disponibilização de insumos pela comunidade internacional.

Para os seus próprios fins, a Zâmbia cria sua própria estrutura e lei sobre os refugiados, através da qual impõe a obrigatoriedade de acomodação num campo de refugiados ou agrícola. Esta forma de acomodação, tinha como objectivo, o de criar refugiados economicamente viáveis e socialmente integrados na região de acolhimento, com a finalidade de que os mesmos contribuíssem para o desenvolvimento do país de acolhimento e, progressivamente, aligeirar o fardo de assistência quer para o país hospedeiro quer para a comunidade internacional. Contudo os refugiados estavam cobertos de várias restrições, só poderiam levar a vida de agricultores, a liberdade de movimentos para fora do espaço de acomodação era bastante limitada, o acesso à outras formas de trabalho e direitos sobre a terra não eram permitidos, em países como

Botswana, Malawi, DRC, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, os refugiados devem previamente obter uma permissão de trabalho como requisito para aquele reconhecimento (Miambo, 2017:68-70).

---

<sup>7</sup> Política que se considerou generosa porque funcionou como uma espécie de “portas abertas” à todos requerentes de asilo, sem distinção das causas que motivaram a mobilidade forçada até aquele país (Miambo, 2017:181).

Diante deste levantamento bibliográfico, aferiu-se que, os factos trazidos no contexto fora de Moçambique, contrastam com a realidade vivida em Moçambique, através da qual se vislumbrou que o refugiado é livre de viver fora do campo, buscar o seu autosustento por meio das actividades que ele procura desenvolver fora. Pese embora este facto contrastante, os autores demonstram que a similaridade nesses dois contextos é que ambos acabam contribuindo para a redução do fardo nesses países, através do pagamento de impostos, como fonte de receita do Estado para o desenvolvimento do país. Esta forma de agir e olhar os refugiados dentro e fora de Moçambique permitiu levantar alguns pontos que consideramos chaves para traçar a nossa problemática.

#### **1.4. Problema de pesquisa**

A questão central que levanta-se nesta pesquisa foi pensada com base nas abordagens levantadas em diversos estudos sobre os refugiados, por um lado, a discussão em torno da integração e assistência aos refugiados, por outro, o contributo que estes dão, apesar de serem considerados indivíduos carentes à procura de asilo e melhores condições de vida, na óptica de Milesi (2003). Ou como pessoas que representam ameaça à paz e segurança internacionais, na óptica de Abreu (2014).

Segundo Miambo (2017), os refugiados vivem de forma ambígua à margem da sociedade, transformando-se em quase cidadãos estrangeiros tolerados, indesejados e dependentes da assistência internacional que se perpetua por várias décadas. Existe o estabelecimento de um ciclo vicioso onde os refugiados são ajudados porque estão abandonados, devendo constantemente mostrar a sua necessidade de abandono, desta forma, as organizações de ajuda humanitária recorrem a um vocabulário de trauma e vulnerabilidade para descrever a condição do refugiado (Carapeto, 2017:15). Para este autor, o refugiado apresenta-se como o seu próprio meio e fim, uma vez que a sua imagem por si só trará o financiamento para os programas humanitários que lhe permitirão assistência e protecção (idem).

Todavia, apesar de existirem algumas correntes cépticas quanto ao contributo dos refugiados para o processo de desenvolvimento socioeconómico, na generalidade, há

uma percepção de que estes, de alguma forma contribuem para o desenvolvimento, conduzindo a transformações sociais tanto nos países de origem como nos de acolhimento (Patrício, 2015: 189).

Efectivamente, a entrada de estrangeiros, forçada ou voluntária, acaba por afectar todo um conjunto de relações sociais, económicas e políticas no meio onde se inserem, visto que muitos procuram se integrar no meio local, explorando as continuidades culturais, desenvolvendo actividades económicas que permitem de certa forma, o seu contributo para o desenvolvimento económico do país (idem).

Neste âmbito, Patrício (2015) ressalta que, os estrangeiros africanos contribuem para o desenvolvimento das zonas urbanas e rurais do país, mesmo se feito a partir do comércio. A criação de empreendimentos por estes, ainda que precários, permite a diversificação das actividades económicas, proporcionando vários serviços à população local, que o Estado não pode suprir, embora se faça a partir de uma representação ambivalente de “odiados e feridos”, sendo no primeiro caso ao lhes serem imputados desvios sociais condenáveis, e no segundo, quando se lhes apontam comportamentos económicos exemplares que induzem ao desenvolvimento nas regiões de acolhimento (idem).

Face a este contributo, Raimundo (2011), após uma análise dos instrumentos jurídicos como a Constituição da República de Moçambique de 2004, e a Convenção

Internacional Sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias de 1990, ratificado por Moçambique, constatou que Moçambique necessita de forma urgente de instrumentos que assegurem a eficácia da livre circulação da população e garantir que as migrações, sejam factor de redução de pobreza e de desenvolvimento (Raimundo, 2011:65).

Conforme revelam vários estudos, a presença dos refugiados traz múltiplas experiências sociais e económicas de vida, que permitem contribuir para o processo de desenvolvimento das regiões de acolhimento, pois, embora os refugiados cheguem ao local de acolhimento à busca de assistência, estes, também contribuem nas transformações sociais e organização produtiva deste, através das actividades comerciais que lhes permitem exercer o seu

contributo. Este conjunto de constatações trazidas a partir da pesquisa bibliográfica feita e a consideração de que apesar dos avanços até aqui registados, o Distrito de Boane com uma superfície de 820 km<sup>2</sup> e população estimada em 234.989 habitantes, segundo INE/2017 (dados do último Censo populacional), enfrenta grandes desafios de integração de todos níveis da sociedade, por forma a combater a pobreza, as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento económico e social do distrito (Governo do Distrito de Boane, 2016), permitiram traçar a seguinte questão que conduziu o presente estudo: *“De que forma os cidadãos da Região dos Grandes Lagos de África, contribuem na transformação social e organização produtiva do Distrito de Boane?”*

#### **1.4.1. Objectivos do estudo**

Para a materialização do nosso estudo foram traçados os seguintes objectivos:

##### **1.4.1.1. Objectivo Geral**

- Compreender o contributo dos Refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, na transformação social e organização produtiva do Distrito de Boane.

##### **1.4.1.2. Objectivos Específicos**

- i) Caracterizar os refugiados existentes no distrito, por origem, género e actividade profissional,
- ii) Discutir as relações sociais entre os refugiados da Região dos Grandes Lagos de África e cidadãos moçambicanos,
- iii) Verificar as transformações sociais e organização produtiva do distrito no âmbito social, económico e cultural, advenientes da presença e do papel dos refugiados naquele distrito.

### 1.4.2. Formulação de Hipótese

As hipóteses são as possíveis respostas que o autor avança como argumentos antes de ir ao campo. Estas podem ser validadas ou infirmadas. Assim para o estudo feito foi considerada a seguinte:

**H1.** Os refugiados contribuem na transformação social e organização produtiva do Distrito de Boane por meio de novas formas do exercício da actividade comercial, que consistem no uso da balança electrónica por eles introduzida, meio que facilitou às famílias de baixa renda a obtenção de produtos de primeira necessidade em pequenas proporções, de acordo com as suas condições de vida ou preferências.

## CAPITULO II

### 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

#### 2.1. Teorias de base

Esta secção apresenta o suporte teórico da nossa pesquisa, alicerçado pelos conceitos-chave arrolados durante o estudo em torno do contributo dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane, nomeadamente, Região dos Grandes Lagos, Refugiados, transformações sociais e organização produtiva. Estes que de certa forma ajudam na compreensão do presente estudo. Assim para a leitura da problemática levantada achou-se adequada a teoria de acção compreensiva de Weber associada à teoria de estruturação de Giddens que advogam que as estruturas sociais são determinadas pelas acções dos indivíduos, avançando Giddens, demonstra que os indivíduos não são simples receptores mas sim agentes activos e reflexivos capazes de moldar essas estruturas. Acreditamos que esta seja a teoria adequada para o presente estudo uma vez que pode-se através dela captar-se as acções dos refugiados que se encontram inseridos no Distrito de Boane, a desenvolver os seus negócios, e contribuem nas transformações sociais e organização produtiva do mesmo.

#### 2.1.1. Teorias de acção compreensiva de Max Weber

Para a análise do presente trabalho recorreu-se à teoria de acção compreensiva de Weber, pois, tem o seu alcance compreender o sentido da acção humana, em suas relações sociais. Esta teoria, fornece um suporte analítico capaz de interpretar as atitudes e os comportamentos observados por aqueles que directa ou indirectamente estão envolvidos, entendendo a questão do refugiados, como fenómeno social que engloba vários actores sociais que estão a buscar novas experiências, melhores condições de vida, a implantar seus projectos e quiçá contribuir para o desenvolvimento do local de acolhimento. Deste modo, o uso deste recurso teórico foi crucial pois permitiu apreender a acção dos refugiados, as representações sociais em torno destes indivíduos bem como a suas sensibilidades face aos problemas no local de acolhimento. Pois de acordo com Weber

(Trad. Macedo 2007), a Sociologia pode ajudar a compreender a vida social esclarecendo como os indivíduos organizam suas acções.

Na óptica de Weber (1979), acção social é aquela em que o indivíduo exerce orientandose pela acção dos outros, sendo dotada e associada a um sentido. Para o autor, a acção social é marcada pelo seu carácter subjectivo, daí que interessaria à Sociologia compreender a conduta social dos indivíduos procurando explicar as suas causas e consequências. Ou seja, seriam as atitudes que explicariam a conduta social dos indivíduos e para a sua compreensão seria necessário descobrir os seus sentidos, os seus significados, motivações e aspirações.

Weber (1991) salientou quatro tipos de acções sociais, nomeadamente, a acção social com relação a fins, a acção social racional com relação a valores, a acção social afectiva e a acção social tradicional. A acção social racional com relação a fins, refere-se às acções tomadas com um fim específico em mente, isto é, o autor busca atingir um objectivo e age racionalmente para atingi-lo. A acção social racional com relação a valores refere-se a acções que são tomadas segundo os valores morais do sujeito que a pratica. A acção social afectiva configura-se quando um sujeito age com base em seus sentimentos sem levar em consideração o fim que deseja atingir. Já a acção social tradicional está relacionada com o agir baseado no costume e no hábito, isto é, o sujeito age pelo pressuposto da tradição sem o apoio da razão.

O conceito de racionalidade em Weber é inseparável do contexto da acção social, para ele, o indivíduo, unidade básica da sociedade existe na relação com o outro, por essa razão, é pelos valores que as relações sociais devem ser entendidas, e, por serem dependentes do sujeito que os executa, essas acções têm forte carácter subjectivo (Moretti e Pozo, 2015). No domínio do humano, a causalidade tem que ser prolongada pela compreensão, pois, a acção humana persegue fins e valores (idem:21). Na óptica de Weber, os quatro tipos de acções sociais se mesclam, não só quando motivações são hierarquizadas, como também quando se combinam para atingir determinados fins (idem:22).

Esta que consideramos ser uma questão crucial para o argumento deste trabalho, uma vez que, trata de compreender para que fim os refugiados no Distrito de Boane, desenvolvem as suas actividades. E percebemos que na perspectiva de atingir um fim que é a sua sobrevivência os refugiados acabam beneficiando o distrito, os residentes e cidadãos locais no Distrito de Boane. Existe uma relação social racional que se verifica no seio dos refugiados que recai sobre os cidadãos nacionais servindo de exemplo para estes, para dizer que tendo em conta a teoria de Weber foi possível fazer uma leitura dos dados de campo tendo em consideração os diversos tipos de racionalidade, conforme a respectiva análise.

### **2.1.2. Teoria de estruturação de Giddens**

A esta teoria aliou-se também à teoria de estruturação de Giddens, pois este autor dá maior ênfase ao agente competente e reflexivo visto possuir a capacidade de introduzir mudanças no mundo social (Giddens:2000 |1979|).

Portanto, em torno desta teoria encontramos duas abordagens que remetem para uma perspectiva *micro* ou individualista e outra para uma perspectiva *macro* ou estruturalista (Peixoto, 1999). Na abordagem *micro*, o indivíduo dotado de racionalidade e agência, capaz de tomar decisões e preferências, bem como traçar estratégias conducentes a alcançar seus objectivos (idem). A perspectiva *macro*, considera as determinantes colectivas e estruturais que compulsam os agentes a se deslocar (idem). Estas perspectivas remetem-nos de certa forma ao objecto do nosso estudo e à situação do contexto para a qual os refugiados se deslocam, tendo em conta a estabilidade do país. Estas perspectivas serviram de linha de orientação para este estudo, em conexão definimos alguns conceitos que de certa serviram de base neste estudo, a saber, Região dos Grandes Lagos, o conceito do refugiado, transformação social e organização produtiva.

## 2.1. Quadro conceptual

Em torno dos conceitos achou-se pertinente apresentar em primeiro o conceito da região dos Grandes Lagos, região de origem do objecto deste estudo, sendo um dos principais para o entendimento do fenómeno em estudo, em seguida, o conceito de refugiado, conceito que aparece nos instrumentos internacionais de protecção destes indivíduos, nomeadamente, a Convenção de Genebra de 1951 e o protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados, bem como instrumentos regionais como a Convenção da OUA de 1969, relativa a aspectos específicos dos problemas dos refugiados no contexto africano e, a declaração de Cartagena de 1984, que complementa as normas internacionais de protecção à pessoa humana. Da mesma forma, há a considerar os instrumentos que tratam dos refugiados de forma localizada, caso da Lei nº21/91 que estabelece o processo de atribuição do Estatuto de Refugiado em Moçambique. Torna-se também necessário, a definição dos seguintes conceitos, transformação social e organização produtiva, conceitos imprescindíveis neste estudo. Diante do exposto passou-se para a definição dos seguintes conceitos:

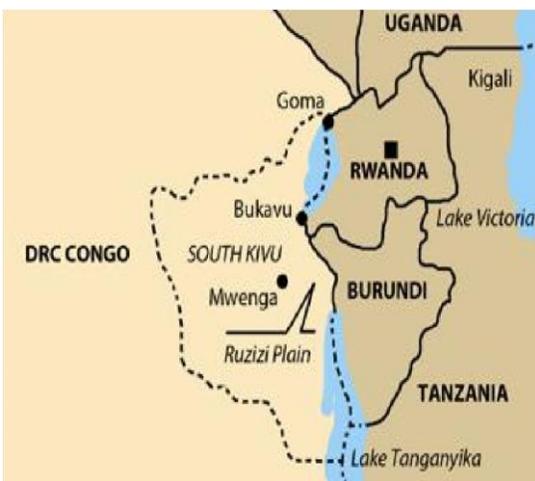
### 2.1.1. Região dos Grandes Lagos

A Região dos Grandes Lagos de África compreende uma vasta zona que inclui Ruanda, Burundi, Uganda, DRC e partes da Tanzânia e Quénia. Geograficamente situada na África Austral, a região, enfrenta historicamente instabilidade e conflitos armados entre os grupos rebeldes de Ruanda (tutsis), Burundi (hútus) e a DRC, que se intensificaram na década 90, sendo o mais recente conflito entre Uganda e Ruanda, onde as tensões tornaram-se mais acirradas ao final de 2018, a partir de desentendimentos com a atuação das Forças Armadas ruandesas na fronteira e a alegação de actividades de espionagem por parte de Uganda (Aguirre, 2019).

A Região dos Grandes Lagos de África, é assim designada pelo facto de possuir um conjunto de lagos de origem tectónica, localizados na parte oriental do continente africano e possui alguns dos lagos mais profundos do mundo. Acredita-se que a maior parte destes lagos existem há cerca de 35 milhões de anos (Brinco, 2020).

O mapa a seguir representa a localização dos países da região dos Grandes Lagos de África.

**Fig. 1. Mapa da Região dos Grandes Lagos de África, indica a localização dos países que fazem parte deste estudo, nomeadamente Burundi, DRC e Ruanda.**



**Fonte:** Escritório da ONU do enviado especial do Secretário-Geral para a região dos Grandes Lagos (2015).

Na região dos Grande Lagos de África, a conflitualidade persiste devido a um conjunto de factores complexo, feito de políticas regionais, interesses financeiros, divisões étnicas e poderes fracos e legítimos (Bihuzo, 2012).

Os conflitos causaram até hoje a morte de dezenas de milhares de pessoas, na sua maioria civis, e fizeram milhões de deslocados. Nalgumas regiões da República Democrática de Congo, a instabilidade prolongada também conduziu ao colapso de serviços sociais básicos e destruiu a actividade económica, provocando um grande número de mortes por subnutrição, falta de acesso a cuidados básicos de saúde e falta de oportunidades de subsistência (idem).

Ao abordar-se sobre a região dos Grandes Lagos de África, três primeiros aspectos saltam à vista. Em primeiro lugar, os elevadíssimos recursos minerais que a região possui, em segundo, a extrema pobreza dos povos dos países que constituem a região, e

em terceiro, os conflitos que assolam a região em causa há várias décadas (Brinco, 2020). A região dos Grandes Lagos de África é bastante extensa, e todos os países que a constituem viveram períodos de conflitos armados, confrontos armados entre as potências colonizadoras em busca de supremacia, as lutas pelas independências dos territórios sob domínio colonial e guerras civis internas, a fim do alcance do poder no interior dos Estados, conflitos étnicos e desentendimentos entre os Estados da região (idem).

### 2.1.2. Refugiado

A palavra refugiado, tornou-se política sugerindo nos imaginários, grandes grupos de pessoas a cruzar fronteiras e a necessitar de ajuda internacional. Como fenómeno de massa, o seu aparecimento culminou com o término da primeira Guerra Mundial, aquando da queda dos Impérios Russo, Austro-Húngaro e Otomano, juntamente com a nova ordem criada pelos tratados de paz, tendo perturbado profundamente a constituição demográfica e territorial da Europa Ocidental (Carapelo, 2017:13). Alguns anos mais tarde, as leis raciais na Alemanha e a guerra civil Espanhola dispersaram por toda a Europa um novo e significativo contingente número de pessoas, mas só a Europa emergente da II Guerra Mundial fez aparecer uma nova categoria política e social, a do refugiado (idem).

Segundo a Convenção de Genebra de 1951<sup>8</sup>:

“O termo Refugiado<sup>9</sup>, aplica-se a qualquer pessoa que temendo ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e receia pedir protecção daquele país (ACNUR, 1996).

---

<sup>8</sup> Esta convenção foi adoptada por uma conferência de plenipotenciários das Nações Unidas (NU) em 28 de Julho de 1951, e entrou em vigor a 21 de Abril de 1954 (ACNUR, 2011)

<sup>9</sup> O conceito refugiado surge em 1685 com milhares de protestantes, fugidos de França, com receio de serem perseguidos e massacrados (Santinho, 2011). Etimologicamente a palavra refugiado tem sua origem no vocábulo latino *refugium*, que significa abrigo ou fuga (Bacaián, 2011 apud Pereira, 2016).

Segundo (Dicher, s/d), a Convenção de Genebra de 1951, ao deixar claro o conceito de refugiado, não permite que se confunda este com outros tipos de migrantes, como deslocados internos, os migrantes económicos e os “refugiados ambientais”, diante da falta a esses migrantes de alguns dos elementos essenciais estabelecidos para a caracterização de refugiado. Os “migrantes ambientais”, especificamente, encontram-se excluídos do âmbito da protecção jurídica do Direito dos Refugiados uma vez que essas pessoas não fogem de conflitos ou perseguições de ordem religiosa, étnica, social ou política, mas por causa dos mais variados e complexos desastres e processos de degradação ambiental (idem).

Neste âmbito este conceito foi alvo de questionamento, pois, na mesma óptica, a ONU reconhece que mais pessoas estão sendo deslocadas por outros problemas como ambientais, económicos e de miséria.

Corroborando, Milesi (2003), afirma que apesar de todos os refugiados serem carentes, nem todas as pessoas carentes são qualificadas como refugiadas, pois outras podem estar a procura de melhores condições de vida.

Portanto, esta definição era restrita, pois, por um lado abrangia somente indivíduos que haviam-se deslocado em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, por outro, somente eram beneficiados refugiados do continente europeu. Para fazer face, foi assinado em 1967 o protocolo adicional à Convenção de Genebra de 1951 que retirou a reserva temporal de acontecimentos ocorridos antes de 01 de Janeiro de 1951.

“Desta forma, considera-se refugiado aquele que se não tiver nacionalidade e se achar fora do país em que tinha a sua residência habitual, não possa ou não queira, em face daquele receio a ele voltar. Como também, devido a uma agressão externa, ocupação, dominação estrangeira, ou acontecimentos que alteram em termos graves a ordem pública numa parte ou em todo o país de origem, seja obrigado a deixar o lugar da sua residência habitual, com a finalidade de pedir refúgio em

outro lugar fora do país de origem ou de nacionalidade (artigo 1 da Lei 21/91 de 31 Dezembro”.

Esta definição tem em atenção a convenção de Genebra de 1951, o protocolo adicional assinado no dia 31 de Janeiro de 1967, e a convenção da OUA de 1969. Nesta senda, baseando-se nestes instrumentos, Consolo (2015), constatou que o conceito de refugiado evoluiu bastante ao longo do tempo. O protocolo buscou eliminar as limitações geográficas e temporais contidas na Convenção de Genebra de 1951.

Todavia, embora o Protocolo de 1967 tenha eliminado as limitações geográficas e temporais contidas na Convenção de Genebra de 1951, os Estados africanos sentiam-se excluídos em usufruírem dos direitos dos refugiados por questões relacionados com a dominação estrangeira, agressões externas, etc. (Sande, 2019).

Os estados africanos reuniram em Adis- Abeba de 6-10 de Setembro de 1969 para a assinatura da Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), incluindo deste modo na definição de refugiados as questões específicas do continente africano. Através do n<sup>o</sup>2 do Artigo 1<sup>o</sup> da Convenção da OUA de 1969, define refugiado da seguinte forma:

“O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou totalidade do seu país de origem ou país que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar de residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade” (Convenção da OUA, 1969).

Assim, uma das inovações introduzidas nesta definição foi a aplicação do termo refugiado à indivíduos que fogem da perseguição e da violência generalizada.

Tendo como base a lei 21/91, de 31 de Dezembro, considerada lei dos refugiados em Moçambique:

“Será definido o refugiado como sendo “todo aquele que tenha fundado receio de ser perseguido por causa da raça, religião, nacionalidade,

filiação em determinado grupo social ou suas opiniões políticas, e se encontra fora do seu país da sua nacionalidade e não possa, ou em virtude daquele receio, não queira voltar ou pedir protecção daquele país”.

Importa distinguir Refugiados com Estatuto do Requerente de asilo, estes últimos, de acordo com os conceitos, não podem ser considerados refugiados, pois, entende-se que refugiado, é um Indivíduo cujo pedido de asilo foi apreciado positivamente pelo Ministro do Interior, culminando com a concessão do Estatuto de Refugiado, segundo a lei n°21/91, de 31 de Dezembro, a Convenção de Genebra de 1951 e a dos Apátridas de 28 de Setembro de 1954 (Ivo Boaventura, entrevista do dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

#### **2.2.2.1. Refugiado com Estatuto**

O Refugiado com Estatuto, é um indivíduo já reconhecido como refugiado, podendo ter acesso a várias instituições do Estado e ao trabalho. Este tem direitos consagrados como o direito a documentos que lhe conferem a nacionalidade moçambicana, o passaporte, etc. Possui múltiplos serviços em relação ao requerente do asilo uma vez que terá cumprido com todos os requisitos. A contagem do tempo de permanência só começa a partir do momento que torna-se refugiado, independentemente de ter ficado 20 ou mais anos no local de asilo (José Muianga, entrevista do dia 03 de Junho de 2021, CEMIRDE, Cidade de Maputo).

#### **2.2.2.2. Requerente de asilo**

Requerente de Asilo, é um indivíduo que submeteu ou pretende submeter um pedido de asilo, para concessão do estatuto de Refugiado; ou seja, é um indivíduo registado, que está em processo de decisão da sua situação jurídica dentro do país, para se decidir se esse mesmo indivíduo preenche os requisitos para a concessão do Estatuto do Refugiado ou não (Ivo Boaventura, Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

Nesta senda, pode-se concluir que um refugiado, é um individuo que tem oficialmente o estatuto reconhecido, ao passo que, o requerente de asilo é uma pessoa que indicou ter interesse em pedir asilo, mas que ainda não lhe foi concedido o estatuto de refugiado (Sande, 2019).

Abreu (2014), alarga a sua definição, referindo-se ao requerente de asilo a uma pessoa que buscou proteção internacional e cujo pedido de estatuto de refugiado ainda não foi determinado ou pode-se também referir a alguém que ainda não apresentou um pedido ou alguém que está a espera de uma resposta. Este autor sublinha que no início todos os requerentes de asilo são refugiados, ou seja, uma pessoa não se torna refugiado por reconhecimento, mas sim, é reconhecido porque é refugiado (Abreu, 2014).

De referir que, o documento do requerente de asilo é válido por 3 anos e apresenta uma barra verde, enquanto o do refugiado é válido por 5 anos e apresenta uma barra azul na parte inferior. Difere de outros países africanos como Malawi e Zâmbia, visto que nestes países, apresentam uma curta duração de validade, que varia de 6 meses para o requerente de asilo, 1 a 2 anos para o refugiado com estatuto. Outrossim, enquanto Moçambique atribui um cartão, noutros países africanos, atribuem um papel de difícil conservação, fácil de falsificar, na óptica de José Muianga (Responsável pela área jurídica na CEMIRDE. Entrevista do dia 03 de Junho de 2021, CEMIRDE, Cidade de Maputo).

A tabela 2 sintetiza os conceitos usados para diferenciar os refugiados. Refugiado, Requerente de Asilo, acrescido o conceito de Apátrida, raramente usado uma vez que não é recorrente verificar-se esta situação.

**Tabela 2. Ilustra de forma resumida os conceitos do Refugiado, Requerente de Asilo e Apátrida**

<b>Segundo a lei n°21/91, de 31 de Dezembro, a Convenção de Genebra de 1951 e a Convenção dos Apátridas de 28 de Setembro de 1954:</b>	
<b>Refugiado</b>	Indivíduo cujo pedido de asilo foi apreciado positivamente pelo Ministro do Interior, culminando com a concessão do estatuto de Refugiado (Ivo Boaventura, Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021)
<b>Requerente de asilo</b>	Indivíduo que não possui estatuto de refugiado, submeteu ou declara que pretende submeter um pedido de asilo, para concessão do estatuto de Refugiado (Ivo Boaventura, Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021).
<b>Apátrida</b>	Ser apátrida significa não possuir nacionalidade ou cidadania. É quando o elo legal entre o Estado e um indivíduo deixa de existir. As pessoas apátridas enfrentam numerosas dificuldades em seu quotidiano, não possuem acesso aos serviços de saúde, direitos de propriedade e direito de deslocar-se livremente (Souza, 2017:38).

**Fonte:** Elaborado por Dulce Sambo, a partir de entrevistas e revisão de literatura.

### **2.2.3. Transformação social**

A transformação social refere-se ao processo de mudança nas normas, valores e hierarquias institucionalizados ao longo do tempo. É a maneira pela qual a sociedade muda devido ao crescimento económico, à ciência, às inovações tecnológicas e à guerra ou a convulsões políticas (Gonzales, 2021). Segundo este autor, a transformação social afecta as interações e o estilo de vida das pessoas, sendo actualmente evidenciada por dois conceitos significativos, a cultura e a globalização. Para Durkheim (1893), transformação social, é um processo de evolução, onde a sociedade evoluiu da solidariedade mecânica para a orgânica, sendo para ele, a divisão do trabalho o principal factor que leva uma sociedade à transformação social (Weber, 2006).

#### **2.2.4. Organização Produtiva**

Entende-se organização produtiva uma forma como se dispõe um sistema para atingir os resultados pretendidos, sendo formado por pessoas, tecnologias e tarefas. A abordagem sociológica das organizações, prioriza a análise de grandes grupos que exercem suas actividades em conjunto, afastando-se da análise de questões particulares que ocorrem no dia-a-dia (Schultz, 2016). Este conceito foi trazido por Marx, como *modo de produção*, uma maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como utiliza e os distribui. O modo de produção é por sua vez formado, por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade. As forças produtivas constituem a conjunção de meios de produção e força de trabalho em determinado processo de trabalho, e as relações de produção são materializadas nas formas de exploração de produtores por não-produtores (Garcia, 2011).

## CAPITULO III

### 3. METODOLOGIA

A presente secção apresenta as opções metodológicas seguidas nas diferentes etapas de pesquisa, com vista o alcance dos resultados. Tratando-se de um estudo etnográfico, optou-se pela metodologia qualitativa, com recurso a técnicas de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação directa. E instrumentos de recolha de dados como o guião de entrevista contendo entrevistas semiestruturadas, um gravador para gravar as entrevistas, um bloco de notas para o registo de dados de campo que não foram possíveis gravar, como as conversas informais, bem como marcação de entrevistas, e uma máquina fotográfica para captar as imagens. Para a análise de dados foi feita a análise de conteúdo e documental. Nesta secção também são apresentados os procedimentos éticos da pesquisa de campo e suas limitações.

#### 3.1. Natureza da pesquisa

O presente estudo, visa compreender o contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane. Para o alcance dos resultados, os objectivos foram inseridos numa abordagem qualitativa, uma vez que esta envolve um arcabouço teórico e prático de especificidades, e particularidades do ambiente a ser analisado no terreno, da qual, a selecção dos métodos e procedimentos são a base imprescindível para a garantia do rigor científico, legitimidade, exequibilidade e autenticidade da investigação em curso (Júnior e Lanza, 2017). A pesquisa qualitativa, permitiu verificar, descrever, explicar, interpretar, ou avaliar as acções dos refugiados no Distrito de Boane (Gil, 2000).

#### 3.2. Método de pesquisa

Os métodos de pesquisa são a base imprescindível para a garantia do rigor científico dos trabalhos produzidos no universo académico, constituindo-se como um corpo de práticas, procedimentos e regras usadas no processo de busca de dados ou de informações num

campo específico do conhecimento. Este orienta para o conhecimento da realidade empírica, auxilia na selecção, observação, recolha, classificação e análise dos fenómenos e factos sociais (Margaça e Rodrigues, 2017). Deste modo, o recurso ao método etnográfico, foi crucial neste estudo, pois permitiu estar frente a frente com os participantes e compreender a vida quotidiana dos sujeitos de pesquisa. Através deste método foi captado a vida dos refugiados, as relações sociais entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito, as actividades desenvolvidas pelos refugiados e o contributo destes na transformação social e organização produtiva no Distrito de Boane. Na perspectiva de Geertz (1989), o método etnográfico visa a interpretação das experiências, e o posterior uso dos relatos dessas interpretações a fim de se chegar a algumas conclusões. Portanto, este método permitiu, não apenas descrever acontecimentos sociais, comportamentos, e experiências mas interpretá-los dentro do contexto em que se encontram, de maneira a fazerem sentido a alguém que esteja à parte dessa sociedade.

### **3.3. Etapas da pesquisa**

Iniciei a pesquisa recorrendo à revisão bibliográfica e documental que consistiu na selecção de fontes relevantes como obras, artigos, trabalhos de licenciatura e dissertações de mestrado, nas bibliotecas da UEM, Arquivo Histórico de Moçambique e ou em outras bibliotecas físicas e virtuais, sobre o assunto em estudo, e em algumas instituições de apoio aos refugiados, nomeadamente INAR e CEMIRDE que disponibilizaram relatórios, revistas sobre a questão das migrações, e alguns documentos nomeadamente, o quadro legal, o decreto do INAR, dados referentes ao número de requerentes de asilo por país, entre outros. Foi a partir da revisão documental que se definiu o problema da nossa pesquisa, os objectivos, a hipótese, a definição dos conceitos que sustentaram a nossa investigação nomeadamente, o conceito de Grandes Lagos, refugiado, transformação Social e organização produtiva, bem como a escolha das técnicas que foram utilizadas para se alcançar os objectivos deste trabalho. Num segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo sendo neste período que foram extraídos dados e informações da realidade do nosso objecto de estudo.

### **3.4. Local e tempo da pesquisa**

A recolha de dados decorreu, no Distrito de Boane, entre os meses de Maio a Julho de 2021. O Distrito de Boane, foi o local que albergou Refugiados na sua maioria da Região dos Grandes Lagos de África, nomeadamente burundeses, congolezes e ruandeses, devido à estabilidade política na região. Especificamente a recolha de dados foi feita no Governo do Distrito, no conselho municipal, no mercado municipal e nos bairros. Para complementar fez-se a pesquisa de campo na Cidade de Maputo, em instituições que lidam com os refugiados, nomeadamente, INAR, CEMIRDE e SENAMI. Estas foram feitas em locais escolhidos pelos participantes, principalmente onde desenvolvem as suas actividades.

### **3.5. Técnicas de recolha de dados**

Durante o trabalho de campo foram feitas entrevistas individuais e uma em grupo. As entrevistas foram abertas, de forma semiestruturada, também procedeu-se a conversas informais, histórias de vida dos refugiados e observação directa. De acordo com Minayo e Costa (2018, p.141), as entrevistas caracterizam-se por uma conversa a dois, entre o investigador e o seu interlocutor, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objecto de investigação. As entrevistas semi-estruturadas, combinam um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e concomitantemente, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados (Minayo e Costa, 2018, p. 142).

De referir que, as entrevistas semiestruturadas foram feitas em línguas Changana e Portuguesa, de acordo com a preferência e o nível de conforto dos participantes, sendo também línguas que os refugiados procuram aprender quando chegam no distrito. As mesmas incidiram sobre a história de vida dos refugiados, acolhimento e assistência aos mesmos, a integração e processo de adaptação, actividades profissionais dos refugiados, incidiram também sobre as relações sociais entre os refugiados e os cidadãos

moçambicanos residentes no distrito, bem como no contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do distrito. Por meio de conversas informais os participantes falaram de forma aberta e à vontade, o que permitiu a recolha de mais informações a respeito do assunto (Gil, 2000). Em alguns estabelecimentos comerciais, moçambicanos que não se sentiam à vontade falar da vida dos refugiados na presença dos mesmos, optaram por detalhar as experiências dos refugiados, tendo em conta o tempo de trabalho e convivência com os mesmos. Contudo abertos a prestar entrevista num outro momento.

Através das histórias de vida, apreendemos as origens dos refugiados, o percurso destes desde as suas origens até ao Distrito de Boane, o processo de inserção e integração no local do acolhimento bem como as actividades por eles executadas. Nas histórias de vida, um aspecto incontornável e marcante reside no facto de o indivíduo, na sua singularidade, ser objecto de estudo e os dados obtidos, na primeira pessoa tornarem possível a compreensão de aspectos básicos do comportamento humano (Bogdan e Biklen, 1994).

Através da observação directa, foram apreendidos os comportamentos e acções dos refugiados, as transformações sociais e o modo como os refugiados se organizam no local de trabalho. A observação permitiu o rápido acesso a dados sobre fenómenos novos e inexplicados que não seriam possíveis somente através de entrevistas (Gil, 2000). Através da observação foi possível notar que os refugiados para as suas actividades procuram ocupar lugares estratégicos, preferencialmente ao longo das vias, e a forma como se encontram estruturados os refugiados e cidadãos moçambicanos nos seus estabelecimentos comerciais.

### **3.6. Instrumentos de pesquisa**

Durante a recolha de dados foi usado um guião de perguntas abertas incluindo dados demográficos e sociológicos, um gravador que permitiu conservar a informação para a posterior transcrição e análise dos dados, um diário de campo, onde foram registados as conversas dos participantes que recusaram a gravar a informação, algumas conversas informais anotadas após término da entrevista bem como marcações para o encontro com

os participantes. E uma máquina fotográfica que permitiu captar algumas imagens do distrito. É de referir que algumas fotografias foram-nos facultadas por Narciso Ubisse, nacional residente conhecido como influente e colecionador de várias fotos do distrito. Mas que na altura da pesquisa não se encontrava no distrito, tendo sido o contacto, por via telefónica.

### **3.7. Grupo-alvo e selecção de amostra**

No Distrito de Boane, as entrevistas foram direccionadas aos líderes político-administrativos, caso do Chefe de quarteirão 2, Armando Sambo, ao Chefe de Gabinete do CMVB e representante do presidente do município Alberto Refo, ao vereador do conselho municipal de Boane, Rodrigues Macuácuca entre outros, escolhidos em função de interesse e aceitação às entrevistas. Foram também feitas entrevistas aos cidadãos moçambicanos residentes (um total de 12 entrevistas), e um grupo focal composto por vendedores do mercado municipal (constituído por 5 pessoas, 4 mulheres e 1 homem) bem como aos próprios refugiados inseridos no distrito.

De referir que dentre os refugiados (burundeses, ruandeses e congolezes) maior número de entrevistas foi a dos burundeses, um número de 8 a seguir 4 ruandeses, e 2 congolezes, tendo entrevistado mais indivíduos do sexo masculino, devido as dificuldades enfrentadas para entrevistar as mulheres. Na sequência, foram feitas entrevistas nas instituições que se encontram na cidade de Maputo e que lidam com os refugiados, tendo no INAR entrevistado o responsável pelo sector que lida com os refugiados, Ivo Boaventura. Através deste foi possível conversar com os representantes da comunidade burundesa e congoleza em Moçambique, no CEMIRDE, com o responsável pela área jurídica que apoia os refugiados, José Muianga e no SENAMI, dois funcionários foram entrevistados. No total foram feitas 26 entrevistas individuais aos refugiados e cidadãos nacionais e uma discussão em grupo. Quanto às instituições devo louvar pela colaboração prestada, tendo sido fácil uma vez que lidam sempre com presença dos estudantes que buscam apoio para terminar seus trabalhos do final do curso. No caso do Distrito de Boane o estudo foi visto como mais-valia para este distrito e enaltecera o facto de ser um assunto tratado pela primeira vez neste.

A amostra foi probabilística. A escolha dos participantes foi feita de forma aleatória e com recurso à bola de neve, em colaboração com os responsáveis dos bairros, funcionários do Conselho Municipal de Boane e alguns refugiados, que facilitaram o contacto com os participantes, em especial com os refugiados. Primeiro foi feito o contacto com os líderes políticos administrativos nos bairros, estes que deram primeiro o seu contributo, e feitas as entrevistas com os mesmos forneceram contactos de indivíduos refugiados, estes que também ajudaram no contacto com os seus conterrâneos, facilitando deste modo a aceitação dos mesmos. Algumas entrevistas aos refugiados foram facilitadas por John Banza, de origem burundesa, proprietário de um salão de corte do cabelo e um dos primeiros refugiados em Moçambique, que chegara na década 90, bastante conhecido por ajudar seus conterrâneos a se integrar no distrito. Este procurou falar com os seus amigos e conterrâneos para a colaboração. Outro indivíduo cidadão moçambicano e residente no Distrito de Boane, Armando contente, também procurou falar com outros “irmãos” (como assim se apelidam), para a entrevista.

### **3.8. Análise e tratamento da informação**

Para o tratamento dos dados empíricos, baseou-se na análise do conteúdo, conforme demonstra Bardin (2006), a análise do conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade. Esta técnica obedece três fases, a saber, a pré-análise, que consiste na sistematização dos dados, a exploração do material, consiste na categorização, e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste no cruzamento entre os dados de campo e a teoria.

Para Minayo (2003, p.74), a análise de conteúdo é compreendida muito mais como um conjunto de técnicas. Na perspectiva da autora constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está atrás dos conteúdos manifestos.

A análise de conteúdo constitui-se num método específico que parece mais claro em razão da elaboração esquemática que o acompanha (passo a passo), tornando-o mais fácil e menos ambíguo, devido à possível redução do material anteriormente delineado. Assim tal aspecto também pode ser visto como uma das potencialidades da técnica, pois, como asseveram muitos pesquisadores, a análise do conteúdo reduz a complexidade de uma colecção de textos. Foi a partir desta técnica que foram feitas as transcrições, a organização e síntese dos dados, culminando com a discussão interpretação e análise dos dados.

### **3.9. Questões éticas que foram seguidas durante a pesquisa**

Antes de conduzir a entrevista, tomou-se em consideração a situação da vulnerabilidade em que se encontram os refugiados, não podendo descurar o facto de estarem a sair das suas terras de origem devido aos conflitos étnicos, quiçá alguns por outros motivos que não pretendem ser revelados, assim, procedimentos éticos foram importantes para iniciar a interacção com os participantes, a apresentação do consentimento informado e o garante à confidencialidade, de modo a oferecer confiança e evitar clima de suspeita em relação à pesquisadora, desta feita poder colher dados fiáveis, foi garantido que nenhum dado seria usado para um outro fim, senão académico. Conforme foi avançado por Goldenberg (1997), para realizar uma entrevista bem-sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, acima de tudo.

Neste sentido, a secção foi iniciada por conversa para quebrar o gelo, que permitiu deixar à vontade os participantes. De seguida foi apresentado o consentimento aos participantes, lido e assinado por mim e pelos participantes, em seus próprios nomes ou usando nomes fictícios, alguns preferiram o anonimato, caso dos refugiados. Outrossim, foi pedido permissão aos entrevistados para gravar a entrevista. Tendo em conta o cenário actual da Pandemia da Covid-19, de modo a não se colocar em risco a saúde e a vida dos participantes bem como da própria pesquisadora, foi obedecido o distanciamento social de 1.5 metros, incluindo a protecção através do uso de máscaras e o recurso ao álcool em gel. Importa referir que em torno destes procedimentos éticos, alguns participantes responderam abertamente e sem rodeio às questões, e também permitiram que não ocultasse os seus dados, cientes que o trabalho é para fins académicos.

### **3.10. Limitações do estudo e formas de superação, durante a recolha de dados**

Fazer a pesquisa e entrar em contacto com o objecto de estudo, não constitui tarefa fácil. Uma das tarefas é procurar se familiarizar com o seu objecto de modo que haja acessibilidade na busca do que se pretende. Por isso esta constitui uma etapa marcada por vários constrangimentos.

Nesta senda, durante a recolha de dados uma das dificuldades enfrentadas foi convencer as mulheres refugiadas a ceder à entrevista, uma vez que se encontravam a desenvolver seus negócios, por outro lado alegavam que não podiam ceder a entrevista por falta de autorização dos pais ou dos seus parceiros, outrossim, alegando que não são permitidos fornecer entrevista ou dar qualquer esclarecimento por temer represálias, pelas quais já teriam passado. Vários argumentos foram arrolados, dentre outros, porque não tinham informação, por outro lado, alegavam que os melhores para dar informação eram os homens.

Assim, um número de três mulheres refugiadas foi entrevistado, todavia optaram pelo anonimato, outras que haviam sido marcadas foram canceladas pelas próprias refugiadas. No decorrer das entrevistas em instituições que lidam com os refugiados, nomeadamente, o INAR e o CEMIRDE, foi revelado que o facto das mulheres refugiadas recusarem prestar as entrevistas, por um lado, deve-se aos valores e costumes dos seus locais de origem onde apenas é permitido o pronunciamento dos homens, as mulheres apenas devem obediência, podendo se pronunciar com autorização dos seus parceiros. Por outro lado, em causa está o medo uma vez que mesmo estando neste país continuam sendo alvos de perseguições relacionados com assuntos políticos nos seus países de origem.

Alguns participantes, dentre os quais refugiados, alegavam falta de tempo, de tal modo que as entrevistas foram várias vezes adiadas, comprometendo também o tempo de duração da pesquisa. Por outro lado, surgiram desconfianças em torno da pesquisa, por parte dos refugiados, alegando que se tratava de uma pessoa da PIC, actual SERNIC.

Servimo-nos da Guia e Credenciais disponibilizadas pela UEM para o esclarecimento. Os obstáculos foram ultrapassados através da colaboração de alguns indivíduos com melhor entendimento sobre os trabalhos deste género, alguns refugiados e cidadãos

nacionais, através dos líderes político administrativos e do contacto que tive com os representantes das comunidades, burundesa e congoleza em Moçambique. Foi nesse instante que foram desenvolvidas conversas informais com vários trabalhadores dos estabelecimentos comerciais dos refugiados, que forneceram mais detalhes da vivência e experiências dos refugiados. Estas experiências foram anotadas a posterior no bloco de notas. Para as entrevistas efectuadas em locais de trabalho, nomeadamente, em contentores, bares e salões de corte de cabelo, um dos constrangimentos que se enfrentou resume-se em interrupções temporárias das entrevistas, pois durante as mesmas, os entrevistados atendiam também aos seus clientes.



**Fig. 3. Edifício do Governo do Distrito de Boane.**



**Fonte:** Dulce Sambo, Foto tirada no dia 22 de Janeiro de 2022.

#### **4.2. Divisão administrativa**

O distrito está repartido em dois Postos Administrativos, nomeadamente Boane Sede e Matola Rio. Por seu turno, o primeiro incluiu as localidades de Gueguegue e Eduardo Mondlane, enquanto o segundo engloba as localidades de Matola-Rio Sede e Mulotana. O Posto Administrativo de Boane Sede, com uma extensão territorial, de 597Km<sup>2</sup>, é composto 33 povoações/bairros/aldeias sendo 19 na Localidade de Gueguegue, um dos bairros onde se fez a recolha de dados e 14 na Localidade de Eduardo Mondlane. O Posto Administrativo da Matola-Rio, com uma extensão de 223 Km<sup>2</sup> é composto por 11 povoações/bairros/aldeias, seis (6) na Localidade de Matola-Rio Sede e cinco (5) na Localidade de Mulotana (MAE, 2005). Conforme ilustra a tabela abaixo:

**Tabela 3. Divisão administrativa do Distrito de Boane, organizado territorialmente em dois postos administrativos, 4 localidades e 44 povoações, aldeias e bairros.**

Posto Administrativo	Localidade	Povoações/Aldeias/Bairros
Boane-Sede	Gueguegue	<i>Bairros:</i> 1,2,3,4,5,6,7 e Belo Horizonte. <i>Povoações:</i> Picoco, Mukhombo, Tinalene, Muteve, Matchume, Radio Marcone, Chipapa, Campoane, Filipe Samuel Magaia. <i>Aldeias:</i> 25 de Setembro e Campoane.
	<b>Subtotal 1</b>	<b>19</b>
	Eduardo Mondlane	<i>Povoações:</i> Eduardo Mondlane, Marien Ngoaby, 25 de Junho, Jossias Tongogarra, 7 de Setembro, Ambrosio, Gimo, Saldanha, Umpala, Manguiza e Mahanhana. <i>Aldeias:</i> Massaca I, Massaca II e PSK
	<b>Subtotal 2</b>	<b>14</b>
Matola-Rio	Matola-Rio Sede	<i>Povoações:</i> Matola-Rio, Djuba Sede, Chinonanquila, Djuba B, Djonasse e Beluluane.
	<b>Subtotal 3</b>	<b>6</b>
	Mulotana	<i>Povoações:</i> Gumbane, Mavoco, Mulotana, Zilinga e Machauchau.
	<b>Subtotal 4</b>	<b>5</b>
<b>Total</b>		<b>44</b>

**Fonte:** Governo do Distrito de Boane (2016).

Segundo MAE (2005), Boane, foi elevada à categoria de distrito de 1ª classe em Abril de 1987 pelo Decreto, Lei nº8/87 e a sua Sede passou à categoria de Vila pela Resolução 9/87 de 25 de Abril do Conselho de Ministros. O distrito possui uma posição geográfica estratégica, sendo atravessado pela Estrada Nacional nº2 e a linha férrea que liga Moçambique ao Reino da Eswatini e à República da África do Sul servindo de um corredor de pessoas e bens.

### **4.3. População e origem do nome**

Sobre a origem do nome e população do distrito, MAE (2005) refere que, o nome da vila e região terá a sua origem num habitante local de nome Mboene, que os portugueses alteraram para Boane, a sua população têm origem nos emigrantes Bantu que se teriam emigrado há provavelmente cerca de um milénio de anos atrás a partir da região central de África. Parte desses emigrantes instalaram-se no Sul de Moçambique, incluindo Boane, dando origem aos Tsonga que se identificavam com o povoamento disperso. Assim, o distrito é actualmente habitado por uma população maioritariamente Tsonga das etnias Ronga e Changana. Tendo o Xichangana como a língua materna dominante, constata-se que 82% da população do distrito, tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho (Governo do Distrito de Boane, 2016).

Cerca de 70% da população têm como principal actividade económica a produção agrícola, maioritariamente feita em regime de sequeiro apesar dos cursos de água existentes, que pertencem as bacias hidrográficas dos rios Umbelúzi, Movene e Catembe de regimes periódicos, o potencial de irrigação no Distrito é de 5.000 ha sendo a área irrigada actualmente de 1.730ha (MAE, 2005).

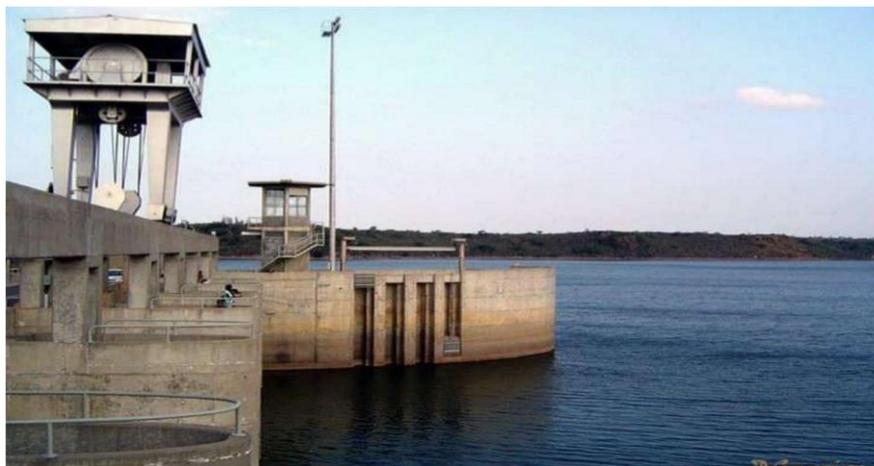
### **4.4. Potencialidades**

Devido a sua posição geográfica, o Distrito de Boane tem servido de um corredor de pessoas e bens nos dois sentidos, entre o Reino da Swazilândia e a Cidade Capital de Moçambique, e entre esta e a República da África do Sul, contribuindo para uma actividade comercial bastante activa, tendo conhecido avanços significativos no campo socioeconómico (Governo do Distrito de Boane, 2016).

A barragem passou a constituir um pólo de atracção da população devido as melhores condições de vida que passaram a existir, pois para além de servir como fonte de abastecimento da água, irrigação, produção de energia hidroeléctrica e amortecimento de

cheias, esta constitui um pólo turístico muito forte para a população residente no distrito, bem como para os viajante, tendo como características paisagens impressionantes associadas as características do relevo, às condições climáticas e à existência dos rios (Governo do Distrito de Boane, 2016).

**Fig.4. Barragem dos Pequenos Libombos**



**Fonte.** Tirada por Narciso Ubisse (cidadão moçambicano residente no Distrito de Boane).

Actualmente o Distrito de Boane constitui um grande atrativo, pois oferece grandes oportunidades de integração dos indivíduos, estando aqui integrados indivíduos de vários pontos de África como os somális, os bengalis, os nigerianos, bem como os indivíduos da Região dos Grandes Lagos de África, objecto de estudo neste trabalho. Esses utilizam o território da província como ponto de passagem para a África do Sul ou mesmo como destino final, quando é a província de Maputo. Na província de Maputo, concentra-se o maior parque industrial e comercial do País com cerca de 1.914 indústrias transformadoras e 3.061 estabelecimentos comerciais, dos quais boa parte, são proprietários, os refugiados (Governo do Distrito de Boane, 2016).

Como se pode depreender, o distrito em referência dispõe de condições que servem de atrativo aos imigrantes, além de que é neste que pode-se encontrar o maior quartel de Moçambique que oferece segurança e proteção aos residentes locais e aos respectivos imigrantes que vem a procura de asilo. Em Maio de 2013 foi criado o Município de

Boane, no âmbito da expansão do processo de autarcização do país. A elevação à categoria de município fez com que a vila virasse o centro das atenções dos cidadãos que procuram um espaço para fixar habitação (Governo do Distrito de Boane, 2016). **Fig. 5. Edifício do CMVB.**



**Fonte:** Dulce Sambo, foto tirada no dia 22 de Janeiro de 2022.

## CAPITULO V

### 5. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO

Nesta secção do trabalho são apresentados os resultados do nosso estudo, suportado pelo aporte teórico e metodológico, à luz da teoria compreensiva de Max Weber e Estruturação de Giddens, que nos permitem compreender as acções dos refugiados no Distrito de Boane. A partir da abordagem qualitativa, faz-se uma análise do contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane. Para a melhor compreensão, apresenta-se primeiro as histórias de vida dos refugiados, desde as suas origens até Moçambique, Distrito de Boane em particular, discute-se o processo de acolhimento, integração e adaptação dos refugiados bem como as relações sociais entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito, por último, o contributo dos refugiados nas transformações sociais que se verificaram no Distrito de Boane com a chegada dos refugiados.

#### 5.1. Histórias de vida dos refugiados

Trabalho empírico revela que a chegada dos refugiados no Distrito de Boane teve início na década de 90, entre os anos 1993 e 1994, após a assinatura dos Acordos Gerais de Paz em Moçambique, facto que impulsionou a chegada dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África.

De facto, à luz dos dados disponibilizados pelas autoridades moçambicanas de migração, de assistência aos refugiados, e os tornados públicos pelo ACNUR e a OIM, foi a partir dos anos 1990 que iniciou-se no país uma nova etapa em torno da problemática das migrações internacionais, caracterizada por um influxo de requerentes de asilo provenientes da região dos Grandes Lagos e do Corno de África (Miambo, 2017:525). Para chegar neste país, os refugiados percorrem vários pontos, usando várias vias dentre elas, a via marítima, a via aérea, sendo a maior parte os que usam a via marítima através

de embarcações, e a terrestre, por meio de comboio. Como se pode constatar nos depoimentos deste entrevistado, de nacionalidade burundesa, descreve a sua história da seguinte forma:

*“Sai de Burundi por causa da guerra, em 2007 e apanhei um barco para atravessar até Zâmbia. Na altura tinha 22 anos. Quando eu saí de lá eu me comuniquéi com o meu tio que encontrava-se cá. Meu pai já tinha morrido baleado em 1994 e minha mãe veio a falecer em 2011, vítima de doença. Para vir à Moçambique, eu acompanhava notícia pela internet e sabia que havia paz. Quando estava em Burundi conheci Moçambique no tempo da missão da paz, através de moçambicanos que estavam lá, nós pudemos conhecer o comportamento do moçambicano, ali se comportava bem, assim gostamos de Moçambique. Então passei pela Zâmbia, assim não tinha como passar de Nampula usando essa via, só se tivesse entrado por Tanzânia. Então eu vim directamente até aqui em Maputo no INAR, foram dar documentos do refugiado. Depois fiquei aqui com meu tio que chegou aqui em 96. Quando cheguei comecei a trabalhar com um congolês chamado John, proprietário de um salão de corte de cabelo lá nas casas brancas, então eu comia pouco e guardava pouco. Depois abri meu próprio salão”* (Burundês. Entrevista do dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Através deste depoimento pode-se constatar que antes de se deslocar, os refugiados procuram se informar acerca da situação de cada país, facto que os ajuda a tomar decisão, para onde se refugiar. Como foi no caso de Moçambique os refugiados tomaram conhecimento dos Acordos gerais de Paz assinados em 1992 que marcavam o fim da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO.

Outro entrevistado, que também teria embarcado num navio conta a sua trajectória:  
*“Tenho 30 anos e estou em Moçambique desde 1995, separei-me da minha mãe e meus irmãos por causa da guerra. Sou oriunda da província de Bururi, distrito de Kamenge. Quando a guerra começou viajamos num grupo de três pessoas, eu, meu marido e um conhecido com quem nos encontramos quando fugíamos. Minha mãe e meus irmãos tomaram outro rumo agora não sei onde se encontram mas este ano fiquei a saber que um*

*dos meus irmãos está na África do Sul. Durante a fuga embarcamos num navio em bujumbura, entramos no campo de refugiados de Tanzânia, depois atravessamos o Malawi até*

*Moçambique”* (Burundesa. Entrevista do dia 16 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Como se pode notar, a história dos refugiados mostra o percurso destes até Moçambique, entrando por diversos países que fazem fronteira com Moçambique, nomeadamente, Malawi, Zâmbia e Tanzânia, contudo, não permanecem nesses países, facto que foi constatado por autores como Consolo (2004), referindo que, em causa estão as formas de tratamento que os refugiados recebem nesses países, onde são impostas sérias restrições à circulação dos mesmos, sendo permitidos apenas ficar no centro e desenvolver suas actividades sem sair deste local.

Sublinhou o representante da comunidade congoleza em Moçambique:

*“A primeira dificuldade que tive foi segurança, porque o governo tanzaniano não gostava que o refugiado saísse de Tanzânia para vir noutra país, havia muito controlo, que Nyerere lançou na rádio Tanzânia que os refugiados que vem do Congo, Ruanda e Burundi, não podem passar mais Tanzânia ir noutra país, tem que ser mantido no país. Então havia muita patrulha, se te apanhavam enquanto estás a ir noutra país, te pegavam, te metiam nas celas”* (Congolês. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, feita no INAR, Cidade de Maputo).

Conforme procurou demonstrar Ivo Boaventura, em torno da trajectória dos refugiados, estes após percorrer os países acima mencionados, chegados à Moçambique passam pela região Norte e Centro:

- Na região Norte entram pela Província de Cabo-Delgado passam por Namoto, Palma, Quirindi em Mocímboa da Praia, Namatil e Megamano em Mueda. E Niassa através de Mandimba e Sanga em Madjedje.
- Na região Centro, entram pela província de Tete, passam pelas regiões de Biri-Biri e Calomue em Angónia, Zobúe em Moatize, Cassacatiza em Chifunde.

Estas entradas são facilitadas pela localização geográfica destes pontos do país em relação aos Grandes Lagos e das fronteiras a ele situadas, visto que a lei da migração 5/93 de 28 de Dezembro permite a entrada de estrangeiros por qualquer fronteira de Moçambique (Raimundo, 2020).

Atestam os depoimentos abaixo:

*“Sou de Burundi, tenho 32 anos, vivi muito tempo em Nhanimambo Distrito de Kitanana. Em 2002, viajei a pé de Kigali até Tanzânia, os meus pais foram mortos com a guerra, durante a minha saída viajamos em grupo e acabamos cerca de quatro meses de caminhada e recebíamos ajuda das missões católicas e outras igrejas que foram nos apoiando para conseguirmos comer e dormir. Conseguimos viajar atravessamos Malawi e ficamos três dias na fronteira para conseguirmos atravessar e depois apanhamos comboio até chegarmos aqui em Moçambique em 2003, na região de Cabo-Delgado e quando chegamos nos separamos e eu e alguns colegas apanhamos um camião que nos levou até Maputo, e foi nos deixar no campo de refugiados de Bobole”* (Burundesa).

Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Importa salientar que, os refugiados que usam a via aérea, são em número bastante reduzido. Estes muitas vezes não vão ao centro de acolhimento uma vez que reúnem condições para o seu auto-sustento. Todavia, todos devem passar do INAR para fazer o registo e formalizar o pedido de asilo, nas Províncias de Nampula e Maputo.

Apesar disso, nem todos passam do INAR, conforme referiram os refugiados, devido à falta de informação e por outro lado, pelo facto de existir algum familiar em Moçambique que fornece apoio para a passagem directa até ao local onde se encontra, pois conforme observa Loforte (1987), os migrantes não tomam decisões isoladamente,

visto serem membros de um grupo social, que pressupõe certos padrões de comportamento, normas de conduta social, direitos e deveres. Corroborando, um dos refugiados afirma o seguinte:

*“O importante na vida, quando na zona tem muito conflito é fugir. Assim, sai de Burundi entrei na Tanzânia, então tomei conhecimento que havia um Centro, sai da Tanzânia para cá, com ajuda do meu sobrinho, uma maneira de estarmos juntos. E já tinha condições criadas para me receber. Passei de Tanzânia, como faz fronteira com Moçambique, entrei em Mueda, então passei uma semana em Mueda, sai de Mueda para Nampula, de Nampula para Maputo, estabelecendo comunicação com o meu sobrinho”* (Burundês. Entrevista do dia 13 de Junho de 2021).

Pesquisa feita revela que numa fase inicial os refugiados eram acolhidos no Distrito de Boane, na Região da Massaca II, por um lado, pela sua localização geográfica, obedecendo à distância recomendável de 30 a 50 km no mínimo, fora da capital da cidade, de acordo com o artigo 2 (6) da Convenção de OUA, no qual os campos devem ser instalados a uma distância razoável da fronteira dos países de origem para minimizar as incursões transfronteiriças por bandidos em campos de refugiados.

Por outro lado, como forma de evitar o contacto directo dos refugiados junto à cidade capital e obter-se melhor controlo sobre os mesmos, pois este Centro foi aberto numa altura em que Moçambique registava os seus primeiros passos no acolhimento destes refugiados, portanto, ainda não se sabia como seria o contacto com os mesmos. Mais tarde devido à sua superlotação o campo de refugiado da Massaca foi transferido para Bobole, no Distrito de Marracuene.

O Centro de Bobole já se encontrava muito próximo da cidade capital, tornando-se deste modo inconveniente, pois, permitia uma rápida e fácil mobilidade de refugiados que reivindicando melhorias na sua assistência e reassentamento em alguns países do mundo desenvolvido barricavam-se nas sedes de missões diplomáticas e consulares, nomeadamente, dos EUA e do ACNUR. Assim, a transferência dos Centros de

refugiados para Maratane resolvia o problema do desconforto causado às missões diplomáticas e consulares, motivado pelas manifestações dos refugiados em embaixadas na Cidade de Maputo, e respondia também às imposições da política sul-africana de expulsão de estrangeiros (Miambo, 2017). Todavia, apesar desta mudança, actualmente é possível encontrar refugiados espalhados em quase todas as províncias do país.

A transferência destes Centros, de acordo com estudos de Consolo (2004) e Raimundo (2010), bem como os relatórios de actividades do INAR, deveu-se também à tendência crescente de entrada de requerentes de asilo em Moçambique. Pois de acordo com Raimundo (2010), entre 1995 e 1999 estavam registados apenas 500 requerentes de asilo e refugiados em Maputo, tendo o número aumentado para 2000, no ano 2000. Assim o campo de Bobole criado para acomodar 500 requerentes de asilo e refugiados, encontrava-se sem condições para novas chegadas dos refugiados e requerentes de asilo (Consolo, 2015).

Dados do INAR apontam que, continuam a chegar refugiados da região dos Grandes Lagos no Distrito de Boane, sendo a média de entrada ao país de 70 a 88 indivíduos por dia com tendência crescente, devido a boa imagem generalizada, que se tem deste país.

À semelhança, estudos de Consolo (2015) e Raimundo (2010) ilustram tendência crescente de entrada dos requerentes de asilo em Moçambique, situação proporcionada pelas políticas traçadas em Moçambique, sendo políticas abertas, baseadas na liberdade em relação à acomodação, circulação, acesso ao emprego e sobretudo não se opta pelo repatriamento voluntário.

Todavia, devido a situação da Covid-19, o país vem registando menor fluxo de chegada dos refugiados, uma vez que, a movimentação e o nível das fronteiras tornou-se bastante controlado, com vista a conter a propagação desta pandemia. Este controlo é feito primeiro pelos técnicos de saúde através da medição da temperatura e depois pelos funcionários do SENAMI que verificam se o indivíduo reúne os requisitos para que seja passado a guia. De acordo com um dos funcionários do SENAMI, este controlo visa

também o combate do tráfico de seres humanos que tende a recrudescer nos últimos anos (Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021).

Nesta senda os refugiados são obrigados a passar duas ou três fronteiras para chegar a Moçambique. Dados do INAR apontam que a última vez que recebeu os refugiados, em número considerável foi em Maio de 2021. Avançou Ivo Boaventura:

*“Os refugiados chegam todos os dias, por vezes sem acesso directo ao INAR argumentando que não sabiam onde se localiza, ou alegando um pequeno descanso, devido ao cansaço e trauma causados”* (Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

Desta forma, muitos acabam ficando sem o registo, impossibilitando a contagem exacta do número dos refugiados que chegam ao país, sublinhou Ivo Boaventura. Igualmente

*“Falta informação do que cada um vem fazer e quais os benefícios que traz para o país”* (Funcionário do SENAMI. Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021).

De acordo com os cidadãos nacionais e residentes no Distrito de Boane, verifica-se que actualmente os refugiados chegam directamente as casas dos seus conterrâneos que chegaram na década de 90, que já se encontram organizados e em condição estável.

Assim revela o excerto abaixo:

*“Quando chegam já não vão ao Centro de Acolhimento onde pode-se saber que chegaram tais fulanos ou chegaram 5 refugiados ou chegaram 2, agora chego em casa do familiar ficou lá”* (Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Esta constatação não é recente, pois, conforme foi vislumbrado em uma ficha informativa, Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos

Humanos, pela Procuradoria-Geral da República (2002), existe informação sobre o número de refugiados no mundo, a sua distribuição geográfica e as causas dos êxodos, porém, numa perspectiva cronológica, esta informação sugere que a questão dos refugiados sofreu alterações drásticas, quantitativas e qualitativas nos últimos 50 anos. Facto que se agrava pela extensão das fronteiras, pela exiguidade de meios e pela existência de um número reduzido de postos de controlo, o que dificulta o melhor controlo das mesmas, por parte da guarda fronteira que faz o melhor para salvaguardar a integridade destas (Miambo, 2017:337).

Dificuldades que igualmente foram apontadas pelos funcionários do SENAMI:

*“Não é fácil o controlo das fronteiras uma vez que o sistema actual não se adequa aos problemas actuais, os guarda-fronteiras vêm reclamando a existência de campos que na verdade não deviam existir, o que dificulta o seu trabalho”*  
(Funcionário do SENAMI. Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021).

Por outro lado, as fronteiras moçambicanas são de fácil circulação pelo facto de não serem monitoradas rigorosamente, existindo em alguns casos lugares onde os marcos ou arame farpado foram retirados, como é o caso das fronteiras com Malawi, Tanzânia e Zimbabwe, sendo a fronteira entre Malawi e Moçambique estabelecida por meio de caminhos e estradas (Raimundo, 2020:21).

A redução do número de entradas de requerentes de asilo em tempos de Covid-19, pode também estar associada a esta arbitrariedade nos postos de travessia, uma vez que muitos requerentes de asilo optam por outras estratégias para a entrada neste país, dificultando deste modo a contagem exacta dos estrangeiros que aqui chegam.

## **5.2. Pedido de asilo e concessão de estatuto de refugiado**

Através da adesão de Moçambique à Convenção de Genebra em 1983, emergiu no país uma nova modalidade de pensar a problemática dos refugiados e o acesso ao direito universal. Desse mesmo contexto, os principais dispositivos resultantes constam, a

directiva de 1986, sobre os princípios gerais a serem observados para a atribuição do estatuto de refugiado, constitui a primeira legislação identificada, relativa ao acesso ao direito no país, os decretos 11 e 12/88, a lei 21/91 e a lei 5/93 (Miambo, 2017:204).

Pesquisa feita mostra que não tem sido tarefa fácil a aquisição ou atribuição do estatuto, pois, segundo a Lei 21/91 de 31 de Dezembro, há várias razões que podem impedir a concessão do mesmo, nomeadamente, a prática de crimes contra a paz, crimes de guerra, ou crimes contra a humanidade, a prática de actos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas (NU), pedido voluntário da protecção do seu país de origem, aquisição de nova nacionalidade e gozo da protecção do país da nova nacionalidade, reinstalação voluntária no país de origem ou saída do país onde ficou com receio de ser perseguido, término das circunstâncias que ditaram o seu refúgio em Moçambique, bem como o cometimento, fora de Moçambique, de crimes de delito comum também considerado grave à luz da legislação penal de Moçambique (INAR, 2021).

No que concerne ao pedido de asilo e concessão do estatuto, os refugiados passam por três fases, a primeira, a de entrevistas, a segunda a de análise do processo e a terceira e última, a de decisão, que pode ser positiva ou negativa.

Entretanto, antes do processo supracitado, quando os refugiados chegam na fronteira, são passados uma guia, com duração de sete dias. Estes formalizam o pedido de asilo no Centro, que pode durar 3-6 meses o prazo para a atribuição da documentação, dependendo dos procedimentos administrativos. Durante o período que antecede a decisão final sobre o pedido solicitado, a directiva de 1986, através do seu artigo 10, estabelece que qualquer pedido deverá ser alvo de investigação através de entrevistas, inquéritos visando a colecta de informação ou outros materiais que as autoridades competentes julgarem importante e sempre que necessário auscultando o ACNUR (Miambo, 2017: 206).

Assim, após o registo segue a primeira fase, na qual os requerentes de asilo são submetidos ao processo de triagem, passando por várias entrevistas. As entrevistas são feitas por dois juristas e um tradutor, que compõem a Unidade de Determinação do

Estatuto (DER). O processo de Determinação do Estatuto de Refugiado é processado pelos oficiais de elegibilidade.

Na segunda fase é submetido à Comissão Consultiva para os Refugiados (CCR) de acordo com o artigo 6 da lei 21/92 de 31 de Dezembro para a análise. E a terceira, o pedido de asilo é submetido ao MINT acompanhada de uma Declaração de Autenticidade, para decisão, que pode ser positiva ou negativa.

A CCR, se reúne uma vez ao mês, de acordo com os artigos 5 do decreto 33/2007. Contudo, segundo Consolo (2015), na prática não se verifica, pois, esta autora revela, de acordo com a pesquisa por ela efectuada, que, a mesma equipe reúne-se em períodos trimestrais (Consolo, 2015). O que comunga com os enunciados do Ivo Boaventura ao referir que, o CCR reúne-se quatro vezes ao ano e extraordinariamente sempre que o presidente a convocar (Ivo Boaventura, Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021).

De referir que a CCR é um órgão que funciona no MINT e é constituída por um representante do Ministério do Interior (MINT), assessor do Ministro da Justiça, dois representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), chefe de protecção do INAR, um representante do ACNUR como observador e pelo representante da migração, que a preside (Consolo, 2015).

A atribuição do Estatuto do refugiado depende das declarações que o indivíduo proferir durante a entrevista, pois a execução da mesma exige muita atenção às respostas que forem dadas pelo entrevistado. São mais de 40 questões, e surgem casos em que estes acabam se confundindo nas respostas, revelando que estão faltando com a verdade, caindo deste modo em certas armadilhas durante a entrevista. Apenas uma questão é suficiente para anular todas as respostas. Conforme afirma Patrício (2015), a grande dificuldade no terreno é fazer a triagem das causas da entrada no território, pois, muitos escamoteiam os reais propósitos com o receio de serem repatriados (Patrício, 2015: 185).

Exemplo de algumas perguntas e respostas que não podem faltar durante a entrevista:

*“Quando saiu do país de origem? E responde que saiu em 2017. Porquê? Porque estava sendo perseguido por razões políticas, eu fui ameaçado, não tinha segurança e aquelas pessoas prometeram-me matar. Para onde é que foi depois de sair do país de origem? Sai, fui para Congo se for burundesa ou ruandesa, ou fui para Tanzânia. Chegou na Tanzânia ficou lá um ano. Pediu asilo ou não pediu asilo mas depois veio para Moçambique. Veio para Moçambique ok. Depois disto tudo o que é que aconteceu, quando chegou a Moçambique de onde é que entrou, entrou pela fronteira? Não usei nenhuma fronteira. Muitos dos refugiados não usam fronteiras... entrei directo vir pedir asilo, amigos, familiares ou o que acompanharam-me até ao INAR. Ok, fez o pedido de asilo mas neste teu dossier tu estás a pedir a mudança do teu estado civil, anexaste aqui um boletim de casamento de 2020, do teu país de origem. Mas tu disseste que chegaste em 2017. Como é que tens um documento de 2020?”* (Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida do dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

O pedido de asilo de forma verbal é sempre reduzido a forma escrita pelo funcionário que o recebe, e este é sempre confidencial, o mesmo deve conter a identificação do requerente, a descrição dos factos, circunstâncias que fundamentam o pedido, descrição do percurso até ao asilo e elementos de prova pertinentes.

Portanto, a partir do levantamento acima, os refugiados demonstram que são pessoas calculistas que por vezes manipulam suas respostas para adquirir o Estatuto. Deste modo, o entrevistador, assim como o refugiado devem estar atentos à entrevista, por um lado para que o entrevistador não atribua estatuto a um indivíduo que se faz passar por refugiado, por outro para que o entrevistado não corra o risco de ser deportado, sendo portanto importante que seja coerente nas suas respostas e não falte com a verdade.

Portanto, a entrevista nem sempre confere estatuto, uma vez que o mesmo pode ser rejeitado, levando-o a permanecer na condição de Requerente de Asilo. Caso a resposta seja positiva o MINT atribui o Estatuto ao refugiado e por conseguinte o INAR emite um documento comprovativo do Estatuto de Refugiado de acordo com o n.º 1 e 2 do art.13 do Decr. 33/2007 de 10 de Agosto, e é emitida uma Autorização de Residência ou é concedida protecção por razões humanitárias. Se for negativa, o requerente poderá recorrer da decisão ao Tribunal Administrativo, de acordo com n.º 2 do art.3 da Lei n.º 21/91 de 31 de Dezembro.

Se se mantiver no Tribunal Administrativo resultado negativo, poderá ser concedido ao requerente uma permissão de estadia por um período de três meses e será entregue aos serviços de Migração para os devidos efeitos, seguindo o n.º 1 e 2 do art. 15 do Decreto 33/2007 de 10 de Agosto (INAR, 2021).

O INAR, tem constatado que após a primeira entrevista e a inserção de dados no sistema, que compreende o registo dos mesmos alguns refugiados não retornam para a segunda fase de entrevistas, pois, alguns convictos terem cumprido com todos os procedimentos, aguardando apenas a concessão do Estatuto, enquanto outros alegam falta de tempo e por vezes solicitam o adiamento, uma vez que a preocupação no momento é exercer a actividade comercial, facto que os impede mais tarde o recurso à nacionalidade que só pode ser conferida através do reconhecimento do Estatuto.

Visto que, o requerente de asilo tem os direitos limitados, embora, no caso de Moçambique não se observa na íntegra as regras e as reservas acumuladas, pois um indivíduo nesta condição apesar de não ter direito ao passaporte, viagens dentro e fora do país, conta bancária, entre outros, conforme plasmado na convenção de Genebra de 1951, em Moçambique não se coloca nenhuma barreira, permitindo que este indivíduo trabalhe (Jurista, responsável pela área jurídica na CEMIRDE. Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021, CEMIRDE, Cidade de Maputo).

O requerente de asilo que pretender ter um passaporte, poderá tratar mediante a apresentação e análise da situação, como em casos de doença, mediante a apresentação da Junta médica, avançou o responsável pela área jurídica na CEMIRDE.

Conforme sustenta um dos entrevistados, refugiado:

*“O que te dá passaporte é o motivo, precisa viajar, para aonde e para fazer o quê? Por exemplo é assunto de doença, você quer ir ser tratado fora consegue ter passaporte. Não tem estatuto mas pode estar doente, então essa doença para ser tratada no hospital dizem para ir para a África do Sul, então é necessário ter aquele documento médico”* (Congolês, entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021).

Entrevistas feitas aos refugiados revelam que, desde 2007 não se emite o Estatuto de Refugiados, facto que contribui para maior número de indivíduos na condição de requerentes de asilo. Estes indivíduos terão passado pelo processo de entrevistas há mais de 10-15 anos, e até ao momento não possuem o documento de reconhecimento como refugiados, facto que contribui para a retroacção de muitos neste processo. De acordo com o representante da comunidade burundesa em Moçambique:

*“Existem pessoas que estão a mais de 20 anos sem estatuto. Mas gostariam de ter nacionalidade moçambicana. O último ano que foi atribuído o estatuto foi em 2007 e um pouco em 2011”* (Burundês, entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021).

Depoimento sustentado por um outro entrevistado:

*“O meu desejo é para adquirir nacionalidade moçambicana, se sentir como moçambicano, porque este país é bom para nós, nenhuma maldade já fez para os refugiados”* (Burundês, entrevista concedida no dia 01 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

Segundo José Muianga, esta demora pode ser uma estratégia para evitar-se a atribuição da totalidade dos direitos aos refugiados, pois, se alguém permanece na condição de requerente de asilo, não possui todos os seus direitos acautelados, permitindo que o pedido seja indeferido a qualquer momento (Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021, CEMIRDE, Cidade de Maputo).

Corroborando com Consolo (2015), pois já avançava no seu estudo que a não cedência do estatuto pode ser uma estratégia encontrada por Moçambique face aos desafios impostos pela convenção de Genebra de 1951 no que tange aos direitos dos refugiados, afinal, a partir do momento em que o indivíduo deixa de ser requerente de asilo, passa a usufruir de uma série de direitos iguais aos dos nacionais, colocando desafios enormes a um país com dificuldades em suprir as necessidades da população local (Consolo, 2015:67).

Por outro lado Consolo (2015), ressalta que esta morosidade pode estar relacionada ao envolvimento de várias instituições que se encontram de forma dispersa, no processo de determinação do estatuto, nomeadamente o INAR em Nampula, a Comissão Consultiva para os refugiados e o Ministério do Interior em Maputo. Situação que não se verifica em outros países como Malawi, onde as instituições para além de serem duas, estão mais próximas uma da outra, tornando célere o trabalho.

A primeira razão pode estar próxima da verdade pois, constatações feitas fazem sentido se, se considerar que o país uma vez que opta por uma política de portas abertas, já oferece direitos aos refugiados de circular livremente no país, mesmo sem o estatuto, acomodar-se e desenvolver suas actividades como se fossem refugiados ou como se estivessem nos seus países.

Por outro lado Raimundo (2010), refere que, o modelo de protecção vigente no país, limita o reconhecimento do estatuto de refugiados, por parte do Governo, limitações relacionadas com questões de segurança pelo facto de maior parte dos requerentes de asilo serem provenientes de regiões afectadas por guerras civis, o que explica os estereótipos construídos sobre estes indivíduos.

Não obstante, Raimundo (2020), alerta para o facto desta demora em autorizar o estatuto de refugiados, fazer com que alguns deles se envolvam em actos ilícitos tais como aquisição de documentação falsa, incluindo certidão de nascimento e BI, documentação que deve ser renovada a cada dois meses.

Apesar dos requisitos para a atribuição do estatuto, estarem estatuídos na Lei 21/91 de 3 de Dezembro<sup>10</sup>, dados disponibilizados na CEMIRDE indicam que, o número de refugiados com estatuto, em Moçambique não ultrapassa 4 000. Estando entre 27 a 28 mil, o número total dos Requerentes de Asilo, incluindo indivíduos de outras nacionalidades.

Como se pode constatar na tabela abaixo, dados do INAR indicam que o número de requerentes de asilo ou refugiados por nacionalidade, que passaram por biometria em Junho de 2021 atenção para a Região dos Grandes Lagos, na qual se destaca a DRC com 10, 380 requerentes de asilo, a seguir Burundi com 8, 914 e por último Ruanda com 3, 903 requerentes do asilo, com destaque para as províncias de Nampula em Maratane, Nampula, Maputo Província e Maputo cidade, sendo as restantes províncias do país, não identificadas nesta tabela, apresentam números baixos de requerentes de asilo, que varia de 1 a 353 refugiados.

**Tabela 4. Estatística de requerente de asilo/refugiados por nacionalidade, que passaram pela biometria em Junho de 2021.**

Nacionalidade	Maratane	Nampula	Maputo Província	Maputo Cidade	Total
Burundi	3.022	1091	1757	2165	8035
Congo Brazzaville	33	8	2	6	49
DRC	5.981	861	1248	1374	9.464
Ruanda	329	231	1532	1412	3.504
Total	9.365	2191	4539	4957	21.052

**Fonte.** Dados fornecidos no INAR, durante a entrevista com Ivo Boaventura no dia 01 de Julho de 2021.

O estudo feito no Distrito de Boane, indica que maior número de refugiados são de Burundi, a seguir Ruanda e por último a DRC, na sua maioria do sexo masculino,

<sup>10</sup> Aprovada pela Assembleia da República, na Convenção de Genebra da OUA de 1969, que rege os problemas específicos do refugiado em África e o Decreto 33/2007, que estabelecem o estatuto do refugiado (Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, ao Chefe do Departamento de Protecção e serviços Sociais do INAR).

exercendo actividades comerciais de venda e corte de cabelo, sendo estes em número reduzido em relação aos que desenvolvem a actividade de venda de produtos. Do mesmo modo aferiu-se que existem mais refugiados burundeses na condição de requerentes de asilo. Por sua vez os ruandeses apresentam maior número de refugiados com estatuto. Esta constatação pode estar ligada ao facto de se registar no Distrito de Boane maior número de burundeses e ruandeses conforme avançaram os refugiados.

Os entrevistados asseveram que a distinção entre requerente de asilo e refugiado não é notável no seio da sociedade, uma vez que todos os imigrantes são identificados como refugiados. Conforme foi possível observar no Distrito de Boane, os refugiados, burundeses, ruandeses, congolezes, são todos designados burundeses, uma forma encontrada para a identificação dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África. Apesar dessa falta de distinção, os refugiados não se sentem seguros permanecendo na condição de requerentes de asilo uma vez que não se sentem entregues na sociedade.

*“Para uma pessoa se sentir bem tem que estar entregue, tem que ser considerado como refugiado, conhecido a nível do mundo, ser considerado como pessoa que já tem nacionalidade moçambicana, ser também protegido pela lei própria de Moçambique”* (Congolês, entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

Ao que, cidadãos moçambicanos residentes no distrito, ressaltam que, a chegada dos refugiados não pode ser vista com orgulho, sim, como uma situação conveniente que pode alastrar qualquer ser, independentemente da sua origem. À semelhança do que aconteceu aqui no país durante a guerra de desestabilização, que provocou a movimentação de milhares de moçambicanos para países vizinhos como África do Sul, Swazilândia, Zimbabwe, entre outros países, a procura de refúgio, paz e melhores condições de vida.

### **5.3. Assistência aos Refugiados no Campo**

Os refugiados no campo dependem da assistência e ajuda humanitária. Desta forma para fazer face, existem várias instituições que trabalham em coordenação, nomeadamente, o SENAMI, responsável por emitir documentos para cidadãos estrangeiros, o INAR,

responsável pela integração e protecção dos refugiados, o Ministério de trabalho, responsável pelo treinamento vocacional, o Ministério de Educação e o Ministério da cultura, responsável pelo treinamento para a integração dos refugiados na sociedade, a CEMIRDE<sup>11</sup>, responsável pela defesa destes, ajuda na resolução de questões ligadas à violência doméstica e tramitação de documentos no INAR, que possam ser usados posteriormente para a obtenção de nacionalidade.

A CEMIRDE numa primeira fase fornecia alimentos, a partir de um programa de crédito para investimento comercial, tendo sido abortada a partir do momento que os doadores passaram a oferecer os alimentos de forma directa, no Centro de Maratane.

Estas instituições têm também a missão de capacitá-los para desenvolver o seu autosustento. Após esta capacitação, alguns refugiados solicitam para residir fora do Campo, para a reconstrução das suas vidas, contudo é preciso evidenciar que possuem condições mínimas para viver fora, sem assistência que teriam no campo. Este facto revela que, são os próprios refugiados a reconstruir as suas próprias vidas, utilizando suas redes sociais e recursos disponíveis de forma a gerarem protecção e integração (Wilson, 1992).

De acordo com os entrevistados:

*“Numa primeira fase vivíamos de cultivo e depois concederam-nos crédito para quem fosse capaz desenvolver a sua vida e daí passamos para a vila do distrito de Boane abandonamos o centro de refugiados e até hoje estamos a desenvolver as nossas vidas fora do campo de refugiados”* (Burundesa. Entrevista concedida no dia 16 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Assim, no âmbito da assistência aos refugiados foi possível constatar que para alguns apesar de optarem pela vida fora do campo, garantem que a vida dentro do campo é boa, outros garantem que as condições são péssimas.

---

<sup>11</sup> Instituição religiosa da Igreja Católica, sem fins lucrativos, cuja finalidade é a prestação de assistência jurídica gratuita à pessoas vulneráveis e carenciadas que não reúnem condições para contratar um advogado na defesa dos seus direitos, sendo parte das pessoas abrangidas refugiados e imigrantes (Miambo, 2017:360).

Para o caso de um dos entrevistados, de origem congoleza, refere que as condições no campo eram boas, conforme mostra o excerto abaixo:

*“No Campo de Bobole, a assistência era muito nice porque de duas em duas semanas a gente recebia leite para as crianças, recebia comida, arroz, feijão, ya, assistência era muito nice”* (Congolês, entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Corroborando, o Chefe de Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR, refere que Moçambique apresenta melhores condições para se ser refugiado, os refugiados no Campo, uma vez acomodados mensalmente dispõem de um Kit contendo uma esteira, feijão, panelas, utensílios domésticos, sabão, absorventes, bem como assistência básica, com direito à educação e cuidados de saúde (Entrevista concedida no dia 1 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

Assim, entende-se que a saída do campo não se deve às más condições de assistência, mas sim, à vontade de viver livremente as suas vidas longe dos campos de acomodação, onde possam ter sua própria residência, sua família, seus próprios projectos, sem depender de nenhum tipo de assistência humanitária. Como demonstram os depoimentos abaixo:

Este conta a sua história de refúgio em Moçambique da seguinte forma:

*“Quando cheguei em Moçambique fui para Niassa, fiquei quase 8 meses, ai tinha um campo de trânsito, era assistência de Caritas. As Caritas serviam os refugiados, depois levavam para Nampula. Depois passei para Bobole. Fiquei uns 4 meses em Bobole, fazia o trabalho de Barbeiro, já como eu não acostumei a vida de concentração, calhou no tempo em que eu estava a pensar sair, abandonar o campo para fazer a minha vida, mas como refugiado, houve decisão de mudar o campo de Bobole para Nampula, é dai que eu disse não, aí não vou, eu a vida de concentração assim, a gente se odia porque vivemos no mesmo país, na mesma província, então tive que ficar aqui”* (Congolês, representante da comunidade

congolesa em Moçambique. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, feita no INAR, Cidade de Maputo).

Para alguns autores esta saída dos refugiados dos campos de acomodação revela que neste local, as condições de vida não são boas, principalmente no âmbito da assistência alimentar (Consolo, 2004). Como evidenciou Patrício (2015), os refugiados mesmo sem condições optam pela vida fora do campo. Igualmente, foi observado no Distrito de Boane, existência de refugiados que continuam dependentes dos seus conterrâneos, que trabalham em estabelecimentos destes principalmente em salões de corte de cabelo, e contribuem em alimentação, nas famílias que os acolhem.

Consubstanciando, esta ruandesa, conta o seguinte sobre a vivência no Centro:

*“No centro de refugiados vivemos mal porque lá tem muitas pessoas, a comida é péssima, o sítio para dormir é também sem condições, os cuidados sanitários, são péssimos (Ruandesa, entrevista do dia 25 de Maio de 2021).*

Portanto, os refugiados enfrentam dois níveis de barreiras no Campo de Maratane, nomeadamente, internas e externas, sendo as internas fragilidades estruturais inerentes aos cuidados de saúde, onde se destaca a falta de banco de sangue, a insuficiência de recursos materiais e de serviços médico-cirúrgico, a falta de medicamentos, morosidade no atendimento e a ausência de serviços de saúde mental que são cruciais para a reabilitação psicossocial dos refugiados, e as externas consistem na inacessibilidade geográfica da região a fraca integração social, problemas linguísticos que condicionam a relação entre os refugiados, o pessoal médico e os intérpretes da unidade sanitária local (Muianga, 2021).

Nesta óptica, Miambo (2017), ao se deparar com estudos que garantem que a assistência no Centro de Acomodação de Maratane é boa, ressalta que trata-se de uma narrativa politicamente correcta, o mesmo avança que a análise da realidade moçambicana não pode ser dissociada das demais abordagens de assistência humanitária em outros

contextos (Miambo, 2015:45). Pois, as condições de vida dentro do Centro ficaram deterioradas, provocadas pelas incertezas constantes na distribuição alimentar, falta de apoios para o desenvolvimento de diversas actividades, contribuindo para o aumento do número de refugiados que procuram integrar-se fora (Consolo, 2015).

Para reforçar estes posicionamentos, Patrício (2015), ressalta que, embora haja um esforço do INAR e das agências internacionais como ACNUR e OIM para criar condições mínimas de existência condigna, a situação no Centro de Refugiados de Maratane é precária, situação, similar à que se verifica na maior parte dos campos de refugiados em África, os refugiados no Centro clamam por uma melhor alimentação, cuidados médicos, habitação e educação (Patrício, 2015:186-187). Sendo uma das maiores dificuldades a alimentação, marcada por episódios de fome devido as quantidades insuficientes distribuídas mensalmente a saber, 5 kg de farinha, 0.5 kg de feijão e 300 ml de óleo alimentar, situação esta que vem sendo minimizada pela prática da agricultura naquele campo (Miambo 2017 p. 44).

Não obstante, Patrício (2015) tal como Consolo (2004), referem que comparando Moçambique com outros países, como Malawi e Tanzânia, sublinham o facto de Moçambique criar muitas facilidades para os refugiados que pretendem desenvolver suas actividades fora do Centro. Portanto, as políticas abertas adoptadas no país são de mais-valia para os refugiados, permitindo que os mesmos busquem o seu auto-sustento sem no entanto ter que depender de assistência dada aos refugiados, embora se verifique a assistência em vários âmbitos, como se pode notar,

Portanto, à semelhança de cidadãos nacionais, os refugiados são dotados de direitos e deveres, direito ao aconselhamento, ao acompanhamento jurídico, assistência social como alojamento e alimentação, caso necessite (Souza, 2017).

#### 5.4. Acolhimento dos Refugiados no Distrito de Boane

Moçambique a nível da região é um dos países com melhores políticas no acolhimento dos refugiados (Miambo, 2017). Enquanto em vários países africanos há tendência em restringir os refugiados a Campos, Moçambique ao contrário, dá possibilidade do refugiado acomodar-se tanto no Centro como fora deste, sem casos de expulsões, repatriamentos forçados ou encerramento de fronteiras (Consolo, 2015).

O facto de os moçambicanos serem conhecidos como um povo pacífico, humilde e acolhedor, faz com que indivíduos estrangeiros tenham muita preferência em vir para Moçambique, Boane em particular. O que leva à expressão “*Moçambique é maningue nice*<sup>12</sup>”.

De acordo com Raimundo, Moçambique representa para muitos refugiados com particular realce para o estabelecimento de relações familiares e comunitários e oportunidades económicas, a possibilidade de reunificação familiar entre os que estão em Maratane e aqueles que com facilidades podem entrar no território nacional devido a existência de visto de fronteira que pode ser obtido em qualquer ponto de travessia, a fraca monitorização das fronteiras que permite a existência de vários locais pelos quais se pode entrar (Miambo, 2017:54-55).

Contudo, apesar de ser um país acolhedor quando os refugiados chegam, a comunidade acolhedora se mostra bastante cautelosa e antes procura perceber a origem e as causas que levaram os refugiados a se deslocar dos seus países até Moçambique. Pois, embora os refugiados estejam localizados no centro da segurança humana como um grupo criticamente afectado em termos de liberdade e do medo, eles também podem ser considerados uma fonte de insegurança humana para o país de origem e o país de asilo (Abreu, 2014).

Como se pode ver no excerto a seguir, a comunidade acolhedora avança que:

---

<sup>12</sup> Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR (Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, INAR).

*“Quando o nativo recebe alguém em sua “casa” para o acolher, primeiro torna-se necessário entender a situação dele de forma clara, compreender a razão, primeiro porque é que ele é refugiado, se oferece algum perigo ou não, pois, um indivíduo pode entrar como refugiado enquanto tem certos objectivos por alcançar, oferecendo perigo ao cidadão, bem como ao próprio país”* (Cidadão moçambicano, entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Assim sendo, fica claro que não se pode garantir absoluta tranquilidade, pois, em simultâneo verifica-se entrada de estrangeiros ilegais no país, associados ao crime organizado, ao tráfico de pessoas e órgãos humanos, lavagem de dinheiro, exploração e contrabando de pedras preciosas e ao tráfico de drogas, conforme avançou Wetimane (2012). Estes cidadãos muitas vezes circulam com documentos falsos ou sem nenhum documento de identificação, sublinhou um dos funcionários do SENAMI<sup>13</sup>.

Outrossim, nos últimos anos, assiste-se em Moçambique atentados contra os refugiados, principalmente ruandeses, aliado as perseguições políticas do seu país de origem. Segundo os ruandeses residentes na Cidade e Província de Maputo desde 2005 vivem ameaçados e sentem que deixaram de receber protecção do estado moçambicano<sup>14</sup>. Facto que os moçambicanos entendem que pode em algum momento criar uma situação de revolta contra os mesmos.

A dupla percepção dos refugiados também é encontrada no sistema das Nações Unidas, por exemplo, é reconhecido pelo conselho de segurança das Nações Unidas que o deslocamento forçado de pessoas representa uma ameaça à paz e segurança internacionais (Abreu, 2014:40). Assim de acordo com este autor, o ACNUR tem o mandato de proteger e apoiar os refugiados e outros deslocados, considerando-os como vítimas de ajuda imediata (idem:41).

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021, Cidade de Maputo.

<sup>14</sup> Facto que foi mais tarde sustentado pelo Jornal Canal de Moçambique, Quarta-Feira de 20 de Outubro de 2021, após o assassinato do Ruandês de nome Revocat Karemangingo, empresário e chefe da Comissão de Património da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique.

Assim em torno do acolhimento aos refugiados, num primeiro momento são vistos com certa desconfiança, conduzindo a um certo distanciamento. O segundo momento, é o de aceitação, momento que os nacionais residentes procuram se familiarizar com o objecto de estudo. Segundo eles, no primeiro momento surge a seguinte questão:

*“Será que não vão nos fazer mal?”<sup>15</sup>*

A difícil aceitação, alia-se também ao facto da chegada dos refugiados na década 90 coincidir com o período em que o país saía da guerra de desestabilização<sup>16</sup>, momento de muita tensão na sociedade moçambicana com a recepção no Distrito de Boane, de membros que constituíam bandidos armados, daí não se sabendo ao certo a que grupos pertenciam os refugiados da região dos Grandes Lagos de África.

Esta posição assemelha-se ao discurso de Abreu (2014), no seu estudo *Human Security in Refugee Movements, The Case of Southern Africa*, afirma que as percepções dos refugiados como ameaças são bastante compreensíveis se se considerar casos em que os refugiados são mobilizados militarmente e atacam o país de origem, exemplo da crise de refugiados da África nos Grandes Lagos, o apoio dos hútus refugiados radicados no Zaire após o genocídio de Ruanda em 1995 que organizavam incursões (Abreu, 2014).

Na óptica de Souza (2017), são os discursos ideológicos exageradamente que acabam criando situações de insegurança entre a população, facto exacerbado pela falta de rigor dos meios de comunicação social e resulta em atitudes de racismo, xenofobia e medo generalizado do outro (Souza, 2017:51). Deste modo, para Souza, recusar o acolhimento de refugiados que tudo perderam por causa da existência de supostos riscos, constituiria um golpe fatal na civilização humana e ofereceríamos aos terroristas e aos extremistas o seu único objectivo, fazer com que deixemos de ser quem somos e nos transformemos

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane.

<sup>16</sup> Também conhecida por Guerra Civil, eclodiu em 1976, entre as forças governamentais lideradas pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e as forças do movimento de oposição, Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 (Mahavene, 2020).

numa realidade monstruosa, como consequência os riscos advindos dessa recusa seriam maiores (idem).

Dentre estes e vários aspectos, os nacionais residentes foram se apercebendo que os refugiados são indivíduos que apenas procuravam asilo. Assim aprenderam a conviver com estes e a se adaptar as novas dinâmicas sociais. O excerto abaixo atesta:

*“Só depois percebemos com o andar do tempo que não estão a ter nenhum movimento estranho e acabamos habituando a presença deles, eles informaram que, estavam fugindo da guerra. Muitos deles são humildes”*(Cidadã moçambicana. Entrevista concedida, no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Os entrevistados, moçambicanos residentes reforçam seus argumentos, asseverando que, a pessoa quando está a fugir da guerra deve procurar um sítio onde poderá encontrar a paz. Indo ao alcance dos depoimentos de um dos indivíduos da Região dos Grandes Lagos:

*“Quando cheguei em Tanzânia não senti completamente a paz, então eu decidi sair de Tanzânia para Moçambique. Quando cheguei a Moçambique senti paz”* (Congolês, entrevista concedida no dia 6 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

Os refugiados além de serem acolhidos pela comunidade acolhedora, actualmente são os próprios refugiados que acolhem os seus conterrâneos.

*“Em 2007 acolhi dois burundeses que acabavam de chegar e como o centro já tinha sido transferido para Nampula levei-os para minha casa. Como eu fui recebido quando cheguei não posso deixar que eles passem fome estamos todos numa situação de crise”* (Burundês, entrevista concedida no dia 1 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

Sustenta este entrevistado:

*“Cá fui acolhido por John, um burundês que faz trabalho de barbeiro fiquei alguns dias em sua casa enquanto ajudava-me a procurar uma casa. Enquanto procurávamos a casa eu fazia trabalhos com ele de corte de cabelo”* (Ruandês.

Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021).

O acolhimento entre os refugiados, mais do que ajudar um familiar, procuram ajudar seus conterrâneos, em trabalho, alimentação e espaço para residir. O que mostra que, apesar de os entrevistados mobilizarem outro tipo de interação entre amigos ou família, as interações sociais entre conterrâneos são as que mais predominam. Como se pode constatar através dos depoimentos de mais um entrevistado, conta a seguinte história:

*“Quando cheguei como não conhecia o local um dos burundeses que agora não está cá acolheu-me e como ele foi o primeiro a mudar de nacionalidade aconselhou-me que eu fizesse o mesmo porque depois de tudo o que assistimos na nossa terra perdemos a esperança de um dia voltarmos, os meus pais tinham morrido durante a guerra depois de terem sido capturados pelos rebeldes tutsis”* (Burundesa, entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

A par desta situação, a convenção de Genebra de 1951 definiu 3 soluções para responder às preocupações dos refugiados, nomeadamente, o repatriamento, reassentamento e integração local que é o recurso na impossibilidade das primeiras duas soluções.

### **5.5. Integração Socioeconómica dos Refugiados**

Dados empíricos indicam que, o processo de integração dos refugiados, no Distrito Boane, iniciou em 2001, após transferência do Centro da Massaca II para Bobole. Entrevistas feitas revelam que, para a saída dos refugiados da Massaca primeiro foi feita uma comunicação formal a partir do INAR, explicando as razões do encerramento do campo, como forma de prepará-los para a mudança para outros centros ou para prosseguirem com as suas vidas fora dos centros de acomodação, onde passariam a depender do seu trabalho.

Pois, o processo de integração, exige posturas que sejam coesas, que percebam que a eficácia da integração é influenciada pelas experiências desde que passem por providenciar condições mínimas de bem-estar, para minorar o sofrimento, como o direito ao trabalho, o direito a reconstituir as suas redes familiares bem como o direito de decidirem eles próprios as suas trajetórias de vida (Souza, 2017:49).

Uma das formas de integração dos refugiados na Vila Municipal de Boane foi através do envolvimento em actividades comerciais. Considerando que, o trabalho constitui uma dimensão fundamental para a integração na sociedade, sendo um instrumento que lhe assegura uma autonomização do seu processo e ajuda superar mais facilmente a dor de ter vivido, uma fuga forçada (Souza, 2017:53).

Por meio de trabalho, torna-se mais fácil integrar-se na comunidade local, estabelecendo laços de proximidade com os outros membros, este permite também estabelecer familiaridade com a cultura, com os hábitos locais e é excelente meio para se trocar impressões sobre essas diferenças, assim, é o trabalho uma ferramenta que permite a pessoa sentir-se útil conferindo-lhe o desejo de sonhar e realizar-se (idem).

Deste modo, a recolha de dados feita, mostrou que, inicialmente os refugiados começaram com a venda de sapatos e roupas usadas conhecidas por “calamidade”. Conforme sustentam os cidadãos residentes no distrito,

*“Já na década 90 nós, já púnhamos bom sapato de calamidade graças a eles”,  
risos (Cidadão moçambicano, entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021).*

O trabalho de venda de sapatos, e roupas usadas, mais conhecidas por calamidade, inicialmente praticado pelos refugiados na Vila Sede do Distrito de Boane, facilitou a integração dos mesmos. O que permitiu mais tarde, a abertura de pequenas lojas de venda de produtos de primeira necessidade.

Vale a pena ressaltar que, para o início dos seus negócios contribuiu a ajuda de algumas instituições doadoras como a World Relief que terá financiado crédito, o mesmo se pode ver no testemunho abaixo:

*“Ficamos no campo cerca de dois anos e depois recebemos ajuda de crédito financiado pela World Relief international e começamos a fazer meu negócio em Benfica. Particpei junto com o meu marido, no fundo de crédito comunitário e fomos integrados num grupo, num negócio de criação e venda de frangos. Depois começamos com um negócio de venda de calçado e mais tarde começamos a vender bebidas no Benfica (Burundesa, entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).*

Numa primeira fase estavam perfilados na rua do mercado municipal, com o decorrer do tempo foram crescendo e começaram a desenvolver outro tipo de negócio que consistiu na venda de produtos em contentores<sup>17</sup>. Essa actividade foi se expandindo por todo o distrito, ao longo das ruas ou estradas principais dando continuidade em direcção à Massaca. Mais tarde foi se expandindo para os bairros periféricos do distrito e para várias regiões como Campuane e Matola-Rio.

Assim, o exercício da actividade comercial de produtos de primeira necessidade é descrito como uma forma de afirmação e de consolidação da presença dos refugiados da região dos Grandes Lagos, no território nacional, o que concorre para a reconstrução da sua identidade (Miambo, 2015:49).

Para além das actividades supracitadas, em simultâneo faziam transporte de passageiros através de carros pequenos de 15 lugares. Actualmente alguns refugiados são proprietários de grandes armazéns de bebidas, donos de farmácias<sup>18</sup> e bottles stores.

O que mostra que estes indivíduos são conhecedores parciais ou totalmente das suas acções, na óptica de Giddens. Parafraseando Weber, as ideias e as motivações humanas são forças que estão por detrás da mudança, estas ideias, os valores e crenças tem o poder de originar transformações (Giddens, 2001).

---

<sup>17</sup> Caixa metálica de grandes dimensões, apta a condicionar e transportar mercadorias diversas, por via terrestre, aérea ou marítima.

<sup>18</sup> Vide o anexo 4, figura 6 da página 127.

Embora de países diferentes, ruandeses, burundeses e congolese, assemelha-se nas suas acções, a maneira como eles trabalham, as actividades por eles desenvolvidas, a maneira como se comportam e como interagem com os outros, torna difícil fazer a distinção entre eles.

De acordo com Giddens (2003), o que torna as sociedades dinâmicas é justamente sua capacidade interaccionista, ou seja, activo como os agentes participam das mudanças de condições a partir da acção.

Vale a pena ressaltar que alguns refugiados inseridos na actividade comercial dedicam-se a actividades de formação profissional, na área de educação, alguns, principalmente congolese, são professores em algumas universidades leccionando cadeiras de inglês e francês, reconhecidos pela sua qualidade no âmbito da sua formação técnica.

Tendo um dos refugiados sublinhado que:

*“Na igreja católica funciona curso em inglês leccionado por refugiados (Burundês, entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).*

O estudo mostra que, os refugiados se destacam pelo profissionalismo e competência na execução dos seus trabalhos, destacando-se nas seguintes áreas de formação agronomia, contabilidade, teologia, entre outras, alguns possuem formação bancária. Tendo alguns se formado nos seus países de origem, outros tiveram suas formações neste país, após a sua inserção no distrito, alguns ainda em formação.

Existem aqueles que se dedicam ao trabalho de corte e costura, principalmente congolese, mas em número bastante reduzido.

Portanto, em termos de integração socioeconómica, frisar que os refugiados procuraram se integrar através das suas actividades económicas no distrito, do acesso à habitação, o que permitiu partilhar outras formas de interacção no seu meio com vizinhos, amigos, conterrâneos e/ou familiares.

As residências dos refugiados encontram-se bem situadas, algumas no Centro da vila, numa zona conhecida por “casas brancas” e no bairro novo. Podem ser também encontradas fora da vila, na região PSK (Paulo Samuel Khankomba) no bairro dos combatentes, aqui vivem refugiados com condições mínimas de sobrevivência. Os bairros mais preferidos são os bairros 1e 2, bairro 3 na localidade de Gue-Gue-Gue e bairro 6 o chamado bairro novo, sendo este o mais preferido, por ser o mais recente e urbanizado.

*“Alguns deles têm residências já fixadas aqui em Boane, principalmente lá no bairro novo”* (Cidadão moçambicano, entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

É de referir que, o facto de estarem distribuídos por estes bairros, aparentemente mostrase que, estes não procuram fixar residência em função da localização dos outros refugiados, mas percebe-se aqui que existem certas preferências, caso do bairro novo, tal como se verifica na ocupação de espaços para o exercício da actividade comercial, que procuram ocupar locais estratégicos mais precisamente ao longo das vias.

## **5.6. Processo de adaptação dos refugiados**

A adaptação, implica um processo de assimilação dos hábitos, costumes e valores de uma determinada sociedade (Souza, 2017). Devido a sua natureza social, os refugiados conseguiram se inserir na realidade moçambicana e se adaptar naquilo que são os valores, os hábitos e costumes partilhados entre os indivíduos. A língua constitui ferramenta principal para o processo de adaptação, tendo sido imprescindível o aprendizado da língua local. Este é um dos aspectos que os refugiados procuram aprender quando chegam no local de acolhimento como veículo para se comunicar com outros indivíduos e meio de inserção no local. No caso do Distrito de Boane procuraram aprender Ronga, Changana e Português. Conforme evidencia um dos entrevistados:

*“Quando cheguei procurei aprender mais português porque é uma língua que qualquer lugar fala-se. Quando a pessoa chega, tem dificuldades de*

*como trocar as ideias que a pessoa tem, com outras pessoas, como se relacionar com essas pessoas, a pessoa se sente parece está sozinho mas quando a pessoa já aprende a língua, a pessoa se sente já dentro de uma sociedade”* (Congolês. Entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021).

O aprendizado da língua local aconteceu por intermédio da população, principalmente durante a compra de produtos em estabelecimentos comerciais dos refugiados, da interacção com indivíduos que se mostravam disponíveis para ajudar e através de formadores profissionais contactados para o efeito, caso de alguns docentes da língua portuguesa.

*“A adaptação deles em relação a língua foi fácil porque como eles fazem negócio e esta prática a pessoa lida com muita gente, eles agora falam um pouco changana, na base de actividades que eles fazem no dia-a-dia, isso facilita que eles aprendam rápido português e changana”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Alguns, aprenderam através da comunicação com as crianças nos bairros onde residem:

*“Aprendi a falar changana e foi muito rápido. O português aprendi com as crianças da minha zona eu brincava com elas e como não percebia nada diziam “este tio é burro” e para conquistar as crianças trazia bolachas para elas e já passavam a me esperar na paragem e diziam me carrega tio e eu não percebia nada mas depois carregava-as e percebi que quer dizer isto e sempre diziam vamos esperar o tio burro e chegávamos em casa e brincávamos com os livros da quinta classe e aí fui aprendendo”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Devido ao uso frequente dessas línguas, os refugiados ficaram “moçambicanizados<sup>19</sup>”, segundo os nossos entrevistados. Ou seja, apreenderam a cultura dos moçambicanos passando por um processo de aculturação.

*“...e eles falam a língua changana e português, como se fossem moçambicanos, os únicos que ainda tem essas dificuldades de interagir assim com tanta fluidez são os bengalis porque começaram a entrar no Distrito de Boane há pouco tempo, mas também estão a se adaptar”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Igualmente consubstancia outro entrevistado, de origem burundesa:

*“Outros não acreditam que sou burundesa, falo muito bem português e quando falo swahil perguntam-me onde é que aprendi, as pessoas pensam que sou de Tete ou de Cabo-Delgado ou outras províncias de Moçambique”* (Burundesa. Entrevista concedida no dia 16 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

A estratégia de partilhar outras línguas como inglês e francês por parte dos refugiados, contribuiu para que os mesmos estivessem mais próximos dos moçambicanos, e juntos partilharem outras experiências dos dois povos.

*“Aprendi português. Aprendi a viver com pessoas, a conversar, dar sorriso com eles. Quando cheguei aqui me mandaram uma brochura que vinha em inglês e português, aprendi também com as pessoas. Antigamente ajudava alunos a fazer trabalhos de francês, ajudar a fazer tradução de português a francês ou de francês para português”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021).

Pois o processo de integração e adaptação implica uma mudança de valores e comportamentos, tanto da parte dos recém-chegados como da sociedade existente, assegurando uma igualdade de condições porém mantendo a existência de diferenças

---

<sup>19</sup> Para dizer que passaram por um processo de assimilação dos hábitos, costumes e valores dos moçambicanos residentes no Distrito de Boane.

culturais, transformando a sociedade numa sociedade democrática e multicultural na qual vigoram os princípios da diversidade e liberdade de escolha (Souza, 2017).

Alguns refugiados reconhecem que o processo de adaptação não é fácil. Pois em primeiro lugar implica um processo de familiarizar-se com o outro “desconhecido” em segundo buscar confiança e entender os seus hábitos e costumes. Tendo para o efeito contribuído a abertura e humildade dos moçambicanos.

*“A cultura de Moçambique e a da nossa terra são quase iguais, nenhuma coisa de diferente. Exemplo, a relação do moçambicano, não tem diferença porque se chegar em casa de alguém, do jeito que te recebe você se sente mais à vontade como tua casa. Do jeito que conversa contigo, do jeito quando você está doente ele fica preocupado para ti você se sente mesmo, coração está aberto”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Na mesma senda, um dos entrevistados, afirma que,

*“Um dos aspectos que tornou fácil integração dos refugiados tem a ver com a maneira de ser e estar dos refugiados, e a forma como se relacionam com o próximo, não difere muito da dos moçambicanos”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

O facto da maioria dos indivíduos de Boane serem escolarizados e dominarem línguas estrangeiras como Inglês e francês facilitou a inserção dos refugiados, pois, alguns se disponibilizavam para ensinar as línguas locais aos refugiados.

*“Mas muito importante cá, foi encontrar pessoas daqui de Boane, que se colocavam para ensinar, é uma das coisas mais importante. Estou a aprender changana”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021).

O processo de adaptação tornou-se difícil para os refugiados que recebiam sair de casa por falta de documentos que garantem a livre circulação, outros, que, apesar de terem enfrentado muitos obstáculos desde as suas terras de origem, até Moçambique, continuavam tímidos e muitas vezes permaneciam fechados nas suas residências

Os refugiados, devem desta forma estar preparados para a adaptação aos modos de vida da sociedade de acolhimento, sem que isso lhes exija a perda da sua própria identidade cultural, pois, a cultura de um grupo social não é nunca uma essência, é autocriação, uma negociação de sentidos (Souza, 2017). Da mesma forma, a sociedade de acolhimento deve mostrar-se disponível para a aceitação dos refugiados como parte da comunidade nacional, adaptando as instituições públicas para estas mudanças e facilitando o acesso aos recursos de que necessitam (idem).

### **5.7. Relações sociais entre os refugiados e moçambicanos residentes no Distrito de Boane**

O homem, é um ser de relações sociais, que incorpora normas, valores vigentes na família e numa determinada sociedade. Cada ser humano tem suas características e comportamento, contudo, conforme foi debruçado acima, na abordagem sobre o processo de adaptação e integração dos refugiados, os mesmos foram unânimes em afirmar que, apesar de serem povos de culturas e origens diferentes, os mesmos assemelham-se na sua forma de ser e estar, na maneira como tratam o outro, na abertura de ambos e na forma como se relacionam.

De acordo com o Chefe do Departamento de protecção e Serviços Sociais do INAR<sup>20</sup>, os refugiados são incentivados a praticar boas relações a ter boa convivência com os residentes locais, deixando de lado os problemas ou traumas causados nos seus países. Para tal todos os refugiados são obrigados a visitar com frequência um psicólogo para o seu controlo.

No Distrito de Boane aferiu-se que em torno das relações sociais existem duas perspectivas, uma defendida por refugiados em conexão com alguns moçambicanos residentes que podemos considerar cidadãos comuns, e a outra defendida por vendedores do mercado municipal, também moçambicanos residentes. Os primeiros avaliam

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021.

positivamente a presença dos refugiados e os consideram bons indivíduos, tal como defendem os refugiados em relação aos moçambicanos. Os segundos, caso dos vendedores do mercado municipal, afirmam que a relação com os refugiados é meramente profissional, uma vez que tem como finalidade o exercício da actividade comercial, pois dificultam o melhor andamento dos seus negócios uma vez que ocupam melhores espaços que seriam dos moçambicanos caso estes não existissem.

Assim depoimentos dados pelos entrevistados, no caso de cidadãos nacionais que revelam ter boas relações com os refugiados, através do excerto abaixo se confirma: *“Até outros são meus amigos” (risos). A partir do exercício do comércio que eles faziam, alguns até agora ainda fazem, a medida que nós vamos comprando, vamos conversando, trocando ideias, acabamos ficando amigos. Tenho uma média de 5 a*

*8 amigos refugiados, na sua maioria burundeses...”* (Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Consubstanciando um outro entrevistado acrescenta:

*“Eles são excelentes, o relacionamento é eficaz, nem tem problemas com o moçambicano mas entre eles tem havido aquelas clivagens, não sei se tem a ver com questões de etnia, mas tem havido pequenas clivagens”* (Vereador das área de actividades económicas no CMVB. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021).

Em tornos dessas clivagens um dos refugiados fez saber o seguinte:

*“Então até agora temos problema entre nós aqui em Moçambique. Mas como o país não é nosso todos tememos o governo daqui porque neste país não existe conflito entre os residentes daqui nem para com os países fora. O tribalismo que existe na nossa terra para matar a pessoa de qualquer maneira aqui não acontece isto”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Junho de 2021).

Do mesmo modo, na concepção dos refugiados não existem problemas entre os refugiados e cidadãos moçambicanos e as relações envolvem muita troca de experiência de preferência profissional entre ambos. As conversas muitas vezes têm acontecido nos estabelecimentos comerciais dos refugiados, principalmente em salões de corte de cabelo, onde há mais espaço para o diálogo. Este cidadão, de origem congoleza e proprietário de um salão de corte de cabelo, afirma o seguinte:

*“Em Boane estou bem, não tenho nenhum problema, tenho mais relação com os moçambicanos, pois, é com eles que passo maior parte do seu tempo. Com eles converso e dou ideias. Por exemplo se perguntam como os refugiados vivem de negócio, eu começo a explicar, levo dinheiro em prestações, não devo utilizar muito esse dinheiro, devo ser cacata, guardo muito para conseguir pagar renda do sítio que estou a arrendar, do sítio que estou a viver e devolver o dinheiro do banco”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Estes partilham também os mesmos espaços em festas de casamento ou aniversários e xitique<sup>21</sup>. Separando-se na religião<sup>22</sup>, a maioria dos refugiados professa a religião pentecostal por eles fundada. Somente 10% professa a religião cristã católica, e os restantes 10%, outras religiões.

*“Nós conseguimos notar que 80% deles seguem a mesma religião, fora da vila. O próprio pastor é um deles”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 202, Distrito de Boane).

---

<sup>21</sup> Forma de associação feita em dinheiro ou compra de bens que juntam e fornecem a cada membro do grupo de acordo com o prazo estabelecido e número de beneficiários a cada momento de entrega, pode ser diário, semanal ou mensal.

<sup>22</sup> Nos estudos históricos sobre o capitalismo e religiões mundiais, a teoria social da modernidade caracterizou a religião como sendo um dos aspectos da vida das sociedades, não somente pela riqueza de seus símbolos e cerimónias mas, por sua diversidade de experiências na quase totalidade dos povos e culturas (Cruz,2020).

Nesta senda, Giddens, argumenta que, é preciso reconhecer a diversidade das crenças religiosas e dos modos de conduta, igualmente devemos analisar a natureza da religião como fenómeno de carácter geral (Cruz, 2020).

*“Tenho muitos amigos moçambicanos. Nos momentos de recreação, nos momentos de lazer, brincamos tudo bem, só que como eu gosto de coisas de igreja, assim passo mais tempo na igreja do que com amigos (Congolês. Entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021, Distrito de Boane).*

Depoimentos trazidos por refugiados assim como cidadãos nacionais, levam a aferir que os refugiados passam mais tempo nas suas lojas a vender e aos domingos se ocupam da igreja, o que revela que a interacção com nacionais tem sido mais no momento de trabalho, principalmente em salões de corte de cabelo onde a interacção é mais fácil.

O pouco tempo de conversa os cidadãos nacionais e refugiados procuram também saber sobre os hábitos e costumes dos dois povos, os tipos de pratos, e a maneira de preparar. Pratos típicos dos refugiados são as folhas de batata-doce, a banana cozida misturada com feijão. Mas a mais-valia para os cidadãos moçambicanos é quando tratam assuntos ligados ao negócio, pois nesse instante conseguem acolher as experiências dos refugiados para estimular também os seus negócios.

É aqui onde se mesclam os diversos tipos de racionalidade na óptica de Weber (1991), pois, aqui evidencia-se diversos tipos de acção, que começam no exercício da actividade comercial (acção social racional com relação a fins), na troca de hábitos e costumes entre estes grupos (acção social racional com relação a valores), na amizade que se cultiva entre os refugiados e os cidadãos nacionais (acção social afectiva) e terminam na religião (acção social tradicional). No caso da acção social tradicional, nesse caso a religião, o seu processo de assimilação soa bastante reduzido, pois, apesar de frequentar outras religiões, os refugiados têm preferência pela sua religião de origem, a pentecostal.

No caso dos vendedores do mercado local são unânimes em afirmar que, a relação entre os refugiados e a comunidade local, é estritamente profissional, evidenciando uma acção

social racional com relação a fins, visto que estes têm em vista satisfazer os seus intentos, típico de empresas capitalistas na óptica de Weber (1991).

Para os vendedores do mercado municipal, apesar de existir uma relação aparentemente saudável entre nativos e refugiados, é notável que os estrangeiros são dados maiores oportunidades, quando chegam, em pouco tempo eles evoluem tanto no negócio assim como em qualquer coisa que eles têm feito. Factos que deixam inquietados os vendedores do mercado municipal. Corrobora Consolo (2015) ao referir que os refugiados possuem melhores condições desde os meios de transporte, mercearias e moageiras. E Wetimane (2012), quando acentua que, os refugiados têm estado a tomar o comércio informal nas cidades do país, ostentando em pouco tempo sinais de riqueza, para muitos moçambicanos difíceis de perceber (Wetimane, 2012).

Conforme supracitado, enunciados acima revelam que os refugiados perseguem um tipo de racionalidade em relação a fins, visto que os mesmos procuram ocupar espaços fora do mercado municipal, uma forma de garantir mais clientes para as suas lojas, uma estratégia que acaba ofuscando o comércio desenvolvido pelos vendedores locais.

Segundo os vendedores locais, os clientes apenas se dirigem ao mercado municipal quando pretendem adquirir produtos como hortaliças.

*“Aqui dentro do mercado não temos refugiados, nem querem entrar. Nem querem ficar, aqui dentro não há dinheiro (Entrevista em grupo, concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).*

Como forma de manifestar o seu desconforto, os vendedores do mercado municipal carregaram os seus produtos e foram se amotinar em frente aos estabelecimentos comerciais dos refugiados, exercendo o seu negócio, como ilustra a figura abaixo.

**Fig. 6. Vendedores do mercado municipal amotinados ao longo da via, em frente aos estabelecimentos comerciais dos refugiados (estrada nacional nº2, Av. De Namaacha).**



**Fonte:** Narciso Ubisse (foto tirada em 2014).

*“ Há muitos jovens a vender aqui mas quando chega a polícia a tendência é de perseguir, então no nosso país estamos a viver como estrangeiros, o estrangeiro está a viver como dono do país. As oportunidades não são as mesmas”* (Entrevista em grupo. Concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Os enunciados dos vendedores mostram que, o refugiado não é desejado. Unanimemente afirmam:

*“... aqueles ali não se dão com ninguém, porque o que eu estou a ver, eles só vieram para poder sobreviver não tem nada a ver com os moçambicanos. E só aquele momento que você está entrar na loja, comprar e ir embora”* (Entrevista em grupo, no dia 27 de Maio de 2021).

Constatação que comunga com os enunciados de alguns refugiados da etnia hútu:

*“Os ruandeses quando têm dinheiro se acham donos e desprezam outras pessoas enquanto os residentes de Boane não são assim. A população daqui vê as coisas e cala cada um faz vida dele”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Junho de 2021).

O que pode se justificar pelo facto dos mesmos serem indivíduos que se consideram superiores do que os outros, diferenças que foram manipuladas durante o regime colonial alemão e belga, no qual, os tutsis como apresentavam maior estatura foram escolhidos para assumirem cargos de administração estatal, treinamento militar, acesso exclusivo à educação uma vez que as escolas exigiam estatura mínima, visando impedir o ingresso dos hutus, discriminados pelos alemães e belgas e incentivavam a rivalidade entre as duas tribos, rivalidades que continuam até hoje de acordo com Faria (2008).

Deste modo, no mercado local a relação entre os refugiados e moçambicanos é vista como estritamente profissional. Muitos jovens moçambicanos são tidos como mão-deobra pelo trabalho que executam, pois, não efectuam atendimento no caixa, cabendolhes entregar os produtos, carregar e descarregar mercadoria para o armazém.

Portanto, como se pode depreender, os cidadãos moçambicanos, de forma directa pensam que os refugiados ocupam uma actividade que se não estivessem seriam eles a exercer, independentemente de não se ter a certeza se seria ou não nas mesmas proporções, visão de Raimundo (2011), aponta como medos das populações dos países de destino, a perda de emprego, a diminuição de benefícios sociais e terrorismo.

A par destes pronunciamentos, fica claro que para os vendedores do mercado municipal, contraria-se o artigo 22 da Convenção de Genebra de 1951, que advoga que os estados contratantes devem conceder um tratamento aos nacionais, tão favorável quanto possível concedido aos estrangeiros nas mesmas circunstâncias (Consolo, 2015).

Constatação anteriormente feita, por Wetimane (2012), já alertava sobre a entrada massiva de estrangeiros no território nacional, que esta pode ser à semelhança daquilo que ocorreu na África do Sul, um potencial foco de xenofobia, devido ao olhar de desconfiança da população local em relação aos de fora, principalmente relacionado ao desafogo financeiro que alguns estrangeiros ostentam, situação que acaba desenvolvendo a ideia de que os estrangeiros são privilegiados e tem a vida facilitada (Wetimane, 2012:13).

É nesse âmbito que Consolo (2015) sugere a integração da população local no acesso à infra-estrutura e outros benefícios direccionados aos refugiados, pois, na mesma óptica, a autora ressalta que a exclusão da comunidade local torna-se um dos focos de conflitos, causador do distanciamento (Consolo, 2015).

### **5.8. Contributo dos Refugiados nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane**

Boane, é um distrito e corredor para a vizinha África do Sul e comunica-se com distritos como, Namaacha e Matutuine, facto que tornou possível, a transformação deste distrito em centro distribuidor de produtos alimentares, para regiões circunvizinhas, nomeadamente, Goba, Changalane, katuana, Estevel, Kulula entre outros. Esta distribuição veio a se intensificar com a chegada maciça dos refugiados, tendo criado forte atracção com a abertura de mercearias do tipo contentores que permitiram abastecer produtos à grosso em todas as regiões, reduzindo os custos e tempo para os cidadãos deste distrito que percorriam por vezes mais de 30 quilómetros à procura de produtos de primeira necessidade na Cidade de Maputo.

Antes da chegada dos refugiados, o exercício da actividade económica estava centrado no mercado municipal, em pequenas lojas. As lojas existentes apresentavam pequenas janelas com balcões que não permitiam muita exposição dos produtos. Como podemos ver na figura abaixo:

**Fig.7. Exemplo de barracas dos vendedores nacionais, demolidas após ascensão da Vila à categoria de Município em 2013.**



Fonte. Dulce Sambo. Foto tirada no dia 22 de Junho de 2021.

Actualmente são pequenas bancas ligadas uma a outra, que não cabem muitos produtos. Como se pode ver abaixo:

**Fig. 8. Novas bancas dos vendedores nacionais, do mercado municipal da Vila de Boane.**



Fonte. Dulce Sambo. Foto tirada no dia 13 de Maio de 2021.

Os refugiados transportaram consigo para o distrito, novas formas de fazer o comércio, introduziram o sistema de venda em contentores. Ao estabelecerem-se nas lojas criaram aberturas maiores que permitiam grande exposição dos produtos e portanto vantagens nas vendas. Como demonstra a figura abaixo:

**Fig. 9. Exemplo de um estabelecimento comercial dos refugiados.**



Fonte. Dulce Sambo. Foto extraída no dia 13 de Maio de 2021.

Estas lojas além de exporem melhor os seus produtos, estão fixadas em lugares estratégicos, fora do mercado municipal, de preferência ao longo das vias. Actualmente verifica-se uma expansão desta actividade para o interior dos bairros, tendo esta expansão, reduzido a distância para a aquisição de produtos básicos e de primeira necessidade, sendo possível encontrar nos bairros, em cada 100 ou 200 metros, dois ou mais estabelecimentos comerciais

De acordo com os entrevistados:

*“Antes era difícil. Alguém saía por exemplo de Estevel vinha para aqui para comprar um saco de arroz. Mas com a chegada dos refugiados a vida ficou um pouco facilitada, lá mesmo nos bairros já conseguimos comprar aquilo que queremos e a um preço normal”* (Entrevista em grupo, concedida no dia 27 de Maio de 2021).

Nas suas lojas, adoptaram o uso da balança eletrónica, o que facilitou o poder de compra dos moçambicanos, tendo tornado possível cada cidadão adquirir produtos em quaisquer quantidades, de acordo com as condições ou necessidades de cada cliente, sendo possível comprar 1 peixe, 2 batatas, etc, melhorando assim a dieta alimentar dos moçambicanos.

Já avançava Jacobsen (2002), que o empreendedorismo desenvolvido pelos refugiados a nível de pequenos negócios trouxe uma nova dinâmica no local. Dinâmicas essas que se

reflectiram nas famílias, como se pode ver no excerto abaixo, segundo o responsável pela área jurídica na CEMIRDE:

*“Os moçambicanos, tinham que fazer o rancho mensal, hoje não precisa fazer o rancho mensal porque sabem que tem na porta da sua casa, na rua, podem comprar qualquer coisa, em quantidades que quiser, com pouco dinheiro 100 mtn podem obter um pouco de tudo, 1 peixe, 2peixes, um pedaço de galinha, um alho, risos, até alho é na balança”* (Entrevista concedida no dia 03 de Junho de 2021).

Como é do conhecimento dos moçambicanos, vendedores nacionais usam uma pequena lata, denominada caneca para medir os seus produtos. A mesma é reduzida a profundidade com recurso a papéis introduzidos no interior da mesma, ou serrada, a fim de se arrecadar mais lucros. Como se pode ver na imagem a seguir:

**Figura. 10. Ilustra a caneca e o copo, usados por vendedores nacionais para medir os seus produtos.**



Fonte: Dulce Sambo. Foto tirada no dia 13 de Maio de 2021 no mercado municipal da Vila de Boane.

A redução da caneca pelos comerciantes locais, pode ser vista como uma forma de extorsão aos clientes, facto que associado à maior visibilidade dos produtos dos refugiados, contribui para que haja mais preferência na compra de produtos em refugiados do que em locais. Tendo-se constatado que, embora beneficie aos cidadãos moçambicanos incluindo vendedores do mercado local, a venda feita pelos refugiados com recurso a balança electrónica em detrimento da caneca usada pelos vendedores nacionais, criou desconforto para estes vendedores, uma vez que, maior parte dos clientes deixou de comprar produtos nas suas bancas.

Entrevistas feitas aos cidadãos locais, ou seja, aos clientes, indicam que actualmente alguns vendedores locais foram aderindo ao uso da balança electrónica, porém, ainda em número muito reduzido, nesse âmbito mais do que recorrer a compra de produtos em estrangeiros, os mesmos procuram comprar seus produtos onde existe uma balança electrónica que facilita o poder de compra.

Aliado ao comércio que passou a ser desenvolvido pelos refugiados, acredita-se que este teria impulsionado o aparecimento dos bancos no distrito. Os indivíduos dos Grandes Lagos, bem como cidadãos nacionais são unânimes em afirmar que a presença dos refugiados na Vila-Sede do Distrito de Boane também contribuiu para o aumento de instituições bancárias devido ao financiamento de crédito aos mesmos.

De facto nas décadas de 1980 e 1990 na Vila-Sede do Distrito de Boane, existia apenas o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), actual banco ABSA. Actualmente o Distrito conta com mais quatro Bancos dos quais o Banco Internacional de Moçambique (BIM), a Sociedade de Créditos de Moçambique (SOCREMO), o Moza Banco e o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e outros pequenos bancos de financiamento de crédito dentre os quais o Lhuvucu-ADSEMA. Estes bancos permitiram com que alguns entrevistados iniciassem seus negócios e tornaram fácil a inserção dos mesmos no Distrito. Pois, a colocação de um banco depende do interesse comercial, sendo motivado portanto por um desenvolvimento, que acaba estimulando a participação de instituições bancárias numa determinada unidade territorial. Como se pode ver pela localização deste banco, centrado na área comercial bem ao lado do mercado municipal.

**Fig.11. Moza Banco (Um dos bancos de financiamento de crédito)  
ao lado do Mercado Municipal de Boane, em reconstrução.**



Fonte. Narciso Ubisse (moçambicano residente no Distrito de Boane) foto tirada em 2015.

Consubiandado por um dos entrevistados, este refere que:

*“...Pelo tipo de negócio, pela forma como eles galvanizaram a actividade comercial, podem também terem incentivado para a implantação a nível local das redes, dos bancos. Tendo assim contribuído para a dinamização da economia local (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2021).*

Outra fonte sublinha:

*“Até os bancos que estão aqui agora é graças aos empresários burundeses porque os bancos são comerciais, os bancos financiam mais aos burundeses e eles sabem que nós damos bons lucros” (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021).*

A nível dos transportes, começaram a surgir carros pequenos, de 15 lugares, para o transporte de passageiros, tendo como proprietários os refugiados, e conduzidos por moçambicanos seus trabalhadores, fazendo transporte de passageiros de Boane até a cidade de Maputo em menos tempo, 30 a 45 minutos. O que permitiu a redução de atrasos por parte dos cidadãos que estudam ou trabalham em vários pontos da Província e Cidade de Maputo, e não só, fadiga durante o percurso. Pois, outrora circulavam carros maiores do tipo minibus, e “chapa cem” com cobertura de tenda, carros que demoravam mais de uma hora para chegar à Cidade de Maputo. Desta forma os cidadãos, em particular, os nacionais residentes eram obrigados a sair mais cedo de casa contando com o tempo e demora deste transporte.

*“Aqui em Boane por exemplo antes só tinham carros grandes que acabavam uma hora para chegar na cidade mas agora temos muitos carros pequenos que são todos de burundeses, eu tenho quatro carros aqui na estrada a circular e no final do dia tenho o meu dinheiro e os meus trabalhadores são todos moçambicanos”* (Ruandês. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021).

Como se poder ver nas imagens abaixo.

**Fig. 12.** A primeira imagem ilustra o tipo de transporte usado na década de 1990 antes da chegada dos refugiados, e a segunda, com a chegada dos refugiados.



**Fonte:** Tirada do arquivo de Narciso Ubisse, cidadão nacional residente no distrito.

Diante deste cenário, observa-se que os refugiados desenvolvem várias actividades, a forma como eles se engajam na actividade comercial, faz com que estes sejam reconhecidos pelo seu trabalho e dinamismo na execução da actividade comercial, sendo estes agentes competentes e reflexivos, introduzem mudanças no local de acolhimento.

*“Os refugiados, dinamizaram muito o ramo comercial a nível do distrito, revolucionaram em termos de organização e a forma de desenvolver o comércio, trouxeram novas formas, novas práticas, primeiro começando pela própria infra-estruturação, em forma de contentores, é uma prática que não existia, também a maneira como estruturam a actividade comercial nota-se diferença de como era antes praticado e o que se vê hoje”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

*“Um dos amigos que eu tenho conheci em 2001 mas ele estava a vender na mercearia do irmão mas até 2006/2007 ele já tinha sua mercearia”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Alguns moçambicanos seguem exemplo dos refugiados, buscando nestes, o tipo de transporte, estabelecimentos e a forma como exercem as actividades comerciais, podendo-se encontrar actualmente moçambicanos com carros pequenos de transporte de passageiros, bem como estabelecimentos comerciais tipo contentores, ainda que sejam de dimensão reduzida em relação aos estabelecimentos comerciais dos refugiados, chegam a ser confundidos ou considerados refugiados.

*“Há muito tempo não tinha muitas lojas, mas estou a ver que mesmo moçambicano colocou essas lojas, então posso dizer que é muito bom”* (Congolês. Entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

*“Eu conheço muitos que posso dar exemplo que se não tivessem vindo os burundeses eu acho que não ter-se-iam metido no negócio de comércio de produtos de primeira necessidade. Mas por verem os burundeses acabaram alguns moçambicanos entrando no comércio de produtos de primeira necessidade, como o meu caso, eu tenho mercearia graças a eles”* (Cidadão moçambicano. Entrevista concedida no dia 13 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Facto que mostra que para além de introduzir mudanças a nível estrutural, os refugiados moldam os indivíduos, produzindo novos seres com novas formas de pensar, de agir e de se comportar face a várias situações, principalmente na prática da actividade comercial. De acordo com os refugiados, alguns moçambicanos que desenvolvem a actividade de corte de cabelo aproximam aos refugiados com vista a aperfeiçoar esta arte, ressalva um dos entrevistados:

*“Se a minha maneira é muito profissional, o nativo pode vir aprender a minha maneira. Muitos nativos procuram aprender. Mesmo esse que está a cortar aqui na linha férrea, aprendeu aqui”* (Congolês. Entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

Igualmente, este refugiado buscou a experiência dos residentes e aprendeu a fazer sofás. Assim, além do exercício de corte do cabelo, este se dedica à venda destes sofás. Actualmente ensina a mesma actividades aos seus conterrâneos e outros cidadãos nacionais.

A actividade de corte de cabelo faz parte dos cursos oferecidos aos refugiados pelo INEFP, no centro de acomodação de Maratane, com a perspectiva de promover o autoemprego no seio dos refugiados, sendo um dos cursos com maior integração no centro e com pouca concorrência com os locais, uma vez que, os refugiados possuem maior habilidade comparativamente aos locais (Consolo, 2015:56).

Uma forma de exercer o seu contributo consiste também na renda de casas e espaços dos cidadãos nacionais, para residir e fixar as suas lojas, uma forma de acrescentar a renda dos moçambicanos, pois, na prossecução dos seus interesses acabam beneficiando também aos proprietários desses bens.

O pagamento feito pelos refugiados é superior que o valor pago por um nacional, tornando assim a preferência destes por nacionais, uma prática que tornou-se visível com a presença dos refugiados, pois para além de arrendar casas para habitar, também arrendam espaços e colocam lá um contentor para o exercício da sua actividade comercial, sendo actualmente frequente encontrar mercearias dos refugiados em frente ou ao lado das residências dos nacionais.

A chegada dos refugiados contribuiu para o emprego de maior número de jovens residentes, sendo estes considerados, maiores empregadores dos moçambicanos residentes no distrito, reduzindo o índice de desemprego.

*“Eu conheço um refugiado que desenvolve a agricultura, há muitas mulheres que vão para lá fazer trabalhos, faz trabalhos estilo diarista, faz trabalho no mesmo dia e recebe no mesmo dia”* (Ruandesa. Entrevista concedida no dia 30 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

É de referir que a agricultura é uma prática dominante nos seus países, principalmente em Burundi, onde maior parte da população é proveniente de Bujumbura rural. Assim a comunidade acolhedora tem-se beneficiado economicamente com a presença dos refugiados em resultado da produção agrícola (Consolo, 2015).

*“Tem um burundês que vai a Umpala, não conheço nome dele, ele costuma passar a vender tomate” na companhia de alguns nacionais* (Congolês. Entrevista concedida no dia 06 de Junho de 2021, Distrito de Boane).

No caso do Chefe de quarteirão II<sup>23</sup> apesar deste partilhar a mesma opinião segundo a qual os jovens estão a ser explorados pelos refugiados, o mesmo reconhece que estes trazem uma mais-valia para o distrito, uma vez que reduz a quantidade de jovens sem ocupação.

Os refugiados trazem uma mais-valia aos diversos sectores das sociedades de acolhimento, uma vez que contribuem para a redução do défice da força laboral, no enriquecimento do capital humano e criação de postos de trabalho, bem como a obtenção de lucros devido às iniciativas empresariais dos imigrantes, contribuindo deste modo para o crescimento económico do País receptor (Patrício, 2015: 189).

*“Se formos a reparar a cidade de Maputo está completamente lotada de estrangeiros que desenvolvem os seus negócios, e muitas vezes quem esta lá a trabalhar são os nacionais”* (Funcionário do SENAMI. Entrevista concedida no dia 3 de Junho de 2021).

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021, Distrito de Boane.

Actualmente, com o crescimento dos seus negócios e colaboração dos moçambicanos, os refugiados expandiram os seus estabelecimentos comerciais, tendo-se tornado grandes proprietários de armazéns de bebidas, donos de ferragens, farmácias etc, facto demonstrado pelo Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais, que afirma:

*“Um dos maiores fornecedores da coca-cola e 2M, são os refugiados, e empregam mais de 100 moçambicanos, apoiando muitas famílias. Ex. Zona do Patrice Lumumba, o grande empreendimento é de um refugiado de nome Alex, cujo irmão vivia em Boane, tendo-se mudado para Matola, no bairro da Liberdade, também grande empreendedor da 2m e coca-cola”. O Revocat, proprietário de grandes armazéns na liberdade e Boane (Entrevista do dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).*

Importa referir que, os refugiados para o exercício da sua actividade comercial têm o apoio de alguns fornecedores de produtos em suas lojas, e efectuam o pagamento após o tempo determinado. O que os torna muito disciplinados, sendo obrigados a trabalhar até aos domingos com vista a cumprir com o pagamento em tempo previsto.

De acordo com o entrevistado acima mencionado, os refugiados conseguem pagar muito antes do tempo previsto.

*“Um refugiado pode ir ao Banco SOCREMO pedir 900, 1 milhão, e lhe é concedido” (Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).*

Vale a pena ressaltar que, os refugiados antes de recorrer aos fornecedores acima mencionados, para o início das suas actividades comerciais a World Relief, instituição parceira das nações unidas, desempenhou um papel muito importante na concessão de crédito aos refugiados, principalmente aos que estavam nos centros de Massaca e Bobole. Mais tarde recorreram a outros bancos como é o caso da SOCREMO, Moza Banco e outras instituições. O INAR, tem disponibilizado declaração para a concessão de crédito nesses bancos.

“... *Vários gestores do banco aproximam a dizer que olha, nós precisamos trabalhar com eles, não vedem o acesso a uma declaração, para poderem ter o acesso ao crédito*” (Chefe do Departamento de Protecção e Serviços Sociais do INAR. Entrevista concedida no dia 01 de Julho de 2021, INAR, Cidade de Maputo).

Esta afirmação contrasta com a realidade verificada por Consolo (2015), durante a sua pesquisa em Maratane, que mostra que, os bancos que autofinanciavam os refugiados, caso da World Relief, IRAM e OPHAVELA, que surgiram em 2003, 2005 e 2008 respectivamente, foram desaparecendo, uma vez que os refugiados não honravam com os seus compromissos (Consolo, 2015:71).

Para além de recorrer aos bancos, os refugiados autofinanciam-se, para o efeito organizam-se em associações, quando pretendem adquirir os produtos em grandes quantidades, eles articulam um meio único para o carregamento dos seus produtos, tornando-se assim menos dispendioso.

Os refugiados impõem disciplina nas suas lojas, de tal forma que as vendas dos produtos aos clientes são feitas pelos próprios refugiados, muitas vezes pelos cônjuges, cabendo aos trabalhadores nacionais efectuar a entrega dos produtos, carregar e descarregar para os armazéns. Quando os refugiados se ausentam, optam por fechar as suas lojas, o que permite maior controlo do seu trabalho e dos seus rendimentos.

Durante a Covid-19<sup>24</sup>, o poder de compra reduziu, houve então a necessidade de redução de trabalhadores moçambicanos nos estabelecimentos comerciais dos refugiados, que veio agravar a situação destes. Por exemplo este entrevistado, natural de Burundi, afirma que:

---

<sup>24</sup> A Covid-19 é uma infecção viral transmitida pelo Sars-Cov-2. Surgiu em Wuhan na China em 2019 e a infecção foi declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2020. O SARS-Cov-2 é transmitido por meio de gotículas de secreção proveniente das vias respiratórias dos portadores dos vírus, mesmo que assintomáticos, e de objectos que estejam contaminados por essas gotículas. A Covid-19, é responsável pelo acometimento do sistema respiratório em diversos graus de gravidade, podendo ocorrer doenças respiratórias graves levando a morte (Leite et al. 2021).

*“Antigamente trabalhava com os nacionais, como o estabelecimento é pequeno procurei alguém para fazer biscate. O negócio que eu tinha não estava a andar bem”* (Burundês. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

*“Antes do Corona tudo ia a seu normal mas agora, desde que começou corona, tudo foi abaixo. Tinha duas moçambicanas e dois moçambicanos, mas com Corona tive que tirar tudo”* (Congolês. Entrevista concedida no dia 25 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Para além dos aspectos supracitados, em torno do contributo dos refugiados, entrevistas feitas no Conselho municipal do Distrito de Boane, apontam que, os refugiados efectuam também pagamento de impostos e taxas, seguindo a legislação sobre a regulamentação das actividades económicas, que consiste no cadastramento dos comerciantes e dos seus estabelecimentos, processo iniciado em 2016, o que permite melhor controlo das suas contribuições.

Em concordância com o artigo 29 (1), da legislação fiscal que refere que os estados contratantes não aplicarão aos refugiados direitos, taxas, impostos, seja qual for a sua denominação, diferentes ou mais altos que os aplicados aos nacionais em situações análogas (Convenção de Genebra de 1951).

Para além das transformações sociais já mencionadas, em termos de contributo, fez-se menção à acção social aos idosos, prática que acontece às sextas-feiras em muitos estabelecimentos comerciais do país, Boane em particular, oferecendo produtos de primeira necessidade como a farinha, arroz, peixe, sabão, entre outros produtos. Sendo este um grupo vulnerável que necessita de atenção especial, em qualquer parte do país ou do mundo, sublinhou o Chefe de Gabinete do Presidente do Município de Boane:

*“Os idosos que existem a nível do município, que sempre clamam por alguma coisa e que são pessoas de facto de boa-fé, temos vindo a acompanhar alguns sinais de apoio nesses grupos, onde apoiam com produtos alimentares, ajudando*

*o próprio governo que também têm estado a dar o seu apoio a esses grupos desfavorecidos”* (Chefe de Gabinete do Presidente do CMVB. Entrevista concedida no dia 14 de Maio de 2021).

Portanto, segundo os nacionais residentes no distrito, os refugiados, assumem grandes responsabilidades sociais, acrescentou um dos entrevistados:

*“Tenho acompanhado quando há contribuições, apoio, sei que agora há contribuições de apoio, há angariação de apoio para vítimas de terrorismo em Cabo-Delgado, eles participam e apoiam. Para ver que são povos que têm sensibilidade também com aspectos sociais, com aspectos de ajuda ao próximo”*(Entrevista do dia 27 de Maio de 2021, Distrito de Boane).

Como se pode depreender, os refugiados estabelecem postos de trabalho nos países de acolhimento, criando oportunidades de emprego para os nacionais. Para além do pagamento das contribuições para a segurança social a que estão sujeitos de acordo com Mahavene (2020:20).

De salientar que durante a Pandemia da Covid-19, no Distrito de Boane, estabelecimentos comerciais, na sua maioria pertencentes aos refugiados ocupando espaços ao longo das vias, foram retirados, de modo a reduzir aglomerações, acidentes bem como a propagação desta doença. Os refugiados e os cidadãos moçambicanos passam a ocupar um novo mercado situado a 3 km da vila, na região de Umpala.

Esta transformação, fez com que alguns refugiados se retirassem do Distrito de Boane para outros locais como Liberdade, Machava e Zimpeto, uma vez que estes procuram sempre ocupar espaços ao longo das vias, enquanto o novo cenário os colocava numa situação de ter que comungar o mesmo espaço no mercado de Umpala, fora da vila. Situação que acaba afectando aquilo que é o contributo destes no distrito.

Para os cidadãos nacionais, caso dos vendedores do mercado municipal de Boane, a retirada dos refugiados ao longo das vias, embora alguns continuem em certos locais,

leva a crer que pode ser o fim da implantação de contentores em detrimento de lojas de alvenaria, uma forma de mais-valia para o distrito caso um dia os refugiados decidam regressar para as suas origens. Como se pode constatar na narração abaixo:

*“O colonialismo quando saiu tivemos lembranças, está aqui, agora é uma escola, temos lembrança ali no Merinho, é uma loja, aquela loja ali as nossas mães, as nossas avós, morreram mas ainda existem as lojas, ainda estamos a utilizar aqui em Boane, ali no comando, era uma loja de um branco mas agora está ali é um comando até agora. Ali era uma loja e talho, lá em cima onde já tem antigos combatentes era uma loja e um restaurante mas até agora, temos lembranças”*  
(Entrevista em grupo, feita no dia 27 de Maio de 2021, no mercado municipal da Vila de Boane).

Contudo, pode-se aferir que, apesar dos desconforto causado pelo negócio praticado pelos refugiados, os nacionais são unânimes em afirmar que com a presença dos refugiados, a situação socioeconómica melhorou bastante, transformações sociais são visíveis na vida das populações que melhoraram a sua dieta alimentar, os refugiados reduziram a distância para a aquisição de produtos de primeira necessidade, houve aumento de meios de transporte mais velozes, surgiram novos bancos que facilitaram a abertura de negócios não só aos refugiados, mas também aos residentes do distrito, oferta de emprego e o alargamento de receitas nos cofres do Estado.

Desta forma, a presença dos refugiados beneficia ao Estado, a todos os cidadãos nacionais incluindo os vendedores do mercado local, que contestam o negócio praticado pelos refugiados. Embora se faça a partir de uma representação ambivalente de “odiados e feridos”, parafraseando Patrício (2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reflecte sobre o contributo dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África, nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane. O mesmo procurou responder à seguinte questão: de que forma os refugiados da região dos Grandes Lagos de África contribuem nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane?

A problemática levantada parte da concepção que se tem da imagem do refugiado, por um lado como indivíduos à busca de assistência, por outro como pessoas que representam ameaça à paz e segurança internacionais, na óptica de Abreu (2014). Todavia, pesquisas recentes como as de Consolo (2004), Patrício (2015) e Wetimane (2012), além da busca pela assistência, apontam para o contributo positivo dos refugiados no local de acolhimento, constatação que nos conduziu à questão acima.

Para o estudo foi avançada a hipótese que sugere que os refugiados contribuem na transformação social e organização produtiva do Distrito de Boane por meio de novas formas do exercício da actividade comercial, que consistem no uso da balança electrónica por eles introduzida, meio que facilitou às famílias de baixa renda a obtenção de produtos de primeira necessidade em pequenas proporções, de acordo com as suas condições de vida ou preferências.

Em termos metodológicos a pesquisa orientou-se pela abordagem qualitativa, com recurso ao método etnográfico, e uso de técnicas de entrevistas semi-estruturadas, conversas informais, histórias de vida e observação directa. Para a análise foi usado a técnica de análise de conteúdo que consistiu na sistematização das entrevistas, categorização e leitura dos dados, cruzando estes à teoria. Para o efeito cruzou-se a abordagem teórica de Weber em torno da acção compreensiva, e a estruturação de Giddens.

A análise dos dados incidiu primeiro sobre a história de vida dos refugiados, o que permitiu responder ao primeiro objectivo traçado que procurou caracterizar os refugiados existentes no Distrito de Boane por origem, género e actividade profissional.

Neste âmbito revelou-se que os refugiados da região dos Grandes Lagos de África nomeadamente Burundi, DRC e Ruanda desenvolvem principalmente actividades de comércio em contentores e dedicam-se ao corte do cabelo, actividades que facilitaram a sua integração no distrito.

Neste âmbito, estudos feitos mostram que Moçambique, em relação a outros países de África como Malawi, Botswana, e outros, o país tem adoptado políticas abertas que facilitam a circulação dos refugiados fora do campo, uma atenção de mais-valia, que permite aos refugiados desenvolver os seus negócios. É a partir destes negócios que estes organizam as suas vidas, passam a ter bases de auto-sustento, fonte de renda e contribuem no local de acolhimento.

O segundo objectivo específico aponta para as relações sociais, entre os refugiados da Região dos Grandes Lagos de África e cidadãos moçambicanos constatou-se que existem duas perspectivas, sendo uma defendida por cidadãos nacionais comuns e pelos refugiados e outra a que é defendida por vendedores do mercado municipal. Os primeiros referem que entre os refugiados e cidadãos moçambicanos as relações são boas, as mesmas envolvem convivência e troca mútua de experiência, principalmente em discussões à volta dos negócios, que acabam contribuindo para moldar a maneira de pensar de ambos e para aperfeiçoar o comércio desenvolvido pelos moçambicanos. Embora maior parte dos refugiados professa a religião pentecostal exclusivamente das suas origens, estes partilham os mesmos espaços em festas de casamento ou aniversários e xitique.

O segundo posicionamento revela que, as relações sociais entre os refugiados e cidadãos nacionais, embora consideradas pacíficas, o comércio praticado pelos refugiados cria um desconforto aos vendedores locais e outros nacionais, pelo facto destes terem chegado no distrito sem nada, mas em pouco tempo se apresentarem em melhores condições que a população local, concomitantemente, acredita-se que estes usufruem de privilégios

oferecidos pelo governo que incluem a ocupação de melhores espaços em relação aos vendedores nacionais, o que os faz arrecadar mais clientes. Neste âmbito entende-se que os refugiados perseguem uma racionalidade a fim, visto que as relações com os nacionais residentes, são estritamente profissionais.

O terceiro objectivo incidiu sobre o contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane. Dados empíricos conduziram-nos a várias constatações que confirmam os argumentos acima avançados. Constatou-se que, antes da chegada dos refugiados, as lojas eram pequenas barracas com uma pequena janela cujos balcões não permitiam melhor visibilidade dos produtos.

Os refugiados tendo se integrado, introduziram novas formas de fazer o comércio, como a venda em contentores com janelas mais abertas que permitem melhor expor os seus produtos. Estas lojas para além de melhor exporem os seus produtos, estão fixadas em lugares estratégicos, de preferência, ao longo das vias, o que pode-se entender como forma de aproximar ao cliente. E actualmente foram expandidas para os bairros em frente ou ao lado das residências dos nacionais, o que contribui para reduzir a distância de casa ao mercado, para a obtenção dos produtos de primeira necessidade, igualmente contribuem através da renda destes espaços e casas dos cidadãos nacionais, para residir e fixar as suas lojas. Nas suas acções os refugiados introduziram o uso da balança electrónica no exercício da actividade comercial, meio que facilitou às famílias de baixa renda a obtenção de produtos de primeira necessidade em pequenas proporções, de acordo com as suas condições de vida ou preferências, contribuindo deste modo para a melhoria da dieta alimentar destas famílias, em detrimento do uso da caneca, utilizado por locais, vendedores do mercado municipal, que torna o produto do cliente mais reduzido uma vez que antes do seu uso, a mesma é reduzida o seu tamanho normal por meio da serragem ou introduzidos papéis como forma de se obter mais lucros, o que prejudica o cliente.

Outrossim, através dos seus estabelecimentos comerciais, contribuíram para o emprego da maioria jovem, no distrito, reduzindo o desemprego de maior número destes, no distrito. Verifica-se também que, com a chegada dos indivíduos da Região dos Grandes

Lagos de África, surgiram mais carros para transporte de passageiros, de preferência pequenos, com 15 lugares, que percorrem a mesma distância de Boane a Cidade de Maputo em menos tempo, num intervalo de 30 a 45 minutos, tendo como proprietários os refugiados, e conduzidos por moçambicanos seus trabalhadores. O que permitiu a redução de atrasos por parte dos cidadãos que estudam ou trabalham em vários pontos da Província e Cidade de Maputo, e não só, fadiga durante o percurso.

Importa referir que, para o exercício das suas actividades, numa fase inicial os refugiados tiveram apoio de várias instituições de caridade, exemplo da World Relief, instituição parceira das nações unidas, que concedeu crédito aos refugiados. Mais tarde recorreram aos bancos SOCREMO, Moza Banco e outras instituições. Para além destes bancos recebem apoio de alguns fornecedores de produtos às suas lojas, e efectuem o pagamento após o tempo determinado. Uma das razões que aponta para a riqueza do refugiado visto pela comunidade local como indivíduos que chegam e em pouco tempo ostentam melhores condições de vida em relação à comunidade acolhedora.

Outrossim, os refugiados autofinanciam-se, para o efeito organizam-se em associações. Por outro lado, os refugiados, quando pretendem adquirir os produtos em grandes quantidades, eles procuram usar o mesmo veículo com vista o carregamento dos seus produtos, uma forma de rentabilizar os custos. Ademais, em termos de organização, as acções desencadeadas pelos refugiados mostram que estes impõem muita disciplina nas suas lojas, observa-se que as vendas dos produtos aos clientes são feitas pelos próprios refugiados, muitas vezes entre os cônjuges, cabendo aos trabalhadores nacionais efectuar a entrega de produtos, carregar e descarregar para os armazéns. Quando os refugiados se ausentam, optam por fechar as suas lojas, o que permite maior controlo do seu trabalho e dos seus rendimentos.

Em torno deste estudo aferiu-se que cidadãos moçambicanos procuram tirar as melhores lições e exemplos trazidos pelos refugiados como a abertura de estabelecimentos comerciais semelhantes ou iguais aos dos refugiados e procuram aprender a maneira profissional como exercem a actividade do corte de cabelo, o estilo de vida dos refugiados que optam por racionalizar os recursos de modo a maximizar os lucros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. A. Sendela de (2014). *Human Security in Refugee Moviments: The Case of Southern Africa*. Dissertation submitted in Partial Fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor of Philosophy (INTERNATIONAL CULTURAL STUDIES).

ACNUR (1995). *A situação dos Refugiados no mundo*. Em busca de soluções. Genebra: Documento do ACNUR.

\_\_\_\_\_ (1996). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. In IDEM. Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado. Lisboa: ACNUR.

AGIER, Michel (2006). *Le Gouvernement Humanitaire et la Politique des Réfugiés*, in: *La Philosophie déplace* autour de Jacques Rancière, Colloque de CERISY, Paris: Horlieu Éditions.

AGUIRRE, Lauriane (2019). *A questão de segurança na região dos Grandes Lagos africanos*. África notas analíticas internacionais.

AMADO, João (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, Edição: Universidade de Coimbra.

BARDIN, Laurence (2006). *Análise de conteúdo*. L. de A. Rego e A. Pinheiro. Trad. Lisboa: Edições 70 (obra original publicada em 1977).

BOGDAN, C. Robert. BIKLEN, S.Knopp (1994). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

BRINCO, N. dos Santos (2020). *O terrorismo religioso na região dos Grandes Lagos Africanos*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais. 2º Ciclo de estudos ou mestrado integrado. Universidade Beira Interior.

CARAPETO, A. M. Quintino. (2017). *Refugiados, Fronteiras e Imagem: Contributos a partir da Etnografia Visual*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade de Lisboa. Dissertação para o grau de Mestre em Antropologia. Lisboa.

CONSOLO, M. Josefina de Sá. (2004). *Integração Social e Estratégias de Sobrevivência dos Refugiados em Maratane. Nampula*. [Tese para a obtenção do grau de licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane].

\_\_\_\_\_ (2015). *O Acolhimento de Refugiados em Moçambique*. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, em História de

Moçambique e África Austral da Faculdade de Letras e Ciências Sociais d Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

CRUZ, M. M. Azevedo (2020). *Teoria da Estruturação e as Novas Sociologias: Provocações Teórico- Metodológicas em Anthony Giddens*. Revista Relegens Thréskeia - 2020-UFPR. V.09N1. PP. 111 a 122.

DIANA, Daniela (2008). *Relações Sociais*. Produção e gestão de conteúdos on-line.  
DICHER, Marilu (s/d). *O termo “Refugiado Ambiental” e a problemática de sua definição*.

DURKHEIM, Emile (1893). *Da Divisão Social do Trabalho*. In. WEIBER, W. (2006). *A Formação da Consciência e a Transformação Social na Visão da Sociologia Clássica e Contemporânea*. Ciências Sociais em perspectiva, pp. 147-151.

Escritório da ONU do enviado especial do Secretário-Geral para a região dos Grandes Lagos (2015). *Investir na região dos Grandes Lagos: Um resumo das oportunidades de investimento*. Vol.1. Conferência internacional para a região dos Grandes Lagos. Promover o aumento de investimento do Sector privado na região dos Grandes Lagos.

FARIAS, Úrsula (2008). *Saldo de uma Guerra*.

GARCIA, T. Coelho (2011). *O primado das relações de produção-uma contribuição de Althusser e Balibar para dilemas actuais*. 35º Encontro Anual da Anpocs. GT 18: Marxismo e Ciências Sociais.

GEERTZ, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GIDDENS, Anthony (2000 [1979]). *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta Editora.

\_\_\_\_\_ (2001). *Sociologia*. 6ª ed. Tradução de Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil (2008). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

\_\_\_\_\_ (2003). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GIL, A. Carlos (2000). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas.

GOLDENBERG, Mirian (1997). *A arte de pesquisar-Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

Governo Do Distrito De Boane (2016). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Boane (2015-2024)*.

\_\_\_\_\_ (2019). INE/ 2017. IV *Recenseamento Geral da população e Habitação*. Folheto Distrital- 2019.

LEITE, Y.S. De Carvalho Oliveira (2021). *Gravidez na adolescência e vulnerabilidade em tempos de pandemia pelo sars-cov-2 (covid-19) / Pregnancy in adolescence and vulnerability in times of pandemic by sars-cov-2 (covid-19)*. Brazilian Journal of Health Review. Curitiba. Vol 4.

MACAMO, V. Maganda (2006). *A questão do refugiado: um estudo de caso de refugiados região dos Grandes Lagos na Cidade de Maputo, Moçambique*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Arqueologia e Antropologia Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

MAE (2005). *Monografia do Distrito de Boane*. Maputo.

MALAUENE, Denise (2004). *The impact of the Congolese forced migrants “permanent transit” condition on their relations with Mozambique and its people*. A research Report submitted to the Faculty of Humanities, University of the Witwatersrand, Johannesburg, in fulfillment of the partial requirements for the degree of Master of Arts in Forced Migrations Studies, Johannesburg.

MARGAÇA, Clara e RODRIGUES, Donizete (2017). *Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais: uma questão de método*. In. Conselho Editorial Académico (2017). *Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: introduções metodológicas*. Vol.1, Universidade Estadual de Londrina.

MIAMBO, Aurélio Augusto (2017). *A problemática dos refugiados e as modalidades de acesso ao direito de asilo em Moçambique (1975- 2017)*. Sociology. Université Sorbonne Paris Cité, 2017. Portuguese.

MILESI, Rosita (2003). *Refugiados Realidades e Perspectivas*. São Paulo, Loyola/IM, DH/CSEM, P.90.

MILESI, Rosita e MARINUCCI, Roberto (s/d). *Migração no Mundo: Migrações Internacionais*. CSEM/IMDH.

MAHAVENE, G. Guilichane (2020). *Mudanças Legislativas e Concepções da Imigração: Controlo e Gestão de Fluxos Migratórios em Moçambique*. Programa de Doutoramento em Migrações. Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor no ramo de Geografia, especialidade de Geografia Humana. Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

MANAYO, M. C. de Souza (1993). *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

MINAYO, M. C. de Souza e COSTA A. Pedro (2018). *Fundamentos teóricos das técnicas de Investigação qualitativa*. Revista Lusófona de Educação, 40, 139-153.

MORETTI, S.L. do Amaral e POZO, Hamilton (2015). *Racionalidade e desencantamento do mundo: uma reflexão sobre o pensamento Weberiano a respeito do capitalismo*. Programa de Pós- Graduação em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morimbi, São Paulo, Brasil V.37 n1 p. 21-30.

MUANDICHALIRA, Marcelino Dias (2006). *Impacto do micro crédito da World Relief /Fundo de crédito comunitário (WR/FCC) nas actividades de rendimento dos refugiados Burundeses e Ruandeses na cidade de Maputo, 2001-2005*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de História Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

MUANAMOHA, R. Cardoso. e RAIMUNDO I. Macamo (2018). *Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007*. Dossiê: Migrações na África: Sujeitos, Impactos e Desafios. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 26, num. 54. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.

MUIANGA, Baltazar (2021). *Migração e saúde: Estratégias e gestão dos cuidados de saúde e doença dos refugiados em Maratane, Nampula-Norte de Moçambique*.

MULUNGO, E. M. Saet. (2012). *Momentos liminares: um estudo sobre a (re) Construção das Identidades dos imigrantes oriundos dos Grandes Lagos no Bairro Zona Verde*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

PATRICIO, Gonçalves. (2016). *Moçambique: Compulsando as migrações internas e internacionais*. INTERESPAÇO. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. Grajaú/MA V2, n.5. P. 78-101. Jan/Abr.

\_\_\_\_\_ (2015). *A migração internacional e o processo de desenvolvimento na região Norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

PATRICIO Gonçalves. e PEIXOTO, João. (2018). *Migração Forçada na África Subsaariana: Alguns Subsídios sobre os Refugiados em Moçambique*. Dossiê: Migrações na África: Sujeitos, Impactos e Desafios. REMHU, Ver. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v.26, n.54.

PEIXOTO, João. (1999). *A Mobilidade Internacional dos Quadros- Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

PEREIRA, J.A. Gomes (2016). *Da Crise de Refugiados na Europa: Uma Ameaça à Segurança*. Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais. XXVIII curso de formação de oficiais de polícia.

Procuradoria-Geral da República (2002). *Direitos Humanos: Direitos Humanos e Refugiados*. 50 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Gabinete de

Documentação e Direito Comparado. Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos 1995|2004.

RAIMUNDO, I. Macamo (2010). *Immigration and Refugee Policy in Mozambique: The Experience of Refugees from Maratane Refugee Camp*. Unpublished paper presented at the workshop discussion on refugee status determination and rights in sub-Saharan Africa, Refugee Studies Centre, Kampala. Uganda, 16<sup>th</sup>- 17<sup>th</sup> November 2010, held by Refugee Studies Centre, Kampala.

\_\_\_\_\_ (2011). *Migrações em Moçambique: Reflexões sobre uma Política de Migração*. in: Revista Estudos Moçambicanos, n<sup>o</sup>22.

\_\_\_\_\_ (2020). *O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique*. UEM. Maputo.

SANDE, Vasco (2019). *Assistência Humanitária: Mapeando as Acções de Moçambique na Protecção Sociojurídica dos Refugiados*. Faculdade de Direito-UEM. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Cooperação e Desenvolvimento.

SANTINHO, M. Cristina (2011). *Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde*. Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento. São Paulo. Editora S.A.

SCHULTZ, Glauco (2016). *Introdução à gestão de organizações*. Editora: UFRGS. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias.

SOUZA, Glasielle Gonçalves (2017). *O acolhimento de Refugiados/Recolocados em Portugal: Modos de Organização e Práticas das Instituições*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, para o grau de Mestre em Ciências da Educação.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUNDT, Luc-Van (1992). “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Lisboa: Gradiva Publicações.

WEBER, Max. (Trad. Macedo, 2007). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Editora SCHWARCZ Ltda. São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1991). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, Vol.1.

\_\_\_\_\_ (1979). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar (adaptado).

WETIMANE, Francisco (2012). *A imigração ilegal em Moçambique: O caso dos migrantes Somalis* (Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais). Lisboa: Universidade Aberta.

WILSON, K.Black. (1992). *Refugee Studies Programmer*, (Trad. Isabel Flores, 1993) *Deslocados Internos, Refugiados e Repatriados de e para Moçambique*. Estudos da ASDI sobre socorro de emergência em casos de catástrofe, Maputo.

### **Legislação**

**Lei nº21/91, de 31 de Dezembro**, a Convenção de Genebra de 1951 e a dos Apátridas de 28 de Setembro de 1954: definidos os conceitos de requerente de asilo e refugiado. **Lei 21/91 de 31 de Dezembro**, aprovada e promulgada a lei sobre a atribuição do Estatuto do Refugiado em 1991.

**Decreto nº 51/2003, de 24 de Dezembro**, foi criado o Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (INAR) e o seu regulamento foi aprovado pelo **Diploma Ministerial Nº 81/2005, de 20 de Abril**.

**Decreto nº 33/2007 que regula a Lei 21/91 de 31 de Dezembro**, aprovado a 10 de Agosto de 2007.

### **Quadro Legal para o Acolhimento de Refugiados**

1. Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto do Refugiado;
2. Protocolo Adicional à Convenção de Genebra sobre o Estatuto do Refugiado, de 1967;
3. Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969, sobre os aspectos específicos dos problemas de refugiados em África.

# **ANEXOS**

**Anexo 1. Tabela 5. Lista de cidadãos moçambicanos, entrevistados**

<b>Ocupação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Data de entrevista</b>
Chefe de Departamento de protecção e serviços sociais	INAR	01 de Julho de 2021
Jurista, responsável pela área jurídica	CEMIRDE	03 de Junho de 2021
Funcionário do SENAMI	SENAMI	3 de Julho de 2021
Funcionário do SENAMI	SENAMI	3 de Julho de 2021
Vereador dos transportes	CMVB	13 de Maio de 2021
Chefe do gabinete do presidente do Conselho Municipal da Vila de Boane	CMVB	14 de Maio de 2021
Técnica de acção Social	CMVB	25 de Maio de 2021
Vereador da área de actividade económica	CMVB	25 de Maio de 2021
Funcionário do STAE	Governo do Distrito de Boane	27 de Maio de 2021
Trabalhador	Bananalândia	27 de Maio de 2021
Cidadão comum	Aposentado	27 de Maio de 2021
Chefe de quarteirão 2	Distrito de Boane	14 de Maio de 2021
Comerciantes	Mercado Municipal da Vila de Boane	27 de Maio de 2021

Anexo 2. Tabela 6. Lista de refugiados, entrevistados

<b>Entrevistados (origem)</b>	<b>Estatuto</b>	<b>Actividade</b>	<b>Data de entrevista</b>
Burundi	Requerente de asilo	Corte de cabelo	14 de Maio de 2021
Burundi	Refugiado com estatuto Desde 2007	Funcionária no Ministério dos Negócios Estrangeiros	16 de Maio de 2021
Burundi	Requerente de asilo	Corte de cabelo	25 de Maio de 2021
Burundi	Requerente de asilo	Comércio	25 de Maio de 2021
Burundi	Refugiado com estatuto desde 2006	Corte de cabelo	01 de Junho de 2021
Burundi	Requerente de asilo	Corte de cabelo	13 de Junho de 2021
Burundi	Requerente de asilo	Comércio	14 de Junho de 2021
Burundi	Refugiado com estatuto desde 2008	Tradutor e Representante da comunidade Burundesa em Moçambique	01 de Julho de 2021
Ruanda	Requerente de asilo	Comércio	13 de Maio de 2021
Ruanda	Refugiado com estatuto desde 2006 e nacionalidade moçambicana conferida	Comércio	14 de Maio de 2021
Ruanda	Refugiado com estatuto	Professor	14 de Maio de 2021
Ruanda	Requerente de asilo	Comércio	25 de Maio de 2021
Congo	Refugiado com Estatuto	Tradutor, comerciante e Representante da comunidade congoleza em Moçambique	25 de Maio de 2021
Congo	Requerente de asilo	Corte de cabelo	06 de Junho de 2021

### Anexo 3: Declaração do Consentimento Informado

#### **Estudo: Contributo dos Refugiados da Região dos Grandes Lagos de África nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane**

Meu nome é **Dulce Sambo**. Sou estudante do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane. Pretendo fazer a recolha de dados para a elaboração da minha dissertação do final do curso. A pesquisa visa compreender o Contributo dos Refugiados nas Transformações Sociais e Organização Produtiva do Distrito de Boane. Agradeço que me dispensasse alguns minutos do seu tempo para dar o seu contributo em relação ao assunto. Sua colaboração nas respostas, suas opiniões e experiências são importantes. Está livre de interromper, pedir esclarecimento ou criticar a qualquer questão que achar inconveniente. Peço sua permissão para gravar a entrevista, de modo a não esquecer de partes importantes da entrevista e não sofram nenhuma alteração. O resultado desse estudo não trará ganhos directos uma vez tratar-se de um trabalho para fins académicos, podendo ser um documento de consulta para quem deseja fazer um trabalho de pesquisa. Ademais, o mesmo ajudará a compreender uma parte da história deste distrito e atrair mais estudos nessa área.

Concorda em participar da entrevista? Sim\_ Não \_ . Agradeço desde já a sua disponibilidade

Maputo aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021

Assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistador

## Anexo 4: Instrumentos de recolha de dados

### 1. Guião de entrevista para INAR

#### **Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado

Data e Local de nascimento

Nacionalidade

Nível de Escolaridade

Ocupação

#### **I. História de vida dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África**

1. Como é que os refugiados chegam à Moçambique?
2. Porque foi escolhido o Distrito de Boane para a instalação do Centro de Acomodação dos Refugiados?
3. Quando foi a última vez que o país recebeu refugiados vindos dos Grandes Lagos? Para onde foram levados?
4. Com a retirada do Centro, porque continuam a chegar Refugiados no Distrito de Boane?
5. Os refugiados que chegam em particular no Distrito de Boane, conseguem todos ter o Estatuto?
6. Qual é o critério para adquirir o Estatuto de Refugiado?
7. Quais são as dificuldades pelas quais os refugiados passam para adquirir o Estatuto de Refugiado?
8. O que acontece aos Refugiados que não conseguem ter o Estatuto de Refugiados?
9. Quais são os obstáculos enfrentados pelos refugiados sem Estatuto?

#### **II. Relações Sociais entre os Refugiados residentes no Distrito de Boane e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito.**

1. Que tipo de relação existe entre os refugiados, a população local e instituições de apoio?
2. Qual é a imagem que sem tem dos Refugiados na sociedade Moçambicana?
3. Qual é a conduta dos refugiados vindos da Região dos Grandes Lagos de África em Moçambique, principalmente no Distrito de Boane?
4. Qual deve ser a postura do refugiado no local de acolhimento?
5. Durante o processo de inserção dos refugiados, quais são as recomendações deixadas pelo INAR para o estabelecimento de boas relações entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos.

**III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.**

1. Qual é o impacto da presença dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África no Distrito de Boane?
2. Em que sectores os refugiados desenvolvem suas actividades?
3. Quais são as formas de organização adoptadas pelos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, quando chegam aqui em Moçambique?
4. De que modo contribuem nas transformações sociais e organização produtiva em Moçambique, em particular no Distrito de Boane?
5. Qual tem sido o papel do INAR no envolvimento dos Refugiados para as transformações sociais e organização produtivas da região?
6. Quais são as vantagens e desvantagens da presença dos refugiados em Moçambique, em particular no Distrito de Boane?
7. Mais algo gostaria de acrescentar em torno deste assunto, por favor.

Obrigada.

## 2. Guião de entrevista para SENAMI

### **Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado

Data e Local de nascimento

Nacionalidade

Nível de Escolaridade

Ocupação

### **I. História de vida dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África**

1. Qual é o ponto de chegada dos refugiados que vem à Moçambique?

2. Como é que os refugiados chegam?

3. Quando foi a última vez que o país recebeu refugiados vindos dos Grandes Lagos? Para onde foram levados?

4. Quais são as exigências feitas pelo SENAMI para a entrada dos refugiados?

5. Com a retirada do Centro da Massaca II e Bobole, porque continuam a chegar Refugiados no Distrito de Boane?

6. Quais são as dificuldades enfrentadas por refugiados que chegam neste país? Porquê?

7. Como é feito o controlo dos refugiados que chegam?

8. Quais são os obstáculos pelos quais o SENAMI se depara perante a presença dos refugiados e de que modo são ultrapassados?

### **II. Relações Sociais entre os Refugiados residentes no Distrito de Boane e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito.**

1. Qual é a imagem que se tem dos Refugiados na sociedade Moçambicana?

2. Qual é a conduta dos refugiados vindos da Região dos Grandes Lagos de África em Moçambique, principalmente no Distrito de Boane?

3. Qual deve ser a postura do refugiado no local de acolhimento?

4. Como é que os refugiados se relacionam com os moçambicanos?

5. Qual é o tratamento dado aos refugiados que chegam neste país?

### **III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.**

1. Qual é o impacto da presença dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África em Moçambique?

2. Os refugiados que chegam em Moçambique em que se ocupam?

3. Acha que os refugiados contribuem para mudanças no país? Se sim, de que modo contribuem nas transformações sociais e organização produtiva em Moçambique, em particular no Distrito de Boane?

4. Qual tem sido o papel do SENAMI no envolvimento dos Refugiados para as transformações sociais da região?

5. Quais são as vantagens e desvantagens da presença dos refugiados em Moçambique, em particular no Distrito de Boane?

Obrigada.

### 3. Guião de Entrevista Para CEMIRDE

#### Perfil Sociodemográfico

Nome do entrevistado

Data e Local de nascimento

Nacionalidade

Nível de Escolaridade

Ocupação

#### I. História de vida dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África

1. O que é a CEMIRDE?
2. Conte-nos um pouco da relação entre a CEMIRDE com os refugiados.
3. Desde quando a CEMIRDE apoia os refugiados?
4. Como interage com outras instituições de assistência humanitária, caso do INAR?
5. Já teve algum contacto com os refugiados que se encontram no Distrito de Boane?
6. Qual tem sido o apoio prestado pela CEMIRDE aos refugiados?
7. Qual foi o papel prestado aquando da chegada dos refugiados no Centro de acomodação da Massaca?

#### I. Relações Sociais entre os Refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito.

1. Que imagem tem do relacionamento entre os refugiados e os moçambicanos?
2. Qual tem sido a conduta dos refugiados da Região dos Grandes Lagos de África, no local de acolhimento?
3. De que modo a CEMIRDE actua para o estabelecimento de boas relações entre os cidadãos moçambicanos e os refugiados?

#### II. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.

1. Em que sectores os refugiados desenvolvem suas actividades?
2. Quais são as transformações sociais e formas de organização produtiva, trazidas pelos refugiados no local de acolhimento?
3. Existe alguma colaboração da CEMIRDE para essas transformações? Se sim, como?

#### 4. Guião de entrevista para Autoridades político administrativo do Distrito de Boane

#### Perfil Sociodemográfico

Nome do entrevistado  
Data e Local de nascimento  
Nacionalidade  
Estado civil  
Nível de Escolaridade  
Ocupação

### **I. História dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África**

1. Quando e como tomou conhecimento da presença dos Refugiados no Distrito?
2. Como foi o primeiro contacto com os refugiados aqui no distrito?
3. Como foi o processo de acolhimento dos refugiados?
4. Teve algum contacto com os refugiados no Centro de acomodação da Massaca II? Se sim, como foi o contacto com os refugiados no Centro?
5. Como foi possível a saída dos refugiados do Centro de acomodação para a Vila Sede?
6. Como é que foi a inserção dos refugiados aqui no distrito?
7. Após a transferência do Centro de acomodação, o distrito continua recebendo refugiados? Se sim, porquê continuam chegando refugiados no distrito?
8. Quando é que o distrito recebeu os últimos refugiados e para onde foram levados?
9. Quem os acolheu?
10. Como tem sido o processo de inserção dos novos refugiados?
11. Qual tem sido a principal dificuldade para a inserção dos refugiados aqui no distrito?

### **II. Relações Sociais entre os Refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito.**

1. Como é a relação entre os refugiados e os moçambicanos residentes no distrito?
2. Fale-nos da conduta do refugiado residente aqui no distrito.
3. Qual deve ser a postura do refugiado no local de acolhimento?
4. Como é que encara a presença dos refugiados aqui no distrito?
5. Os moçambicanos apropriam-se de alguns hábitos ou costumes trazidos pelos refugiados? Se sim, quais?
6. Na comunicação com os cidadãos moçambicanos, qual é a língua que mais usam?

### **III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.**

1. Quais são as actividades desenvolvidas pelos refugiados aqui no Distrito de Boane?
2. Quais são as formas de organização adoptadas pelos refugiados no exercício das suas actividades?
3. O que acha que pode ser feito para maior envolvimento do refugiado de modo a contribuir na transformação social e organização produtiva do distrito?

4. Considerando a presença dos refugiados, que estratégias os líderes comunitários adoptam para melhor organização da comunidade local e dos refugiados no Distrito de Boane?
6. Como é que era o Distrito de Boane antes da chegada dos refugiados?
8. O que mudou após chegada dos refugiados, no distrito e na vida dos cidadãos moçambicanos?
9. O que levou a transformação do distrito para a categoria do município?
10. Quais são as vantagens e desvantagens da presença dos refugiados no distrito?
11. Que contributo os refugiados dão no distrito?

Obrigada.

**5. Guião de entrevista para Cidadãos Moçambicanos residentes no Distrito de Boane**

**Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado

Data e Local de nascimento

Nível de Escolaridade

Profissão

Religião

**I. História de vida dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África.**

1. Quando e como tomou conhecimento da presença dos Refugiados no distrito?
2. Onde estavam albergados os primeiros refugiados?
3. Onde teve o primeiro contacto com os refugiados?
4. Teve algum contacto com os refugiados no Centro dos Refugiados? Se não porquê? 5. Se sim, o que é que fez, ou qual foi a sua reacção perante a presença dos refugiados no Distrito de Boane?
6. Como foi o acolhimento dos refugiados no distrito?

**II. Relações Sociais entre os Refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito.**

1. Como é a relação com os refugiados?
2. Como encara a presença dos refugiados aqui no distrito?
3. Tem amigos refugiados? Se não, porquê? Se sim de que nacionalidade?
4. Em que língua se comunicam?
5. Fale-nos da conduta do refugiado residente aqui no distrito.
6. Que lição pode ser apreendida pelos cidadãos moçambicanos residentes no distrito, com a presença dos refugiados?

**III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane.**

1. Qual é a fonte de rendimento dos refugiados no distrito?
2. Em que sectores desenvolvem suas actividades?
3. Como é que os cidadãos moçambicanos residentes no distrito interagem com os refugiados de modo a contribuírem na transformação social e organização produtiva deste do distrito?
4. O que acha que pode ser feito para maior envolvimento do refugiado nas transformações sociais e organização produtiva do distrito?
6. Como é que era o Distrito de Boane antes da chegada dos refugiados?
7. O que mudou após chegada dos refugiados, no distrito e na vida dos cidadãos moçambicanos?
8. Quais são as vantagens e desvantagens da presença dos refugiados no distrito?
9. Como é que os refugiados contribuem nas transformações sociais e organização produtiva do distrito.

Obrigada.

**6. Guião de entrevista para refugiados residentes no Distrito de Boane.**

**Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado

Data e Local de nascimento

Nível de Escolaridade

Nacionalidade

Ocupação

**I. História de vida dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África**

1. Fale-nos um pouco da sua vida desde sua terra de origem até chegar à Moçambique.
2. Após chegada à Moçambique, quem o acolheu e onde se instalou?
3. Que expectativas tinha?
4. Desde quando reside no Distrito de Boane?
5. Esteve no Centro de refugiados, se sim qual?
6. Conte-nos o que fazia no Centro e como foi a vida lá?
7. Porque saiu do Centro e depois da saída do Centro o que é que fez?
8. Porque é que decidiu se instalar no Distrito de Boane?
9. Aquando da sua chegada à Moçambique, recebeu algum apoio? Se sim quem o apoiou e que tipo de apoio?
10. Como conseguiu a sua inserção no distrito?

**II. Relações sociais entre os cidadãos moçambicanos residentes no distrito de Boane e refugiados**

1. Como é que se sente aqui no Distrito de Boane?
2. Como são as relações com os moçambicanos?
3. E com outros refugiados de outras nacionalidades?
4. Os seus amigos são na sua maioria moçambicanos ou do seu país? Porquê?
5. Que tipo de relações existe com os moçambicanos?
6. Como é que os moçambicanos encaram a vossa presença no distrito?
7. Qual é a percepção que tem dos moçambicanos?
8. O que faz nas horas de lazer?
9. Quais as práticas que orientam o seu dia a dia, as locais ou vossas? Porquê?
10. Que dificuldades enfrenta neste país, em especial no Distrito de Boane?
11. Pensa em regressar ao seu país de origem? Se sim/não, porque razões?

**III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do distrito**

1. Que actividades desenvolve aqui no distrito e como conseguiu iniciar essas actividades?
2. O que fazia na sua terra?
3. Sente-se satisfeito com a profissão que exerce actualmente? Se sim/não porquê?
4. Como é que se organiza para desenvolver o seu trabalho?

5. De que modo contribui para a transformação social e organização produtiva da região?
6. O que acha que podia-se fazer para o maior envolvimento do refugiado de modo a contribuir na transformação social e organização do distrito?
8. Com a vossa chegada aqui no distrito, que mudanças se verificaram?
9. Como é que era o distrito antes da vossa presença?
10. A elevação do distrito à categoria do município que vantagens/ desvantagens trouxe, para os cidadãos moçambicanos assim como para os refugiados?
11. Qual tem sido o contributo dos refugiados no distrito?
12. Tem algo que não foi questionado e gostarias de dizer? Esteja a vontade.

Obrigada.

**7. Guião de entrevista para Refugiados com Estatuto, residentes no Distrito de Boane.**

**Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado  
Data e Local de nascimento  
Nível de Escolaridade  
Nacionalidade  
Ocupação  
Etnia

**I. História de vida dos Refugiados da região dos Grandes Lagos de África**

1. Fale-nos da sua história de vida desde sua terra até chegar à Moçambique.
2. O que fez quando chegou a Moçambique?
3. Teve algum apoio?
4. Desde quando reside no distrito de Boane?
5. Porque decidiu se instalar no distrito de Boane?
6. Esteve em algum Centro de Acomodação dos Refugiados? Se sim qual e como era a vida lá no Centro?
7. Quando e como é que adquiriu o Estatuto do Refugiado?
8. Tem outra nacionalidade? Se sim, qual e porquê decidiu ter outra nacionalidade?
9. Qual a vantagem em ser um Refugiado com o Estatuto de Refugiado?
10. O que mudou desde que adquiriu o estatuto?
11. Após saída para Moçambique, que expectativas tinha?
12. Goza de alguma protecção ou assistência deste país?
13. Possui uma residência fixa?
14. Como é que foi a sua inserção aqui no distrito?

**II. Relações sociais entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no Distrito de Boane.**

1. Como são as relações com os moçambicanos?
2. Na sua maioria, os seus amigos, de que nacionalidade são? Porquê?
3. Que tipo de relações existe com os cidadãos moçambicanos residentes no distrito?
4. O tratamento dado ao Refugiado com Estatuto é diferente do que é dado ao Refugiado sem Estatuto? Se sim, porquê?
5. Qual tem sido a postura dos refugiados no local de acolhimento?

**IV. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane**

1. Desenvolve alguma actividade? Se sim, em que sectores desenvolve as suas actividades? Se não, porquê?
2. Como conseguiu iniciar com as tuas actividades?
3. Como se organiza para desenvolver o seu trabalho?
4. Quais são as transformações sociais ocorridas no distrito após chegada dos refugiados?

5. Qual é o papel do refugiado no local de acolhimento?
6. Como é a interacção com os moçambicanos em relação ao trabalho?
7. O que acha que pode ser feito para melhor organização do seu trabalho?
8. Quais são as transformações sociais verificadas após chegada dos refugiados aqui no distrito.
9. Qual tem sido o contributo dos refugiados no distrito?

Obrigada.

**8. Guião de entrevista para Refugiados Sem Estatuto ou Requerentes de Asilo, residentes no Distrito de Boane**

**Perfil Sociodemográfico**

Nome do entrevistado  
Data e Local de nascimento  
Nível de Escolaridade  
Nacionalidade  
Ocupação

**I. História de vida dos refugiados da região dos Grandes Lagos de África**

1. Fale-nos um pouco da sua história e do seu percurso desde a sua terra de origem até chegar à Moçambique.
2. Quando chegou à Moçambique, recebeu algum apoio? Se sim que tipo de apoio e quem o apoiou?
3. Após sua saída para Moçambique, que expectativas tinha?
4. Desde quando reside no Distrito de Boane?
5. Possui uma residência fixa? Se não porquê?
6. Como foi a inserção aqui no distrito e como conseguiu se adaptar?
7. Considera-se refugiado? Se não, porquê?
8. Qual a vantagem ou desvantagem em ser um Refugiado sem o Estatuto de Refugiado?
9. Porque não possui Estatuto do Refugiado?
10. Quem pode se beneficiar do Estatuto de refugiado?
11. Como é que se sente sem o Estatuto do Refugiado?
12. Quais são os direitos dos refugiados sem Estatuto dos Refugiados?
13. Goza de alguma protecção deste país?

**II. Relações sociais entre os refugiados e os cidadãos moçambicanos residentes no distrito de Boane**

1. Como é que se sente aqui no distrito?
2. Como são as relações sociais com os cidadãos moçambicanos residentes aqui no distrito?
3. Na sua maioria, de que nacionalidade são os seus amigos? Porquê?
4. Que tipo de relações existe com os cidadãos moçambicanos residentes no distrito?
5. Como é que os cidadãos moçambicanos encaram a vossa presença no distrito?
6. Qual é a percepção que tem dos cidadãos moçambicanos residentes no distrito?
7. Pensa em regressar ao seu país de origem? Se sim/não, porque razões?

**III. Contributo dos refugiados nas transformações sociais e organização produtiva do Distrito de Boane**

1. Desenvolve alguma actividade? Se sim, que actividades? Se não, porquê?

2. Como conseguiu iniciar essas actividades?
3. Como se organizam para o exercício das vossas actividades?
3. Como refugiado sem Estatuto de Refugiado, presta algum apoio no local de acolhimento? Se sim que tipo de apoio?
4. Qual é o papel do refugiado no local de acolhimento?
5. Quais são as transformações sociais verificadas após chegada dos refugiados aqui no distrito?
6. Qual tem sido o contributo dos refugiados no distrito?

Obrigada.